



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS – ECONOMIA,  
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**CONSUMO, RENDA E CRÉDITO NO BRASIL DOS ANOS 2003 A 2014**

**Henrique Lacerda Arruda**

Foz do Iguaçu

2016



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS – ECONOMIA,  
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

## **CONSUMO, RENDA E CRÉDITO NO BRASIL DOS ANOS 2003 A 2014**

**Henrique Lacerda Arruda**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas: Economia, Integração e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof. Dra. Marina Machado de Magalhães Gouvêa

Foz do Iguaçu

2016

**HENRIQUE LACERDA ARRUDA**

**CONSUMO, RENDA E CRÉDITO NO BRASIL DOS ANOS 2003 A 2014**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas: Economia, Integração e Desenvolvimento.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof. Dra. Marina Machado de Magalhães Gouvêa  
UNILA

---

Prof. Dra. Juliana Biondi Guanais  
UNILA

---

Prof. Dr. Fernando Correa Prado  
UNILA

Foz do Iguaçu, 10 de dezembro de 2016

Às trabalhadoras e aos trabalhadores da América Latina.  
Que conquistemos nossa emancipação! Venceremos!

## **AGRADECIMENTOS**

Obrigado, em primeiro lugar, UNILA e Ministério da Educação pelo subsídio financeiro a mim concedido, sem o qual, com toda a certeza, eu não poderia ter me dedicado da mesma forma aos estudos como o fiz nessa graduação.

À UNILA também agradeço pela oportunidade tão diferente que me proporcionou, para além do curso superior. Pelo conhecimento acerca da região latino-americana, nosso passado comum, nosso presente complexo e nosso futuro de luta. Com a união dos povos latino-americanos, venceremos! Sou muito grato a essa universidade pelo que sou hoje e pelos dias que virão!

Obrigado, Marina, pela paciência na orientação deste trabalho... e que orientação!!! Só nós sabemos o caminho percorrido para que ele ficasse defensável. Meu mais sincero “muito obrigado”! E não só por isso, mas também pela amizade, esse sentimento tão sublime que só faz sentido quando compartilhado. Costumo dizer que minha trajetória (acadêmica e militante) tem um ponto de inflexão em 2013, quando a tão esperada professora Marina Machado chegou à UNILA.

Ao Grupo de Estudos da Teoria da Dependência (GETD), um *muchas gracias* pela imprescindível contribuição a este trabalho e a todos os que o futuro me reserva. A Nilson Araújo e Luisa Moura por nos apresentar a TMD. A Marina Machado e Fernando Prado pelo empenho. E em especial a Alan Bobadilla, Andrea Haro, Andrea Montano, Angela Garofali, Daniela Schlogel, Fernando Carnébia, Isabela Bahia, Karina Fernandes, Matheus Assunção, Mayara Gomes, Renan Peixoto, Sabrina de León, Sofia Escobar e Rodrigo Alonso, por todas as discussões que travamos e todo conhecimento que construímos coletivamente.

Ao curso de Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento, por me tornar a pessoa que sou hoje e por não me colocar numa “caixinha”, apesar dos retrocessos e golpes que sofremos.

Obrigado Prof. Fernando Prado e Prof. Juliana Guanais por aceitarem participar da banca de defesa desse trabalho. Fernando, que num primeiro momento nem foi consultado se gostaria/poderia participar, obrigado por todas as perguntas que me suscitou desde quando nos conhecemos. Juliana, obrigado por participar da banca de uma pessoa que nunca viu pessoalmente, mas nossos companheiros e companheiras em comum asseguram que fizemos uma decisão acertada (eu em convidar e você em aceitar).

Aos que me acompanharam nessa trajetória, Heloisa Lemes e Ariana Silva (companheiras de luta e labuta cotidiana), Tiffany Almeida, Bruno Lujan, Isadora de Assis, Tania Rodriguez, Fernando Raposo, Ferenc Kiss, Vanderlei Florindo, Marlene Florindo, Isabel Muñoz, Valéria Rodriguez, Martina Piazza Conde (em memória), Camila Loureiro e Raul Florindo, por fazerem valer o sentido de companheirismo e camaradagem que a amizade carrega.

Preciso agradecer novamente a Alan Bobadilla, Angela Garofali, Isabela Bahia, Mayara Gomes, Fernando Carnébia e Raul Florindo, pela contribuição direta a esse trabalho, para além da amizade. Um beijo a vocês que, além de alegrarem meu coração, não me deixaram desistir e “colocaram o dedo” nesse texto.

E por último, mas não menos importante, a toda minha família. Por ser tão grande, não caberia numa página nas normas da ABNT e por isso nomearei alguns membros. Um abraço bem apertado: aos “lá de casa”, Larissa, Celso e Rita, por aguentarem firme essa minha “viagem alucinante”, com choro e aperto no coração, mas com o apoio que sempre souberam dar; a Tia Santa, pelas lágrimas nas chegadas e nas saídas e por sempre perguntar se meu coração “estava tranquilo”; a Amanda, pela amizade de sempre; a Tia Baia, por minha alfabetização; a Vó Rita, pela sabedoria e força; a Vó Nésa (em memória), pelo carinho e por ajudar a criar o que sou hoje. Os demais sintam-se igualmente abraçados!

Os agradecimentos ficaram enormes, do jeito que devem ser. Mas ainda não estão todos... me perdoem os e as que não apareceram!

ARRUDA, Henrique Lacerda. **CONSUMO, RENDA E CRÉDITO NO BRASIL DOS ANOS 2003 A 2014**. 2016. 122 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas: Economia, Integração e Desenvolvimento) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

## RESUMO

O presente trabalho apresenta uma abordagem preliminar acerca da base de sustentação do crescimento econômico brasileiro nos governos Lula e Dilma, num contexto de Dependência e Financeirização. Apresenta-se o Consumo das Famílias como a principal variável da composição do PIB e busca-se, de forma introdutória, pontuar três hipóteses sobre sua base: a transferência de renda focalizada; os ganhos na renda salarial dos trabalhadores; e o crédito a Pessoa Física. Acredita-se que este último seja de grande relevância e represente o local de maior atuação estatal, enquanto política pública (em sua criação direta e indireta). Paralelamente, se esboçará alguns elementos que parecem ter contribuído para o Golpe de Estado ocorrido no Brasil no ano de 2016. Se apontará que não há uma reversão da cisão do ciclo do capital entre a esfera alta e esfera baixa de consumo, e que de igual forma, não houve superação da superexploração.

**Palavras-chave:** Crédito a Pessoa Física; Consumo das Famílias; Dependência; Superexploração; Cisão do Ciclo do Capital; Financeirização; Brasil.

ARRUDA, Henrique Lacerda. **CONSUMO, RENDA Y CRÉDITO EN BRASIL DE LOS AÑOS 2003 A 2014**. 2016. 122 páginas. Trabajo de Conclusión de Curso (Graduación en Ciencias Económicas: Economía, Integración e Desarrollo) – Universidad Federal de Integración Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

## RESUMEN

El presente trabajo presenta un abordaje preliminar sobre la base de sustentación del crecimiento económico brasileño en los gobiernos de Lula y Dilma, en un contexto de dependencia e financiarización. Se presenta el Consumo de las Familias como la variable principal de la composición del PIB y se busca, de forma introductoria, puntuar tres hipótesis sobre su base: la transferencia de renta focalizada; los aumentos de los ingresos salariales de los trabajadores; y el crédito a los individuos. Se cree que este último es de gran relevancia y representa el lugar de mayor actuación estatal, como política pública (en su creación directa e indirecta). En paralelo, se esbozará algunos elementos que parecen haber contribuido al Golpe de Estado ocurrido en Brasil en el año 2016. Se va a apuntar que no hay una reversión de la división del ciclo del capital entre la esfera alta y la esfera baja de consumo, y que igualmente no hubo la superación de la sobreexplotación.

**Palabras-clave:** Crédito a los Individuos; Consumo de las Familias; Dependencia; Sobreexplotación; División del Ciclo del Capital; Financeirización, Brasil.

## Lista de gráficos

|  |    |
|--|----|
| Gráfico 1: PIB – Brasil (em trilhões de R\$).....  | 53 |
| Gráfico 2: PIB Brasil - Composição - Valores Correntes (em Trilhões de R\$).....   | 55 |
| Gráfico 3: Índice da variação percentual real do PIB.....  | 56 |
| Gráfico 4: Participação dos agregados no PIB (em %).....   | 58 |
| Gráfico 5: Pobreza e Extrema Pobreza no Brasil (em milhões no eixo Y principal e em % no secundário).....  | 60 |
| Gráfico 6: Programa Bolsa Família - Brasil - (em milhões).....   | 61 |
| Gráfico 7: Composição percentual do PIB pela ótica da Renda (em %).....  | 64 |
| Gráfico 8: composição percentual do PIB pela ótica da Renda, com a conta Remuneração dos Empregados desagregada (Em %).....  | 66 |
| Gráfico 9: Salário Mínimo nacional - Nominal e Real (em R\$).....  | 69 |
| Gráfico 10: Salário Mínimo Necessário (R\$).....   | 71 |
| Gráfico 11: Rendimento médio mensal real das pessoas de 15 anos ou mais de idade* (em R\$).....  | 73 |
| Gráfico 12: Apropriação da renda total do país, de acordo com a classificação de rendimento (em %).....  | 75 |
| Gráfico 13: Renda domiciliar nominal per capita, média, por décimos da população selecionados (em R\$ de 2014).....  | 77 |
| Gráfico 14: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com rendimento principal no trabalho, por faixa de rendimento em Salários Mínimos (em % dos trabalhadores)..... | 79 |
| Gráfico 15: População Economicamente Ativa (em milhões de pessoas).....  | 80 |
| Gráfico 16: Grau de informalidade - Definição II do IPEA – Brasil (em %).....  | 81 |
| Gráfico 17: Total de ocupações segundo tipo de inserção no mercado de trabalho – Brasil (em milhões).....  | 82 |
| Gráfico 18: Taxa de desemprego – Brasil (em %).....  | 83 |
| Gráfico 19: Endividamento e Comprometimento da renda das famílias com o SFN - BACEN - Com ajuste sazonal (em %).....   | 88 |
| Gráfico 20: Famílias endividadas - Brasil - Contas Selecionadas (em %).....  | 89 |
| Gráfico 21: Tipo de endividamento das famílias - Brasil - Contas Selecionadas (em % do total de dívidas).....  | 90 |
| Gráfico 22: Inadimplência pessoa física - Taxa no mês de dezembro (em %).....  | 91 |

|  |     |
|--|-----|
| Gráfico 23: Indicador Serasa Experian de Inadimplência do Consumidor Variação Acumulada em 12 Meses - Saldo do mês de dezembro (Em %)        | 92  |
| Gráfico 24: Saldo das operações de crédito em Recursos Livres - Pessoa Física – Brasil - Saldo no mês de dezembro (em % do PIB)              | 94  |
| Gráfico 25: Saldo das operações de Crédito Pessoal - Recursos Livres - Pessoa Física – Brasil - Saldo no mês de dezembro (em % do PIB)       | 95  |
| Gráfico 26: Saldo das operações de crédito para Aquisição de Bens - Recursos Livres - Pessoa Física - Saldo no mês de dezembro (em % do PIB) | 96  |
| Gráfico 27: Crédito a Pessoa Física por tipo (Em % do PIB)   | 97  |
| Gráfico 28: Saldo das operações de crédito em Recursos Direcionados - Pessoa Física – Brasil - Saldo no mês de dezembro (em % do PIB)        | 98  |
| Gráfico 29: Saldo das operações de crédito à Pessoa Física - Contas selecionadas - Saldo no mês de dezembro (Em % do PIB)                    | 99  |
| Gráfico 30: Saldo do Total das operações de crédito – Brasil - Saldo no mês de dezembro (em % do PIB)  | 100 |
| Gráfico 31: Participação nas concessões de crédito – Brasil (em % do crédito total)  | 103 |
| Gráfico 32: Saldo por origem das operações de crédito – Brasil - Saldo no mês de dezembro (Em % do PIB)                                      | 104 |
| Gráfico 33: Saldo das operações de crédito – Brasil - Saldo no mês de dezembro (em % do PIB)   | 105 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|            |   |
|------------|---|
| Bacen      | Banco Central do Brasil   |
| BB         | Banco do Brasil   |
| BM         | Banco Mundial   |
| BNDES      | Banco Nacional de Desenvolvimento Social                            |
| BRICS      | Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul                        |
| CEF        | Caixa Econômica Federal   |
| CVM        | Comissão de Valores Mobiliários                                     |
| CEPAL      | Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe                 |
| CNC        | Confederação Nacional do Comércio                                   |
| CLT        | Consolidação das Leis Trabalhistas                                  |
| DIEESE     | Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos |
| DIT        | Divisão Internacional do Trabalho                                   |
| EUA        | Estados Unidos da América   |
| PCs        | Fase de Produção  |
| FIESP      | Federação das Indústrias do Estado de São Paulo                     |
| FBKF       | Formação Bruta de Capital Fixo                                      |
| FMI        | Fundo Monetário Internacional                                       |
| G8         | Grupo das oito maiores economias mundiais                           |
| G20        | Grupo das vinte maiores economias mundiais                          |
| IPI        | Imposto sobre Produtos Industrializados                             |
| IDH        | Índice de Desenvolvimento Humano                                    |
| INPC       | Índice Nacional de Preços ao Consumidor                             |
| IBGE       | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                     |
| IPEA       | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada                            |
| ONU        | Organização das Nações Unidas                                       |
| PT         | Partido dos Trabalhadores   |
| PCs        | Partidos Comunistas   |
| PEIC       | Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor             |
| PF         | Pessoa Física   |
| PJ         | Pessoa Jurídica   |
| POF        | Pesquisa de Orçamento Familiar                                      |
| PNAD       | Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio                         |
| PPA        | Plano Plurianual  |
| PEA        | População Economicamente Ativa                                      |
| C1         | Primeira Fase de Circulação   |
| PIB        | Produto Interno Bruto   |
| PBF        | Programa Bolsa Família  |
| SM         | Salário Mínimo  |
| SMN        | Salário Mínimo Necessário   |
| SM Nominal | Salário Mínimo Nominal  |
| SM Real    | Salário Mínimo Real   |
| C2         | Segunda Fase de Circulação  |
| SFN        | Sistema Financeiro Nacional   |
| TMD        | Teoria Marxista da Dependência                                      |
| TCC        | Trabalho de Conclusão de Curso                                      |
| URSS       | União das Repúblicas Socialista Soviéticas                          |

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>13</b> |
| <b>2 MARCO TEÓRICO.....</b>  | <b>16</b> |
| 2.1 DE ONDE PARTIMOS.....  | 16        |
| 2.2 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA.....                                  | 23        |
| 2.2.1 Surgimento.....  | 23        |
| 2.2.2 Definição de dependência.....  | 26        |
| 2.2.3 Periodização da dependência.....                                     | 29        |
| 2.2.4 Consequências práticas da interpretação marxista da dependência..... | 32        |
| <b>3 ESPECIFICIDADES DO CAPITALISMO DEPENDENTE.....</b>                    | <b>34</b> |
| 3.1 A TRANSFERÊNCIA DE VALOR.....  | 34        |
| 3.2 SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....                              | 36        |
| 3.3 CISÃO DO CICLO DO CAPITAL.....   | 39        |
| 3.3.1 O ciclo do capital na economia dependente.....                       | 40        |
| 3.3.1.1 <i>Primeira Fase de Circulação (C1)</i> .....                      | 43        |
| 3.3.1.2 <i>Fase de Produção (P)</i> .....                                  | 45        |
| 3.3.1.3 <i>Segunda Fase de Circulação (C2)</i> .....                       | 49        |
| <b>4. O CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA ENTRE 2003 E 2014.....</b>      | <b>52</b> |
| 4.1 REDUÇÃO DA POBREZA.....  | 60        |
| 4.1.1 transferência de renda focalizada.....                               | 61        |
| 4.2 GANHOS NA RENDA SALARIAL DOS TRABALHADORES.....                        | 63        |
| 4.2.1 Salários.....  | 68        |
| 4.2.1.1 Salário Mínimo Nacional.....                                       | 68        |
| 4.2.1.2 Salário Mínimo Necessário.....                                     | 70        |
| 4.2.2 REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL DE QUEM TRABALHA.....                         | 73        |
| 4.2.2.1 <i>Rendimento médio</i> .....                                      | 73        |
| 4.2.3 A renda nacional.....  | 74        |
| 4.2.3.1 <i>Mudança na estrutura da apropriação da renda nacional</i> ..... | 75        |
| 4.3 QUANTIDADE DE PESSOAS COM TRABALHO REMUNERADO.....                     | 80        |

|   |            |
|---|------------|
| <b>5. FINANCIAMENTO DO CONSUMO ATRAVÉS DO CRÉDITO – DADOS PRELIMINARES.....</b> | <b>88</b>  |
| 5.1 COMPROMETIMENTO E ENDIVIDAMENTO – DADOS PRELIMINARES.....                   | 88         |
| 5.2 INADIMPLÊNCIA.....  | 91         |
| 5.3 Crédito em Recursos Livres para pessoa Física.....                          | 94         |
| 5.4 O crédito total a Pessoa Física.....  | 97         |
| 5.5 Ampliação geral das Operações de Crédito no mercado brasileiro.....         | 99         |
| 5.5.1 Crédito Livre e Crédito Direcionado.....                                  | 101        |
| 5.5.2 Crédito Privado, Público e Crédito Estrangeiro.....                       | 102        |
| 5.5.3 Pessoa Física ou Jurídica.....  | 104        |
| 5.5 Financeirização.....  | 106        |
| <b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>113</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>115</b> |
| <b>ANEXOS.....</b>  | <b>120</b> |
| Anexo 1: Aumento nominal e real do Salário Mínimo.....                          | 120        |
| ANEXO 2: série histórica do salário mínimo real – brasil.....                   | 121        |

## 1 INTRODUÇÃO

As transformações na vida da população brasileira a partir de 2003, com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo, são um fato inegável — para os honestos e com consciência histórica. Muitas delas dizem respeito a melhoras substanciais no cotidiano: a partir daquele período pudemos consumir mais! Em um exercício literário livre cabível apenas a título de introdução, pode-se frisar ainda que se trata do consumo de mercadorias variadas, de uma bicicleta a uma motocicleta (“porque ninguém suporta aquele transporte coletivo abarrotado no fim de um dia inteiro de trabalho”, diria o assistente contábil), de sorvete com pedaços de chocolate a pizza (“aquela com borda recheada que a gente encontra no *shopping*, no dia do ‘rolezinho’”, contaria a estudante adolescente). “Mas tudo isso depois de garantir a compra do material de construção para a reforma”, ponderaria o professor. Mas, por que não a casa própria? “Agora é possível!”

“Os tempos agora são outros!”, ouviu-se nas ruas. Podemos ter celulares modernos, internet banda larga em casa, comprar aquele “tênis daquela marca famosa”, aquela “camiseta descolada” e colocar na parede da sala aquela “televisão finíssima, com som potente, cores vibrantes e tela de última tecnologia”, citaria o jovem *office boy*... “para assistirmos a nova novela, a noite depois do trabalho”, sentenciaria sua mãe.

“O mundo mudou, não é só rico que pode ter plano de saúde! Porque a fila do Sistema Único de Saúde ninguém consegue enfrentar; agora é possível parcelar no cartão algumas consultas médicas”, poderia salientar um motorista de caminhão, “nas clínicas particulares [dos mesmos médicos que trabalham às vezes meio período no sistema público], onde se receberá mais atenção, afinal ali se está pagando”.

“Agora a gente pode financiar o curso superior, adquirir um diploma e entrar no mercado de trabalho pela porta da frente”, comentaria alguém. “Porque assim a gente pode fazer aquela viagem pro litoral no fim do ano, no natal ou no ano novo a depender da folga lá na firma. Vamos de avião, porque pobre agora também pode voar. E dá pra guardar uma parte do 13º salário pro carnaval... ou vender parte das férias pro patrão... temos que avaliar, porque a geladeira lá de casa está precisando ser trocada, talvez tenha chegado a hora de comprar uma em aço *inox* e com *dispenser* de água na porta”, comentaria o atendente de *telemarketing*.

Os tempos realmente parecem ter mudado. Mas será que mudaram de forma permanente? Qual será a base dessa mudança? O que será que nos possibilitou consumir mais? A que contrapartida consumimos e promovemos o “desenvolvimento do país”? Este “desenvolvimento” rompeu com a dependência no Brasil? Esteve relacionado ao recente Golpe de Estado vivido no país?

Não pretendemos neste trabalho julgar se é bom ou ruim comprar uma máquina de lavar, financiar um carro, fazer um passeio ou construir uma laje na casa. Queremos observar de forma preliminar, se de fato estivemos consumindo mais e, grosso modo, de onde pode ter vindo o dinheiro para essas compras.

Temos três hipóteses, preambulares, para esse aumento no consumo das famílias brasileiras: (1) a transferência de renda focalizada, principalmente através do Programa Bolsa Família do Governo Federal, considerando seu destacado papel no que se refere à superação da extrema pobreza no Brasil contemporâneo; (2) os ganhos na renda salarial dos trabalhadores e trabalhadoras, em especial os reajustes reais no Salário Mínimo; e (3) o crédito a Pessoa Física, com destaque para o Crédito Pessoal, o Financiamento Imobiliário e o crédito para Aquisição de Veículos.

Isso nos leva às duas hipóteses centrais deste trabalho, as quais sinalizam que entre os anos 2003 e 2014, na economia brasileira: (1) não houve superação da superexploração da força de trabalho; e (2) não houve alteração fundamental no ciclo do capital da economia dependente.

Assim, pretendemos traçar através de uma primeira aproximação a esse tema, um paralelo entre o consumo e a renda aparentemente disponível, com ênfase à parcela mais pobre da população. Com base na tradição da Teoria Marxista da Dependência, pretendemos questionar incipientemente as bases nas quais se deram essa elevação do consumo. De forma complementar, apresentaremos determinados elementos com os quais nos deparamos durante a pesquisa, que poderiam estar relacionados à instabilidade política vivida atualmente no Brasil, que perpassou um golpe de Estado sobre a Presidenta eleita Dilma Rousseff, embora sem a pretensão, neste trabalho, de explicá-lo.

Acreditamos que observar a base concreta do crescimento econômico brasileiro dos anos recentes, mesmo que de forma preliminar, é de total relevância para o entendimento das contradições inerentes à processualidade histórica

concreta do capitalismo dependente (e suas formas de reprodução) em seu período mais atual e principalmente para contribuir para a superação deste, através de um projeto emancipatório da classe trabalhadora. O principal aporte deste trabalho é o esforço para tabulação e utilização, a partir de uma perspectiva crítica, de dados oficiais divulgados por instituições ligadas ao Estado brasileiro (e também de indicadores publicados por instituições de pesquisa reconhecidas), inclusive aqueles de difícil acesso e pouquíssimo tratados até o momento na bibliografia acadêmica dada sua contemporaneidade, como aqueles relativos ao crédito. Este esforço visa a aplicar de maneira crítica a base teórica e o instrumental apreendido no curso de Ciências Econômicas, orientando-o à utilização em uma análise marxista. O levantamento e revisão de bibliografia acadêmica produzida nos últimos anos sobre o tema será portanto imprescindível, dada sua contemporaneidade. Se buscará situar a pesquisa e a revisão bibliográfica crítica no âmbito da compreensão da atual etapa do capitalismo, o imperialismo, e em suas transformações históricas gerais e formatações específicas em cada local, levando em conta a inserção subordinada da economia brasileira na Divisão Internacional do Trabalho e situando-a nos contextos de financeirização e, mais estruturalmente, dependência.

Para além desta introdução (nomeada como “capítulo 1”, pelas normas da Universidade Federal da Integração Latino-Americana) e das considerações finais, o trabalho se estrutura em mais quatro capítulos. No capítulo dois, fazemos um recorrido acerca da conformação da Teoria Marxista da Dependência, a qual é nosso marco teórico-analítico principal e cujas indicações basilares serão apontadas no terceiro capítulo.

No capítulo de número quatro debateremos preliminarmente o crescimento da economia brasileira durante os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, apontando sua base no consumo das famílias e também as nossas duas primeiras hipóteses acerca desse incremento do consumo, relacionadas a um real incremento da renda: a transferência de renda focalizada e o ganhos na renda salarial dos trabalhadores e trabalhadoras.

Por fim, no quinto capítulo, trabalharemos nossa terceira hipótese — o crédito a Pessoa Física —, discutindo sua constituição mais aparente e relacionando-a com a dependência e com o assim chamado processo de financeirização.

## 2 MARCO TEÓRICO

### 2.1 DE ONDE PARTIMOS

Há pouco mais de um século, marxistas se debruçam sobre a realidade complexa do capitalismo contemporâneo para entendê-la e transformá-la. Consideramos que duas contribuições teóricas do marxismo são fundamentais para explicar a posição de hegemonia de algumas economias e a subordinação de outras na configuração do sistema mundial capitalista em sua mais recente fase: por um lado, as Teorias Marxistas do Imperialismo, com especial destaque para autores como Hilferding, Rosa Luxemburg, Bukhárin e Lenin<sup>1</sup>; por outro, a Teoria Marxista da Dependência (TMD), na qual preponderaram Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e Theotônio do Santos.

A TMD<sup>2</sup> surge na América Latina em estreita ligação com as teorias do imperialismo (principalmente a leninista e a de Bukhárin), as quais sendo formuladas em outras realidades, em outro período histórico, por outros sujeitos e não tendo como ponto central a construção da estratégia socialista para as especificidades da América Latina, não teriam se debruçado sobre as contradições particulares assumidas pelo Modo de Produção Capitalista nas ex-colônias latino-americanas,

---

1 Também contribuíram no debate John Hobson e Karl Kautsky. Este último foi considerado por Lenin não como um marxista, mas sim como um ex-marxista. Hilferding também passaria a ser considerado desta maneira por Lenin. Escapa contudo ao escopo deste trabalho apontar as divergências entre estes autores, bem como as divergências entre os próprios autores nomeados no corpo do texto.

2 Não trataremos da diferenciação entre as várias Teorias da Dependência. Optamos por trabalhar somente com a vertente marxista, por acreditar que é esta a que dispõe do melhor arcabouço teórico-metodológico para a análise da realidade latino-americana. É preciso salientar que o estudo da “situação de dependência” tem raízes fincadas nas discussões acerca da situação colonial, que remonta aos pensadores clássicos (e mesmo os mercantilistas) preocupados em entender o mundo depois das grandes navegações e “descobrimiento do novo mundo”. Mesmo não tendo uma dedicação explícita na obra de Marx e Engels há ali, por exemplo, alguns trechos com constatações acerca da influência das colônias para o desenvolvimento do capitalismo na Europa, também acerca da situação colonial dos Estados Unidos, da contribuição do comércio (em especial o comércio mundial) para a consolidação do sistema capitalista, e até mesmo no Livro III de *O Capital* onde mostram o capital financeiro, as relações dos monopólios, etc., tudo isso pode ser conferido no apanhado de citações dos autores compiladas em *Marx, Karl; Engels, Friedrich. Materiales para la historia de América Latina. Cuadernos de Pasado y Presente. 30. Córdoba, Argentina. 1972. Disponível em: <<http://www.socialismo-chileno.org/febrero/Biblioteca/Marx/Marx-y-Engels-Materiales-Para-La-Historia-de-America-Latina.pdf>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2016. Posteriormente, muitos marxistas acreditavam no esforço “civilizatório” das metrópoles para com as colônias. O debate se sobressaiu com a Revolução Russa e a discussão da aplicação direta dos esquemas marxianos à realidade concreta da Rússia czarista, levando às teses de Lenin acerca da fase imperialista do capitalismo e quando a China busca sua revolução, o que se pode ver nos escritos de Mao Tse-tung. Por fim, o passo anterior aos estudos da dependência latino-americana em sua vertente marxista é dado por André Gunder Frank em seus estudos sobre o subdesenvolvimento e o capitalismo colonial. Tudo isso pode ser visto em DOS SANTOS, 2011 [1978], pp. 397-423.*

“(…) particularmente en su función histórica para viabilizarlo. Es de esta manera que el ‘concepto’ dependencia (...) representa un complemento necesario de la teoría del imperialismo (...)” (VALENCIA et al, 2007, p.29 *apud* AMARAL, 2013, p.82), articulando as categorias de Marx, a tradição marxista e uma análise própria da realidade específica da América Latina.

Para DOS SANTOS (2011 [1978], p.357) “El estudio del desarrollo del capitalismo em los centros hegemónicos dio origen a la teoría del colonialismo y del imperialismo. El estudio del desarrollo de nuestros países debe dar origen a la teoría de la dependencia”.

Um pouco nesse sentido Vânia Bambilra aponta ainda

(...) la teoría de la dependencia debe entenderse como la aplicación creadora del marxismo-leninismo a la comprensión de las especificidades que asumen las leyes de movimiento del modo de producción capitalista en países como los latinoamericanos (...). (BAMBIRRA, 1978, p.9)

Marini, por sua vez, adverte que “a teoria da dependência tem suas raízes nas concepções que a ‘nova esquerda’ (...) elaborou, para fazer frente à ideologia dos partidos comunistas” (MARINI, [1990] 2011, p.63). O autor insere assim a TMD no interior do marxismo latino-americano, cujas lutas teórica e prática no momento imediatamente anterior se davam dentro e através dos PC’s.

Essa “nova esquerda” seria, como salientam STEDILE e TRASPADINI (2011, p. 63), a “corrente marxista-leninista de interpretação sobre o caráter histórico do desenvolvimento capitalista latino-americano”<sup>3</sup>. Vania Bambilra a situa como uma das três formas que a esquerda revolucionária assumiu, a partir dos anos 1960, frente ao caráter reformista adquirido pelos Partidos Comunistas: “los pro-chinos, los foquistas y aquellos que — en la búsqueda de una designación genérica — llamaremos nueva izquierda” (BAMBIRRA, 1971, p. 52)<sup>4</sup>.

3 Portanto, de forma alguma quando se utiliza a expressão “nova esquerda” se quer remeter ao movimento chamado de “New Left” na Europa e nos EUA.

4 Na opinião de BAMBIRRA (1971, p. 55-56) os Pró-chineses “planteaban que el carácter de la revolución en Latinoamérica — como lo fue en China — era de liberación nacional, democrática, antimperialista y antifuedal, y que por lo tanto en ella podrían participar todos los sectores nacionalistas que se oponían al imperialismo. Los enemigos internos fundamentales serían las clases oligárquicas-feudales, aliadas del imperialismo, y aunque la ideología de la revolución fuera proletaria, el sector más vulnerable y donde debían concentrarse los esfuerzos de los revolucionarios era el campesinado. (...) [Y] la lucha guerrillera debía ser precedida por el trabajo político con los campesinos de las regiones escogidas.” Já os Foquistas “(...) son organizaciones que se formaron con propósitos insurreccionales inmediatos. Planteaban que ya estaban dadas las condiciones objetivas para la revolución, debiéndose precipitar la maduración de las condiciones subjetivas mediante el inicio de la lucha insurreccional a través de la creación del foco

Nesse período os Partidos Comunistas (PC's) seguindo os apontamentos do movimento comunista internacional — e dado que em linhas gerais algumas características latinas se assemelhavam às europeias —, defendiam que a revolução socialista necessitaria de uma prévia revolução burguesa, que teria caráter anti-imperialista e fundamentalmente antifeudal, seguindo a ideia de que o desenrolar dos *modos de produção* se daria em etapas fixas e universais. Como supostamente o caráter das economias latino-americanas seria de uma economia feudal ou semifeudal, seria necessário passar para relações capitalistas plenamente consolidadas, para então estas poderem ser superadas pela revolução proletária, socialista.

Como algumas características latino-americanas levavam a crer que aqui realmente haviam resquícios de um feudalismo — por exemplo, um caráter agromineiro e as relações de servidão que eram possíveis de ser encontradas, como a *mita*, a produção *na meia*, entre outros —, a consonância daquelas teses conduzia à interpretação de que seria necessária uma revolução burguesa que consolide o capitalismo na América Latina, para depois dela se estabelecerem as bases para a revolução socialista. *Para isso seria preciso uma aliança da classe trabalhadora com a burguesia.*

BAMBIRRA (1971, p.47) credita esse posicionamento dos Partidos Comunistas à política de “coexistência pacífica” kruschevista que

fue formulada originalmente por Lenin, pero la interpretación y aplicación de ella que han hecho los soviéticos desde Kruschev, se ha alejado mucho del análisis leninista. Si bien era correcto plantear tácticamente la coexistencia entre países con diferentes sistemas económicos y sociales, no lo era extenderla a las relaciones entre las clases antagónicas. Además, esta política kruschevista no comprendió que en la época de la integración monopólica ya no existen burguesías de carácter “nacional”, no pudiendo entonces concebirse una línea antimperialista que no sea a la vez anticapitalista y viceversa.

Assim, “la gran mayoría de los PC vinculados a la URSS desarrollan una política de colaboración con las clases dominantes nacionales, en búsqueda de objetivos reformistas” (BAMBIRRA, 1971, p.47).

---

guerrillero. Concebían el carácter de la revolución como de liberación nacional, antimperialista y antifeudal, tendiendo a transformarse en anti-capitalista. El campesinato era entendido como la clase fundamental, relegando al proletariado a un segundo plano. (...) Subestimaban la necesidad de un Partido bien conformado y la formación ideológica de sus miembros, creyendo que el Partido y los revolucionarios se formam en la lucha misma”.

Soma-se a isso o fato de que alguns países da América Latina experimentaram antes dos demais um período de industrialização, que levou a um crescimento econômico considerável, mostrando que seria possível um desenvolvimento capitalista das forças produtivas no país, como apontado por BAMBIRRA (2013 [1972]).

A contraposição a essas ideias esteve latente durante todo o tempo e as discussões, mesmo que não fossem majoritárias, existiam. O ponto de viragem nessa disjuntiva veio quando houve o estouro da Revolução Cubana. Numa ilha do Caribe, saltando as supostas etapas, a classe trabalhadora estabeleceu o socialismo, por meio de uma insurreição e da guerra de guerrilhas.

A partir deste ponto os debates acerca da necessidade e viabilidade — ou não — da revolução democrático-burguesa se tornaram mais volumosos. E é aqui que surge a já referida “esquerda revolucionária”, nas três linhas citadas anteriormente (denominadas por Vânia Bambirra como Pró-chineses, Foquistas e Nova Esquerda), entre as quais está a vertente que deu origem à Teoria Marxista da Dependência.

Assim, compõem a Nova Esquerda

las organizaciones que se formaron en función de una oposición teórica a la línea política de los PC. Planteaban como objetivo inicial fundamental el constituirse en vanguardia de la lucha ideológica contra el reformismo, para posteriormente crear un Partido revolucionario que se presentase como alternativa real frente a los Partidos reformistas, y aguzar la lucha de clases, preparando las condiciones para la insurrección popular. Concebían el carácter de la revolución como socialista (con algunas variaciones sobre se habría o no un gobierno de transición) y a la vez antimperialista y anticapitalista, conducida por la alianza obrero-campesina, bajo el liderazgo de la clase obrera. (...) Estas organizaciones se caracterizaron por tener una visión de conjunto del proceso económico y político y por intentar la aplicación de un marxismo creador a las nuevas condiciones del capitalismo dependiente, lo que se reflejaba en su concepción no inmediata de la lucha — en oposición a los foquistas —, en su preocupación por la formación de los cuadros políticos y en la importancia otorgada a la lucha política y a la elaboración de una estrategia revolucionaria adecuada a la situación del continente. (BAMBIRRA, 1971, p.57-58)

Esse fortalecimento da “esquerda revolucionária” se dá num momento histórico difícil na América Latina: no fim dos anos 1950 e início dos anos 1960. Nesse período, o capitalismo dependente aqui passava por uma crise e impulsionava a problematização da necessidade de uma síntese histórica interpretativa que lhe apontasse a possibilidade de se reverter esse panorama. A

crise expressava a maturação das contradições que se formaram com a integração imperialista do final da Segunda Guerra.

Naquele momento, fora da “nova esquerda”, duas posições muito distintas passavam a se alinhar: a de alguns teóricos latino-americanos críticos, que enxergavam certos componentes externos que impediam o desenvolvimento do capitalismo na América Latina (alguns deles cepalinos, outros exogenistas); e a posição de comunistas vinculados aos PC’s, que entendiam que havia entraves internamente que barravam o avanço das relações capitalistas (tidos por vezes como endogenistas).

Sobre o alinhamento entre endogenistas e exogenistas, é necessário apresentar outro paradigma que permeava (e de certa forma ainda permeia) a reflexão social latino-americana e que passou a ser objeto de crítica da TMD quando alguns elementos passaram a ser usados pelos PC’s para basear as teses de aliança com a burguesia: o Estruturalismo (ou desenvolvimentismo) Latino-americano.

Voltando ao princípio do século, podemos situar essa vertente da teoria sociológica/econômica no continente nas Teorias da Modernização — que estão aí desde o fim da Primeira Guerra, momento que trouxe a tentativa de consolidação da hegemonia estadunidense e sua busca de coordenação internacional, além do ideal de autodeterminação dos povos, propagado tanto pelos Estados Unidos da América (EUA) quanto pela URSS. Cabe destacar aqui a Revolução Russa de 1917, realizada em meio à guerra e que abalou a preponderância dos EUA e mostrou um outro caminho possível a ser seguido, com forte participação do Estado no desenvolvimento das forças produtivas.

Logo depois estoura a Grande Depressão em 1930. Desde ali, impõe-se a necessidade de intervenção estatal na economia capitalista e também do protecionismo econômico, em contraposição à autorregulação da economia e ao “livre-comércio”.

Em resposta à crise, a economia capitalista mundial atravessa os conflitos da Segunda Guerra Mundial, da qual saíram vitoriosos militarmente a URSS e economicamente os EUA.

A consolidação do padrão dólar-ouro – uma das expressões materiais da liderança do mundo pela nação estadunidense – se dá formalmente em 1944, com a

Conferência de Bretton Woods, na qual os EUA conseguiram, para além de estabelecer a sua moeda como dinheiro mundial, iniciar o processo de “coordenação internacional sob sua hegemonia. Todo um aparato institucional com organização supostamente multilateral foi montado” (BORJA, 2011, p.83). É deste período o surgimento de conhecidas instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outras.

Nesse período em que o mundo se encontrava “dividido” entre o bloco dos países capitalistas puxados pelos EUA e o dos países socialistas seguindo a URSS, a busca pela concretização da hegemonia norte-americana — país que emergiu, segundo SOUZA (2009, p.41-42), como “a mais poderosa potência capitalista ocidental”: “emissores do dinheiro mundial, controlando as instituições de regulação internacional, usando as transnacionais como ponta de lança de sua expansão econômica internacional e dispendo do mais poderoso exército do mundo capitalista” — se deu pelo que BORJA (2011, p.84) caracterizou como uma campanha de “promoção do desenvolvimento econômico e social dos países sob sua hegemonia”. Este cenário confere novos ares à chamada Economia do Desenvolvimento, adquirindo concretude na Europa (propagada em conjunto com o Programa de Recuperação Europeia, ou Plano Marshall) e no “terceiro mundo” (expressão largamente utilizada na época) através das Comissões Econômicas ligadas à ONU que dariam suporte técnico aos governos e os orientariam ao desenvolvimento.

Sobre as comissões econômicas regionais, MARINI (2010 [1994], p.106) acredita que o

(...) objetivo era estudar os problemas regionais e propor políticas de desenvolvimento. [porém] Na realidade, a missão fundamental atribuída a essas comissões foi a de atuarem como agências de elaboração e difusão da teoria do desenvolvimento no contexto da política de domesticação ideológica que os grandes centros contrapuseram às demandas e pressões do que viria ser chamado de Terceiro Mundo.

Disso tudo derivam algumas teses principais que foram alvo de críticas pela esquerda latino-americana, mesmo que de forma indireta. Principalmente as ideias [1] de que haveria um modelo a seguir (no que diz respeito a como desenvolver-se) e [2] de que haveriam obstáculos internamente que impossibilitam que as economias do “terceiro mundo” saiam do subdesenvolvimento. Nisso radica o fortalecimento do já citado “desenvolvimentismo” latino-americano (no pós 2ª Guerra

Mundial), principalmente via Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)<sup>5</sup>, que para além de sua criação com a finalidade de ser uma agência de difusão da Teoria do Desenvolvimento produzida nos países anglo-saxões, passa a questionar aquelas teorias — residindo nesse quesito sua principal contradição — e estabelece uma concepção de dependência própria, embora caracterizada primordialmente como dependência somente externa (fato que conduzirá a um grande debate com a TMD posteriormente).

Na interpretação de MARINI (2010 [1994]), que aqui tomamos como referência central, porém, o pensamento cepalino possuiu mais continuidades que rupturas com a teoria do desenvolvimento. Essa comissão teria passado por uma fase na qual defendia ardentemente a industrialização como o caminho para a superação do subdesenvolvimento, este último entendido como um patamar inferior na escala evolutiva do tão sonhado desenvolvimento, mesmo com o reconhecimento de que a divisão internacional do trabalho impusesse dinâmicas não lineares a tal escala evolutiva.

Sobre os rompimentos, se destacam a crítica à teoria das vantagens comparativas por meio da análise da Deterioração dos Termos de Troca e a derivação do esquema centro-periferia no mercado mundial.

No que se refere às continuidades, dois pontos principais necessitam ser ressaltados, visto que estão na base das discussões entre “dependentistas” e “desenvolvimentistas”: a concepção do Estado como um ente acima da sociedade, capaz de interpretar e assumir os interesses gerais do conjunto da sociedade; e o já referido entendimento do desenvolvimento como um fenômeno econômico-social quantitativo, dentro de uma escala evolutiva, ou contínua, na qual o subdesenvolvimento é compreendido como a falta de desenvolvimento, apesar de se reconhecer que há uma complementariedade de sua origem histórica com o desenvolvimento dos países centrais.

Segundo Marini, duas fases podem ser observadas no pensamento cepalino. A primeira teria durado até os anos 1960, década na qual teria passado por uma crise teórica em meio à crise econômica que se apresentava no período, estando ambas as crises inteiramente interligadas. A segunda teria sucedido essa crise, quando “retificando o enfoque meramente desenvolvimentista que a

---

<sup>5</sup> Havendo sido a menção expressa à região caribenha incluída no nome da Comissão apenas na década de 1980.

caracterizava, [a CEPAL] passa a dar mais ênfase às reformas estruturais e à distribuição de renda” MARINI (2010 [1994], p.114).

Nessa segunda fase a CEPAL começa a fazer suas contribuições mais relevantes ao continente e, como dito anteriormente, para além da difusão da Teoria do Desenvolvimento que lhe foi proposta, principalmente no que se refere à contestação do princípio das vantagens comparativas, pois nesse período “busca captar e explicar as especificidades da América Latina” (MARINI, 2010 [1994], p.106). Isso deu ao Desenvolvimentismo latino-americano uma roupagem diferente dos demais, tornando a CEPAL uma entidade que criava e difundia uma ideologia própria.

Isso fará com que a Cepal, partindo da teoria do desenvolvimento nos termos em que havia sido formulada nos grandes centros, introduza nela as mudanças que representarão sua contribuição própria, original, e que farão do desenvolvimentismo latino-americano um produto em si, e não uma simples cópia da teoria do desenvolvimento. (MARINI, 2010 [1994], p.107)

Para Marini, a crise do desenvolvimentismo na década de 60 é explicada pela própria crise de acumulação e realização do processo de industrialização latino-americano<sup>6</sup>, cuja base se deu sobre as velhas estruturas da economia exportadora, na qual, dada a necessidade de importar meios de produção (os quais não dispunha) gerou-se uma demanda crescente de divisas, suprida pela exportação primário-exportadora e pelos investimento diretos, empréstimos e doações. A integração imperialista dos sistemas produtivos teria tido, portanto, também raízes internas ineludíveis.

Na crise do desenvolvimentismo nasce a vertente marxista da Teoria da Dependência, forjada nas lutas no interior dos PCs que se destacavam como uma força política preponderante dentro da esquerda naquele momento. Deste modo, sua formação começa dentro da “esquerda revolucionária”, impulsionada pelo aguçamento da luta de classes no período.

## 2.2 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

### 2.2.1 Surgimento

---

6 Theotônio dos Santos desenvolve esse argumento ainda nos anos 1970. Conferir: DOS SANTO, 2011 [1978].

Nesse ínterim, a controvérsia acerca da dependência estava posta e como aponta PRADO (2011), praticamente todos os pensadores sociais críticos da América Latina abordavam — cada um a sua maneira — essa característica do continente. Por isso, de acordo com BAMBIRRA (2013 [1972], p.37) a disjuntiva inicial e de primeira ordem que se apresentava às pessoas que buscavam interpretar a sociedade latino-americana era de natureza metodológica-conceitual. Em virtude disso, a autora já alertava:

É preciso tentar redefinir, como ponto de partida, todos os aspectos fundamentais dos enfoques tradicionais sobre a situação latino-americana que há muitos anos têm sido produzidos; deve-se buscar definir novas categorias analítico-explicativas que sirvam de base, não propriamente para uma nova teoria do desenvolvimento, mas sim para uma teoria da dependência. (BAMBIRRA, 2013 [1972], p.37-38)

Por isso mesmo, alguns militantes da Nova Esquerda partindo do Método Materialista, Histórico e Dialético se apropriaram deste conceito que permeava as discussões e trataram de ressignificá-lo, dando-lhe condição de categoria e conteúdo original precisamente a partir de seus fundamentos na realidade concreta, buscando não manipular esta última para que se enquadre em uma abstração conceitual idealista e, ao mesmo tempo, não mesclar o marxismo a outras correntes teóricas sob o pretexto de explicar a complexidade da realidade.

Tudo isso demonstra que este processo não foi automático, nem tampouco houve uma “iluminação” dos marxistas para a criação da categoria a despeito da realidade. Aliás,

La apropiación por el marxismo de la categoría ‘dependencia’ no ha sido un proceso fácil ni exento de contradicciones. Por el contrario, sólo después de una década de discusiones, avances y retrocesos, dicha categoría logra romper definitivamente con el cordón umbilical burgués y premarxista que caracteriza su nacimiento en América Latina. (OSORIO, 1984, p.3)

Ainda segundo OSORIO, é com os trabalhos de André Gunder Frank que o nascimento do enfoque da dependência pelo marxismo encontra lugar e melhor síntese, chegando ao seu melhor refinamento com a obra de Ruy Mauro Marini, que para além da contribuição para as formulações da Teoria Marxista da Dependência, contribui à história do pensamento latino-americano com sua obra *Dialética da Dependência* (1973), mediante a qual o marxismo latino-americano atinge seu ponto mais alto (OSORIO, 1984) e na qual são elencados os complexos estruturantes da dependência, entendida como característica específica do desenvolvimento

capitalista latino-americano, como a transferência de valor, a superexploração da força de trabalho e as particularidades do ciclo de reprodução do capital nas economias dependentes.

Desse intento de aplicação criadora do marxismo-leninismo, entende-se a busca constante por não seguir dois caminhos errôneos que MARINI (2011a [1973]) aponta com recorrentes entre os marxistas latino-americanos ao tratarem da controvérsia da dependência: (1) a deformação da realidade para encaixá-la na teoria; e (2) a deformação do marxismo para dar conta de explicar a realidade.

Assim, os autores que impulsionaram a criação da TMD durante a apropriação marxista da categoria *dependência* tinham diante de si o desafio relatado por Vânia Bambirra:

Tratamos de redefini-la e utilizá-la como categoria analítico-explicativa fundamental da conformação das sociedades latino-americanas e, através dela, procuramos definir o caráter *condicionante concreto* que as relações de dependência entre centro-hegemônico e países periféricos tiveram no sentido de conformar determinados tipos específicos de estruturas econômicas, políticas e sociais atrasadas e dependentes. (BAMBIRRA, 2013 [1972]. p.38. Grifos da autora)

Dois pontos precisam ser frisados a partir deste curtíssimo relato: primeiro, que a dependência é uma relação entre países, mas não uma relação qualquer, nem uma relação de natureza externa às economias nacionais periféricas, nem muito menos um aparato coercitivo direto e externo que subjuga essas economias<sup>7</sup>. Mas sim uma relação concreta e condicionante. “Concreta” no sentido de que existe na realidade material e que não constitui mera divagação; e “condicionante” porque molda as estruturas internas das sociedades dependentes e, dialeticamente, essas estruturas internas condicionam as relações de dependência. E aqui vemos uma das grandes contribuições feitas pela TMD.

Em segundo lugar, destaca-se que essas estruturas internas têm um caráter específico que não lhes torna totalmente estranhas às sociedades a cuja imagem e semelhança foram criadas, mas, partindo das similitudes, são forjadas de forma diferenciada de acordo com as relações de dependência, em um processo histórico no qual confluem diversos interesses e que não configuram uma mera

---

7 “É neste sentido que partimos da conceitualização da categoria de dependência, mas não a utilizamos conforme o fez em certos momentos a ciência oficial, que buscou encontrar nesta categoria a explicação de um pretenso fenômeno externo e coercitivo da situação latino-americana. (BAMBIRRA, 2013 [1972]. p.38)

imposição. Com isso, vem a concepção de que o capitalismo latino-americano apresenta certas especificidades que *não o tornam outro modo de produção*, mas que configuram a *forma particular* de como o capitalismo se desenvolve nas regiões dependentes.

Na América Latina temos um tipo — ou tipos, segundo BAMBIRRA (2013 [1972]) — de capitalismo *específico*, forjado por relações de dependência. Nas palavras de MARINI (2011a [1973], p. 132) “(...) o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto no nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional”.

Nesse mesmo sentido, para BAMBIRRA (2013 [1972]. p.33),

O capitalismo na América Latina se desenvolveu dentro do contexto da expansão e evolução do capitalismo mundial. Em função disso, assumiu formas específicas que, sem negar as leis gerais do movimento do sistema, configuraram no continente tipos específicos de capitalismo dependente, cujo caráter e modo de funcionamento estão intrinsecamente conectados à dinâmica que assume historicamente o capitalismo nos países centrais.

E para entender tal capitalismo *sui generis* a TMD transita entre o que se chama de níveis de abstração (OSORIO, 2004) — que vão do mais concreto (conjuntura) até o mais abstrato (modo de produção), passando pelos intermediários (sistema mundial, padrão de reprodução do capital e formação econômico-social) —, se utilizando das categorias marxistas (presentes, por exemplo, em *O Capital*) para entender a realidade latino-americana e construir subsídios para os trabalhadores e trabalhadoras na luta de classes dos nossos povos.

### 2.2.2 Definição de dependência

Os autores que aqui destacamos por acreditar serem de fundamental importância para esta forma de compreender a realidade latino-americana — a saber, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini —, compartilham três pontos que vemos como primordiais para o entendimento da categoria dependência: uma visão do sistema capitalista enquanto totalidade, complexa e interligada; a noção de que a relação de dependência é condicionante das estruturas internas; e a noção de que as relações internas da sociedade dependente condicionam por sua vez a dependência.

Para Marini, a dependência deve ser “entendida como uma relação de subordinação entre nações<sup>8</sup> formalmente independentes<sup>9</sup>, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2011a [1973], p. 134-135). Daqui podemos depreender primeiramente que a dependência configura uma relação que envolve a subordinação de certas economias por outras. E em segundo lugar o caráter condicionante das relações de dependência, as quais são instituídas internamente às economias dependentes. E o autor dá um passo além, ao apontar a reprodução ampliada da dependência, afinal, o que está dizendo é que o desenvolvimento do capitalismo (e do capitalismo dependente em específico) só pode gerar aprofundamento das relações de dependência, ou seja, dependência gera mais dependência ao se desenvolver.

Na visão de Vânia Bambirra, a dependência se dá nos países latino-americanos

(...) cuya economía y sociedad, conformadas después de la destrucción de las sociedades indígenas, fueron productos del desarrollo del modo de producción capitalista primero en Europa, en seguida en Estados Unidos, y son redefinidas en función de las posibilidades estructurales internas, vale decir de la diversificación del aparato productivo. (BAMBIRRA, 1978, p.9)

Segundo Theotônio dos Santos, “a dependência (...) não é a relação de uma economia nacional nativa com uma economia que a submete, mas sim é uma relação básica que constitui e condiciona as próprias estruturas internas das regiões dominadas ou dependentes” (DOS SANTOS, 1994. p. 15), mostrando que por mais que a dependência seja “uma situação econômica na qual certas sociedades têm a sua estrutura condicionada pelas necessidades, as ações e os interesses de outras

8 O termo “nações” é utilizado aqui por Marini não no sentido de um corpo homogêneo, mas no sentido de característica real, concreta, em que se dão as relações mediadas pelo capital no nível global. Para o autor, a base das relações de reprodução material da vida, no capitalismo, é sempre a reprodução do capital.

9 Aqui reside um ponto que distingue Marini de outros autores da TMD. Ele entende que o início da dependência se dá a partir das independências políticas dos países latino-americanos em relação às metrópoles europeias: “Situação colonial é diferente de situação de dependência. Ainda que se dê uma continuidade entre ambas, não são homogêneas; (...) No que se refere às relações internacionais da América Latina, se, como assinalamos, esta desempenha um papel relevante na formação da economia capitalista mundial (...), somente no curso do século 19, e especificamente depois de 1840, sua articulação com essa economia mundial se realiza plenamente. Isto se explica se considerarmos que é com o surgimento da grande indústria que se estabelece com bases sólidas a divisão internacional do trabalho” (MARINI, 2011a [1973], p. 135-136). Diferentemente de Theotônio dos Santos, por exemplo, que em sua periodização da dependência apontou como primeiro tipo a “dependência colonial”. Não entraremos nesse debate por fugir do escopo deste trabalho. Assumiremos a posição de Marini.

economias que exercem sobre elas um domínio (...), em última instância, elas não são determinadas por esta situação condicionante, e sim pelas forças internas que as compõem”<sup>10</sup> (DOS SANTOS, 1994. p. 15).

Em um texto posterior o autor adverte:

Enfocar la dependencia como una condición que configura cierto tipo de estructuras internas, significa tomar el desarrollo como un fenómeno histórico mundial; como resultado de la formación, expansión y consolidación del sistema capitalista. Tal perspectiva implica la necesidad de integrar, en una sola historia, la perspectiva de la expansión capitalista en los países hoy desarrollados y sus resultados en los países por él afectados. Pero no se trata de tomar estos resultados como simples “efectos” del desarrollo capitalista, sino como su parte integrante y determinante. (DOS SANTOS, 2011 [1978], p.356-357)

Uma das contribuições fundamentais da TMD, segundo MARINI (2010 [1994]), é esse entendimento do capitalismo como um sistema mundial, com todas as implicações que isso acarreta e que viemos tratando até aqui, o que leva a TMD a entender que o subdesenvolvimento não é uma etapa no caminho ao desenvolvimento, mas que os dois são qualitativamente distintos e, mais ainda, que subdesenvolvimento e desenvolvimento estão diretamente interligados não só por serem complementares mas também por seu antagonismo<sup>11</sup>. Cabendo salientar que a noção de dependência “se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá se desenvolver jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas” (MARINI, 2011a [1973], p. 132).

Ainda dentro dessa temática, para DOS SANTOS (2011 [1978], p. 361),

La relación de interdependencia<sup>12</sup> entre dos o más economías, y entre estas y el comercio mundial, asume la forma de dependencia cuando algunos países (los dominantes) pueden expandirse y autoimpulsarse, en tanto que otros países (los dependientes) solo lo pueden hacer como reflejo de esa expansión, que puede actuar positiva y/o negativamente sobre su desarrollo

10 Em outro trabalho Theotônio sintetiza muito bem esse caráter da relação de dependência ao colocar que “la dependencia es una situación en la cual un cierto grupo de países tienen su economía condicionada por el desarrollo y expansión de otra economía a la cual la propia está sometida” (DOS SANTOS, 2011 [1978], p. 361) e ao mesmo tempo “(...) la dependencia condiciona una cierta estructura interna que la redefine en función de las posibilidades estructurales de las distintas economías nacionales” (DOS SANTOS, 2011 [1978], p. 364)

11 Como nos advertiu CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. Em: VALENCIA, Adrián Sotelo; MARTINS, Carlos Eduardo; SADER, Emir; DOS SANTOS, Theotônio (orgs.). **América Latina e os desafios da globalização – ensaios em homenagem a Ruy Mauro Marini**. São Paulo. Boitempo. 2009.

12 Entendida por nós aqui como a relação de complementariedade entre o capitalismo do centro e o da periferia do sistema.

inmediato. De cualquier forma, la situación de dependencia conduce a una situación global de los países dependientes que los sitúa en retraso y bajo la explotación de los países dominantes.

### 2.2.3 Periodização da dependência

Partindo dessas definições, entendemos que as economias dependentes estão fundamentadas na Divisão Internacional do Trabalho<sup>13</sup> através da qual se reproduz o modo de produção capitalista e na qual cada economia tem um papel a cumprir. Para a América Latina restou o papel de subordinada, o qual assumiu com muito afinco. Com isso o nosso continente tomado como um todo se especializa na produção de matérias-primas, produtos de origem agrícola, pequenas manufaturas, montagem, etc, enquanto as economias de capitalismo avançado produzem bens industrializados.

Porém o problema não se restringe a “o que nós produzimos” indo também em direção à diferença de produtividade dentro do sistema, pois esse papel subordinado ocorre mesmo no caso das economias dependentes que lograram uma indústria interna, que por um lado passam a conduzir certos ramos complementares da indústria capitalista transnacional, que passa para a periferia do sistema certos ramos, ou processos, específicos, os quais não estão ligados ao desenvolvimento de tecnologia, avanços técnicos e industriais, etc.; por outro lado gestam uma indústria de manufaturas nacional para atender uma demanda do mercado interno, mas que encontra dificuldade dado o estágio monopólico que o capitalismo globalizado se encontra; ou ainda tem a situação inicial, de produtora majoritariamente primária, restabelecida (de forma reeditada, é claro).

Essa reedição da dependência “dentro del marco del proceso de integración capitalista mundial, bajo el dominio del capital monopólico” (DOS SANTOS, 2011 [1978], p.24) se demonstra historicamente. Partindo da inserção no

---

13 “La dependencia está, pues, fundada en una división internacional del trabajo que permite el desarrollo industrial de algunos países y limita este mismo desarrollo en otros, sometiéndolos a las condiciones de crecimiento inducido por los centros de dominación mundial” (DOS SANTOS, 2011 [1978], p.361-362).

sistema com uma função de produtora de alimentos<sup>14</sup>, a América Latina também passa a fornecer insumos para a indústria dos países centrais. Como disse Marini:

à sua capacidade de criar uma oferta mundial de alimentos, que aparece como condição necessária de sua inserção na economia internacional capitalista, prontamente será agregada a contribuição para a formação de um mercado de matérias-primas industriais, cuja importância cresce em função do mesmo desenvolvimento industrial. (MARINI, 2011a [1973], p. 137)

Ressalta-se, portanto, o duplo papel do nosso continente no fornecimento de bens primários para o mercado mundial. Isso contribui para a reprodução do capitalismo central, por um lado pelo próprio barateamento das matérias-primas — que ocasiona a redução dos custos de produção — e por outro através do incremento da produção e apropriação da mais-valia relativa nos países com maior desenvolvimento das forças produtivas, visto que produzimos parte dos bens-salário dos trabalhadores de lá.

O período posterior está situado entre as duas grandes guerras mundiais e é aquele que ficou conhecido como a iniciativa de industrialização por substituição de importações, mediante a qual a acumulação de capital se reafirma na agricultura para exportação e, em alguns países específicos, passa a ter um papel preponderante uma indústria para satisfazer uma demanda interna já existente, basicamente de produtos destinados às elites e não à classe trabalhadora. Nesse período ocorre o que Souza (2009) denominou como “espasmos de industrialização” em alguns países.

Esses últimos países são distinguidos por BAMBIRRA (2013 [1972], p.56), em sua tipologia para as economias dependentes, como “países com início antigo de industrialização (tipo A)”, “Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia”, que seriam as economias latino-americanas que começaram a industrialização antes dos demais, por causa de dois motivos fundamentais, segundo a autora: “a) um mercado nacional já estruturado; b) um setor industrial cujo processo produtivo [já] estava organizado com base em relações capitalistas” (BAMBIRRA, 2013 [1972], p.75).

---

14 “(...) o forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. Isso foi o que permitiu aprofundar a divisão internacional do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas” (MARINI, 2011a [1973], p. 136-137).

Naqueles países<sup>15</sup>, a próxima reconfiguração da dependência ocorreria com o fim da Segunda Guerra que é

uma época que contém características especiais, pois se inicia uma nova fase do processo de integração dessas sociedades ao sistema capitalista monopolista mundial. O sistema monopolista com características de integração mundial já começa a se formar desde o fim do século XIX, mas é somente após a Segunda Guerra Mundial que a integração monopólica mundial se cumpre de forma plenamente definida e se torna dominante, seja através do processo mais acelerado de integração no nível das grandes empresas multinacionais, seja através da criação de organismos internacionais para a integração política, seja através dos tratados de integração militar, seja, por último, através da expansão do capitalismo monopolista de Estado (BAMBIRRA, 2013 [1972], p.39-40).

O que acontece nesse período “é uma nova hierarquização da economia capitalista mundial, cuja base é a redefinição da divisão internacional do trabalho ocorrida nos últimos 50 anos” (MARINI, 2011a [1973]. p. 167), momento marcado pela transferência para os países dependentes de etapas do processo produtivo que antes eram restritos os países imperialistas, mas que por se tratarem de etapas inferiores ou complementares poderiam ser deslocadas geograficamente, “sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (...) e o monopólio da tecnologia correspondente” (MARINI, 2011a [1973]. p.167). Além disso, “adquire singular importância a importação de capital estrangeiro, sob a forma de financiamento de investimentos diretos na indústria” (MARINI, 2011a [1973]. p.166).

Há ainda, entres os debates atuais da TMD, a caracterização de mais uma fase da dependência latino-americana, marcada pela reestruturação produtiva neoliberal, com o necessário destaque à financeirização. AMARAL (2013), por exemplo, argumenta que

considerando corretas as teses favoráveis à constituição de uma nova fase do capitalismo, com destaque para a importância histórica assumida pela valorização fictícia do capital especialmente a partir dos anos 1970-1980, nos parece que se constitui, nesse mesmo momento, uma nova forma histórica da dependência. (AMARAL, 2013. p.20)

Se consideramos que a reedição histórica da dependência latino-americana significa concomitantemente a permanência e a reconfiguração de seus complexos estruturantes, citados anteriormente, é imprescindível se considerar o

---

15 Não nos aprofundaremos aqui nos países denominados de “tipo B” ou de “tipo C”, posto que o foco deste trabalho é o Brasil.

conteúdo específico dessa última reconfiguração para a análise que aqui nos ocupa, que tratará do crédito ao consumidor no desenvolvimento capitalista recente no Brasil.

#### 2.2.4 Consequências práticas da interpretação marxista da dependência

Gostaríamos de ressaltar algumas conclusões às quais a TMD conduz, que são um dos traços distintivos dessa vertente teórica latino-americana e que marcam as posições concretas que os teóricos e militantes que partilham desta interpretação assumiram.

Partindo da fórmula “dependência gera mais dependência”, a primeira conclusão a que se chega é que dentro dos marcos das relações estabelecidas não há possibilidade concreta de ascensão (passagem para o grupo de países “desenvolvidos”) da periferia ao centro do sistema. Isto não significa que não há possibilidade de desenvolvimento para a periferia, nem corrobora nenhuma tese de “estagnacionismo” de qualquer tipo. O que se diz é que essa especificidade caracteriza o próprio desenvolvimento capitalista na região.

Mesmo com uma tentativa de um desenvolvimento capitalista autônomo em relação ao centro, ao fim e ao cabo, pudemos

“(…) constatar que ese tipo de ‘desarrollo’ no nos liberaba de la dependencia, sino que, al contrario, nos convertía en objeto de un nuevo tipo de dependencia (...) [y] se constató también que la dependencia era algo mucho más profundo, ligado a los mecanismos internos de funcionamiento de nuestras sociedades. (DOS SANTOS, 1972, p.7-8)

Por um lado porque o “atraso” aqui na periferia não é a falta de desenvolvimento capitalista que poderia ser resolvido dessa maneira e, por outro lado, porque não existe autonomia para uma economia que está fundamentalmente interligada com o imperialismo, que lhe condiciona o avanço. E principalmente, como colocaram os autores até aqui, porque as relações de dependência estão internalizadas e trabalham para garantir o funcionamento da dependência, assegurando a posição dentro da Divisão Internacional do Trabalho<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Note-se que a possibilidade da economia dependente assumir uma nova posição na DIT, precisamente no desenrolar das reconfigurações históricas (como no caso do Brasil, passando a ter uma posição subimperialista segundo a visão de Marini), não rompe com a própria dependência.

Aponta-se que a proposta de aliança com a burguesia para o desenvolvimento das forças produtivas nacionais não se sustenta, primeiro por causa do desenvolvimento capitalista nas economias dependentes que conduz a mais dependência — e tudo que implica afirmar isso — e segundo porque existe uma articulação

(...) entre los intereses dominantes en los centros hegemónicos y los intereses dominantes en las sociedades dependientes. La dominación 'externa' es impracticable por principio. Sólo es posible la dominación cuando encuentra respaldo em los sectores nacionales que se benefician de ella. (DOS SANTOS, 1972, p. 50)

E como considera DOS SANTOS:

La burguesía de los países atrasados es, pues esencialmente capitulacionista. Está dispuesta a sacrificar el desarrollo nacional y su liberación económica y política a cambio del apoyo económico y de la seguridad interna que el imperialismo le promete. El carácter universal de este proceso explica la creciente unidad del movimiento antiimperialista en todo el mundo. (DOS SANTOS, 2011 [1978], p. 141)

Com tudo isso chegamos a mais uma conclusão dos dependentistas, a de que *a superação da dependência está radicada na superação do imperialismo. E este não encontrará outro fim senão com o fim do capitalismo.*

Como disse MARINI (2011a [1973], p. 135): “a consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida”.

A revolução socialista é a conclusão máxima a que a Teoria da Dependência em sua vertente marxista nos conduz, sendo, portanto, a única forma de superar a dependência.

### 3 ESPECIFICIDADES DO CAPITALISMO DEPENDENTE

O capitalismo dependente tem características próprias relacionadas ao seu desenrolar histórico específico, que o tornam uma forma particular de capitalismo, um capitalismo *sui generis*, que adquire sentido quando é estudado dentro do sistema capitalista em seu conjunto (MARINI, 2011a [1973], p.132). Acreditamos que essas especificidades podem ser agrupadas e sintetizadas em: (1) transferência de valor; (2) superexploração da força de trabalho; e (3) cisão do ciclo do capital.

Estas três características estão dialeticamente interligadas e constantemente se reconfigurando. A seguir tentaremos expô-las, resumidamente. Como se trata de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no nível da Graduação, gostaríamos de pontuar as dificuldades que nos deparamos, as quais, mesmo com o máximo esforço que despendemos, certamente não nos permitirão expor de forma exemplar o que nos propomos. Por isso, longe de se pretender uma interpretação final e acabada do tema, faremos uma apresentação preliminar e introdutória, porém muito compromissada.

#### 3.1 A TRANSFERÊNCIA DE VALOR

A TMD entende a *transferência de valor* como umas das condicionantes estruturais da dependência. Ela vem da constituição própria da DIT e é o que condiciona em primeira instância as relações de dependência. Marini traz uma primeira abordagem para esse tema através de uma interpretação acerca do intercambio desigual dentro do mercado mundial capitalista.

Visto que as economias dependentes se inserem na DIT inicialmente como exportadoras de produtos primários e importadoras de produtos industriais, há uma tendência de deterioração dos termos de intercâmbio, guiados pela proporção entre os preços dessas mercadorias, cada vez se precisa vender mais produtos primários para conseguir comprar os industrializados. Isso os cepalinos mostraram.

O passo adiante de Marini reside na conclusão de que nesse intercambio desigual há na realidade uma transferência de uma parte do valor e do mais-valor produzidos na economia dependente para o centro do capitalismo.

Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências

de valor, passando por cima das leis da troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias. (MARINI, 2011a [1973]. p.144)

O autor ainda faz uma precisão teórica mostrando os mecanismos que podem atuar na transferência de valor, que podem ter por base (1) no caso de produzirem os mesmos bens, o (des)nível de produtividade entre as nações, trazido pela diferença na composição orgânica do capital que determina aqueles que têm maior margem para apropriar de parte da mais-valia produzida socialmente; e (2) se intercambiarem mercadorias diferentes, o monopólio da produção de certos bens, como primários para um e industriais para o outro, faz com que por um lado as nações com maior poder de barganha tenham espaço para fixarem seus preços acima do seu valor, conduzindo a uma cessão do valor produzido na economia menos favorecida, e/ou por outro da acentuação que esse mecanismo pode adotar dada um maior produtividade nos países centrais, que lhe favorecem a se apropriar de uma parte maior ainda do valor (MARINI, 2011a [1973]. p.145).

Em *Dialética da Dependência* (1973), Marini trata inicialmente a transferência de valor no âmbito do comércio internacional, embora aponte outras formas de transferência de valor em uma série de outros textos.

A questão se torna mais grave quando se insere nessa dinâmica um dos pontos fundamentais para a caracterização do imperialismo, segundo Lenin, que seria a preponderância da exportação de capitais sobre a exportação de mercadorias. E na história latino-americana vemos isso na reconfiguração da dependência quando o papel dos investimentos externos e dos empréstimos passam a ter função significativa para a reprodução do capital internamente.

Para Marini é fundamental a compreensão da forma pela qual a transferência de valor é compensada na América Latina, pois “incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna” (MARINI. 2011a, [1973]. p.147).

O mecanismo dessa compensação é chamado por Marini de “superexploração do trabalho”, com a qual a burguesia se utiliza de mecanismos para aumentar a massa de valor produzida sem remunerar o trabalhador “adequadamente”, compensando as perdas que lhe são impostas no nível do mercado mundial.

Recentemente, houve intenso debate acerca da precisão teórica desta categoria enquanto “superexploração da *força* de trabalho”, dado que esta é a mercadoria que os trabalhadores e trabalhadoras efetivamente vendem ao capitalista (conferir CARCANHOLO [2013] e CARCANHOLO e AMARAL [2012]).

Visto que isso se dá na economia interna e, como viemos frisando até aqui, as relações de dependência são internalizadas e condicionam elas mesmas as sociedades dependentes, a superexploração não é somente um mecanismo de compensação da transferência de valor e mais-valor, mas também a forma específica que a exploração da força de trabalho adquire na economia capitalista dependente, constituindo ela mesma uma condicionante estrutural da dependência.

### 3.2 SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO<sup>17</sup>

A categoria fundamental para a caracterização da economia dependente é a superexploração da força de trabalho. Para BAMBIRRA (1978, p. 27-28), “el gran aporte de Marini a la teoría de la dependencia fue haber demostrado cómo la superexplotación del trabajo configura una ley de movimiento propia del capitalismo dependiente”. Também para OSORIO (1984, p.16)

la categoría de superexplotación es la piedra angular para comprender la especificidad del capitalismo latinoamericano en tanto da cuenta de las formas particulares en que se asienta la producción de plusvalía, cómo es explotada la fuerza de trabajo y las tendencias que de ello se derivan en el plano de la circulación y distribución.

Marini realmente nos apresentou que “o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho” e alertou que “as implicações da superexploração

---

17 Pelo debate fugir ao escopo deste trabalho, assumiremos que “superexploração *do trabalho*” equivale a dizer “superexploração *da força de trabalho*”, em todas as citações. De igual maneira, não debateremos se a categoria superexploração da força de trabalho é ou não exclusiva da economia dependente, assumimos que sim. Também não discutiremos o entendimento da “superexploração” como uma “maior exploração da força de trabalho”, assumimos que as mesmas não são equivalentes, não confundindo os mecanismos pelos quais a superexploração se apresenta (que podem representar, sim, um maior desgaste para o trabalhador) com a forma específica que a exploração da força de trabalho adquire na economia dependente, cabendo o esclarecimento de que entendemos o termo “exploração” como o consumo, a utilização, da mercadoria força de trabalho. Tampouco entraremos no debate que Fernando Henrique Cardoso trava com Marini ao considerar a superexploração uma forma de mais-valia absoluta e um acaso dentro do desenvolvimento do modo de produção capitalista, entendemos que as duas afirmações são errôneas. Assim como não discutiremos a posição de Nilson Araújo de Souza que entende a categoria não como uma compensação (em primeira instância) da transferência de valor, mas como fruto de uma desproporcionalidade entre os setores da economia dependente, o que leva a horizontes específicos de superação da dependência.

transcendem o plano da análise econômica e devem ser estudadas também do ponto de vista sociológico e político” (MARINI, 2011b [1973], p. 185).

Forjada no seio da economia exportadora, que — com a ressalva de que “(...) as tendências assinaladas (...) incidem de forma diversa nos diferentes países latino-americanos, segundo a especificidade de sua formação social” (MARINI, 2011b, p.174) — é entendida como “a transição a uma autêntica economia capitalista nacional, a qual somente se configura quando emerge ali a economia industrial” (MARINI, 2011b, p.174), a superexploração representa um conjunto de mecanismos que levam a que a remuneração dos trabalhadores e trabalhadoras seja feita abaixo do valor de sua força de trabalho. Nas palavras de Marini:

(...) a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunere abaixo do seu valor real. (MARINI, 2011b [1973], p.180)

Para a teoria marxista, a grandeza do valor da mercadoria força de trabalho é medida pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a “produção” desta mercadoria específica, o qual pode ser mensurado a partir do valor de um conjunto de bens e serviços, social e historicamente determinados, que compõe uma cesta de produtos necessários para a recomposição e reprodução da força de trabalho. O que a TMD aponta é que estruturalmente nas economias dependentes a remuneração se dá por debaixo desse valor mínimo necessário para a reprodução do trabalhador.

Isso ocorre por meio de alguns mecanismos, dos quais três são apontados por Marini já em *Dialética da Dependência*: [1] aumento da jornada de trabalho, sem um correspondente aumento na remuneração; [2] aumento da intensidade do trabalho; e [3] a apropriação, por parte do burguês, de uma quota do trabalho necessário, para além do trabalho excedente já produzido. Segundo o autor,

(...) nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses

mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo do seu valor e correspondem, portanto a uma superexploração do trabalho. (MARINI, 2011a [1973], p.149-150)

Partindo da análise de Marini, AMARAL e CARCANHOLO (2012, p.99) apresentam mais um mecanismo de expressão da superexploração da força de trabalho, que não debateremos neste momento: [4] “a ampliação do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário para tal”. A qual “está relacionada à ideia de que a determinação do valor da força de trabalho é histórico-social e, com o avanço das forças produtivas e, portanto, das necessidades humanas, esse valor sobe e, se não é pago integralmente, temos uma nova forma de superexploração do trabalho”.

Assim, esses mecanismos identificados “configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva” (MARINI, 2011a [1973], p.149). Com a necessária reafirmação de que não se quer dizer que há um novo Modo de Produção, em termos mais abstratos, mas sim que há na economia dependente uma forma capitalista de produzir que lhe é particular. Ou seja, a base das relações sociais de produção é capitalista, porém apresenta complexos de determinações que lhe concedem características próprias.

Com isso,

desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado e determinavam seu caráter e sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição: chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve que fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana. (MARINI, 2011a [1973], p.154-155)

Assim, ao observar as relações entre as economias dentro da divisão internacional do trabalho no desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista em escala mundial e partindo da constatação de que a transferência de valor caracteriza tais relações (estando no âmago inclusive das compras e vendas no mercado mundial), Marini constata que

o que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o

valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (Marini, 2011a, p. 146-147)

Chegamos assim a um ponto em que já não nos basta continuar simplesmente a noção de troca entre as nações, mas devemos encarar o fato de que, no marco dessa troca, a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação. Sob esse ângulo, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta, desde o ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de mais-valia e por isso da taxa de lucro. Assim, a contrapartida do processo mediante o qual a América Latina contribui para incrementar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais implicou para ela efeitos rigorosamente opostos. E o que aparecia como um mecanismo de compensação no nível de mercado é de fato um mecanismo que opera em nível da produção interna. (MARINI, 2011a [1973], p.147)

Com isso, o que se planteia é que a superexploração é uma necessidade das relações de produção capitalistas internas às economias dependentes e que se a periferia está condicionada pela forma subordinada que se integra ao sistema, a maneira específica que a exploração da força de trabalho assume nessas economias condiciona a sua forma de participação na economia mundial.

E além disso, dá ao capitalismo da economia dependente um caráter próprio, a base de um capitalismo *sui generis*, que tem sua forma particular de se reproduzir, mediante um ciclo de rotação do capital específico, cuja reprodução atua conjuntamente e por intermédio da transferência de valor e da superexploração da força de trabalho, ao mesmo tempo que as reproduz.

### 3.3 CISÃO DO CICLO DO CAPITAL

Dado que o destino da produção latino-americana é o mercado externo e que a própria classe trabalhadora do continente não recebe a remuneração mínima para reproduzir sua força de trabalho “adequadamente”, o que se tem na economia dependente é uma separação entre as esferas do ciclo do capital. E isto faz com que o capitalismo *sui generis*, que viemos falando, mostre ainda mais a sua cara, exibindo não somente suas exacerbações quanto às leis gerais do capitalismo, como também, e principalmente, suas características mais particulares e expondo suas contradições fundamentais. Assim,

uma vez convertida em centro produtor de capital, a América Latina deverá criar, portanto, seu próprio modo de circulação, que não pode ser o mesmo

que aquele engendrado pelo capitalismo industrial e que deu lugar à dependência. Para constituir um todo complexo, há que recorrer a elementos simples e combináveis entre si, mas não iguais. Compreender a especificidade do ciclo do capital na economia dependente latino-americana significa, portanto, iluminar o fundamento mesmo de sua dependência em relação à economia capitalista mundial. (MARINI, 2011a, p.154)

É neste caminho que pretendemos seguir com este trabalho, a saber: a compreensão das especificidades do ciclo de reprodução do capital na economia dependente brasileira, mesmo que da forma preliminar que nos propomos nesse TCC.

### 3.3.1 O CICLO DO CAPITAL NA ECONOMIA DEPENDENTE

Seguindo com nossa primeira apreensão ao tema, partimos da compreensão do ciclo de reprodução do capital e da percepção de seu elemento central que é o *valor*, cujos movimentos Marx retratou ao formular sua Teoria do Valor, dando um salto qualitativo dentre os economistas que lhe precederam, colocando-a muito além de uma lei de determinação dos preços de mercado, mas como uma teoria sobre a essência da época capitalista. Em outras palavras, o principal não é entender como se chega ao preço que as mercadorias assumem no mercado, mas quais são os elementos centrais da reprodução da vida material no capitalismo.

A partir de tal estudo, compreende-se o *valor* como a expressão de relações sociais de produção e o *valor de troca* como proporção em que se troca uma mercadoria por outra. E é aí, ao se chegar na essência do sistema, que se pode entender como ele próprio se desenvolve.

Este modo de produção vive essencialmente de uma relação dialética entre duas esferas: produção e circulação, num circuito contínuo. Em termos sociais, processo se dá com (1) a junção de componentes que farão parte da valorização, vindos do mercado; (2) a produção do valor, através do trabalho; e (3) a realização das mercadorias produzidas. Este transcurso é chamado de **ciclo do capital** e representa uma relação dialética entre a produção e a circulação do capital, descrita por Marx em *O Capital* através de um esquema D - M ...P... M' - D'.

No que diz respeito ao ciclo do capital, mesmo ele sendo uma abstração de um exemplo histórico específico, há uma generalidade que o faz remeter ao capitalismo em geral, na medida em que este se caracteriza precisamente pelo fato

de que a reprodução da vida material se dá — em escala social e cada vez mais — através da produção, compra e venda de mercadorias.

De modo breve, dadas limitações desse trabalho, pode-se expor o ciclo de reprodução do capital da seguinte forma: o capitalista, detentor do *capital dinheiro*, vai ao mercado onde compra mercadorias *força de trabalho e meios de produção*, e isso é a **primeira fase de circulação**, os coloca em contato um com o outro no **processo de produção**, onde a *mercadoria força de trabalho* agirá sobre os *meios de produção* criando novas mercadorias que agora têm um *valor* maior do que quando entraram no processo produtivo (valor este constituído pela parcela de valor transferida pelos trabalhadores a partir do consumo produtivo dos meios de produção, pela parcela do valor criado por seu próprio trabalho equivalente àquela consumida na reprodução de sua própria mercadoria força de trabalho e pela parcela que excede o valor total existente até então, em valor a mais, mais-valor ou mais-valia); essas novas mercadorias, uma vez que lhes for adicionado novo trabalho, serão levadas pelo capitalista ao mercado numa **segunda fase de circulação**, para poderem ser “realizadas”, vendidas, completando um movimento de rotação do ciclo do capital; serão transformadas então de *mercadorias* “com um valor acrescido” em *capital dinheiro acrescido*, em proporção maior que o *capital dinheiro* que entrou no ciclo produtivo.

Neste circuito algumas questões precisam ser destacadas. Primeiro que é o trabalhador o sujeito que cria valor, através do dispêndio de energia física e mental – em outras palavras: através do consumo produtivo de sua capacidade de trabalhar, ou sua força de trabalho, mercadoria da qual é proprietário e o último que lhe resta vender para sobreviver. Em segundo lugar, todo o mais-valor criado pode seguir três caminhos: ser entesourado pelo capitalista, servir-lhe para compra de meios de consumo próprios ou ser agregado a uma proporção igual à inicial de capital-dinheiro e ser reinvestido. Neste último caso, o Ciclo então se repete de forma ampliada passando a se iniciar com um montante maior de capital-dinheiro.

Essa abstração é condicionada de acordo com as características histórico-sociais, concretas, distintas em cada local e em cada época. Assim, uma formação social da periferia do sistema não reproduzirá um ciclo do capital totalmente igual ao do centro, embora estas características mais gerais e abstratas sejam identificáveis em todas as formações sociais capitalistas.

Por isso, dada a forma subordinada com a qual a América Latina se insere no mercado mundial, suas formas de produzir e realizar a produção se apresentam de forma diferente das que estão nas economias de capitalismo avançado. Isso sem perder na essência o modo de produção dominante, mas pelo contrário reproduzindo estas mesmas relações sociais de produção, exacerbando algumas, acrescentando ou resgatando outras e consolidando uma forma particular de capitalismo.

Em outras palavras, por ter um capitalismo *sui generis* historicamente construído e reproduzido em sua especificidade ou particularidade, o circuito de produção, apropriação, acumulação e realização do valor assume também uma forma particular nas economias dependentes latino-americanas. Assim, as tendências do ciclo do capital “geral” se mantêm, mas são moldadas segundo realidades específicas, histórica e concretamente determinadas, levando por exemplo: a um sistema produtivo que estruturalmente não se sustenta na satisfação das necessidades da sua numerosa classe trabalhadora; à ampliação da contradição da situação do trabalhador como produtor e consumidor das mercadorias que ele próprio produz; a que o grau de desgaste da força de trabalho encontre níveis altíssimos; a que a economia seja imensamente ligada ao sistema produtivo das economias com maior desenvolvimento das forças produtivas; entre outras tantas peculiaridades.

O que queremos dizer é que, é um engano pensar que o capitalismo dependente (em sua reprodução interna) é o mesmo capitalismo dos países imperialistas, embora ambos conformem uma totalidade necessária e que reproduz o próprio imperialismo enquanto fase do capitalismo em escala mundial. Aqui temos características próprias, que não se emancipam do Modo de Produção Capitalista, mas pelo contrário, constituem condições históricas nas quais ele se perpetua como o sistema de produção de todo o planeta.

Com isso, o que temos não é uma falta de capitalismo (que necessitaria, portanto, de um desenvolvimento). Tampouco temos o problema centrado no nosso poder de barganha no mercado mundial, na nossa falta de poder militar, etc. Temos, na verdade, um capitalismo particular, específico, que só pode ser superado se for desvendado.

Entender como se comporta o ciclo do capital na economia dependente é um grande passo para desvendar a essência das particularidades do nosso capitalismo dependente, como disse MARINI (2011a [1973], p.154)<sup>18</sup>.

### 3.3.1.1 Primeira Fase de Circulação (C1)

Para a primeira fase de circulação “lo primero que nos debe preocupar es determinar el origen del capital dinero” (MARINI, 1979, p.2). MARINI (1979) aponta três fontes principais: a primeira é o [1] **investimento privado interno**, que nada mais é do que mais-valia produzida dentro da economia dependente e que se apresenta para comprar meios de produção e força de trabalho.

Dado o determinante da transferência de valor, a burguesia nacional não tem acesso à apropriação de valor suficiente para inserir-se em sua reprodução de capital, cuja forma e escala permitam superar dita transferência, o que transforma o próprio caráter desta burguesia, que também se torna subjugada e à revelia do capitalismo central, configurando seu carácter capitulacionista.

A segunda fonte é o [2] **investimento público**, que tem como fontes os impostos pagos tanto pela burguesia (na forma de impostos sobre tudo que gira em torno da produção e que compõe o custo de produção e também aquela sobre a parcela do valor que forma parte da mais-valia entesourada pelo capitalista e que é tributada direta e indiretamente), como os impostos pagos pelos trabalhadores, bem como os frutos da exploração das empresas estatais.

Neste ponto o autor destaca o papel preponderante do Estado no ciclo do capital, que se apresenta sob três formas: “la capacidad que tiene de transferir hacia si parte de la plusvalia generada por el capital privado, la de producir él mismo plusvalia y, finalmente, la de captar parte del capital variable de los salarios pagados a la fuerza de trabajo” (MARINI, 1979, p.4), tudo isso além da contribuição para a extração da mais-valia por parte do capital privado (infraestrutura, doações, salvamentos, empréstimos, financiamentos, etc.).

E por último a terceira fonte é o [3] **investimento externo**, que se mostra de duas formas:

---

<sup>18</sup> O objetivo é deixar claro que estudar o ciclo do K é estudar toda a dependência. É, ao transitar entre os vários níveis de abstração - óticas de abstração -, entender como se relacionam as três características mais fundamentais da dependência: superexploração, transferência de valor e cisão do ciclo; e suas implicações.

como inversión directa cuando de manera exclusiva o compartida, es decir asociada, el capitalista extranjero invierte directamente en la economía dependiente, detentando la propiedad total o parcial del capital productivo a que la inversión dio lugar y apropiándose directamente de la plusvalía total o parcial allí generada. Se presenta como inversión indirecta cuando el capital extranjero se pone a disposición de los capitalistas internos (nacionales y extranjeros), bajo la forma de préstamos o financiamientos, contratados directamente con los capitalistas receptores o con el estado, que lo redistribuye a éstos o los integra a su propia inversión. (MARINI, 1979, p.4)

A respeito dessa última fonte é importante destacar que, apesar da criação de empregos, movimentação da economia, geração de renda, produção de mercadorias, etc, a “contribuição” que o capital externo traz à economia dependente é retirar dela própria parte da mais-valia que ali foi produzida, caracterizando um processo direto de transferência de mais-valor, nas palavras de Marini:

Desde el momento en que, cumplido el ciclo de producción, el capital extranjero contribuyó a la producción de plusvalía él tiene derecho a una parte de ella bajo la forma de ganancia o de interés, según se trate de inversión directa o indirecta. Ello da lugar a transferencias de plusvalía al exterior.<sup>19</sup> (MARINI, 1979, p.5)

Em segundo lugar, destacamos a preponderância que esse capital tem numa economia como a nossa, se tornando fator indispensável para a reprodução do capital agindo diretamente sobre ela e configurando o que Marini chama de *internalização* deste capital, levando à conclusão de que esse fator relevante para a economia dependente, que extrai mais-valia nesta (bem como tem sua parcela de contribuição para a determinação das formas de extração) e a transfere para sua origem, está totalmente fora de controle da economia nacional:

Insistimos: en esta primera aproximación de lo que es la economía dependiente, desde el punto del ciclo del capital, observamos que en su primera fase de circulación — de la que depende el proceso de acumulación — actúa un factor externo a la economía dependiente, un factor que se encuentra totalmente fuera de su control: el capital extranjero, y que sin embargo, el hecho de que se incorpore a esa fase de circulación, lo internaliza, por así decirlo, lo constituye em factor directo del ciclo de capital de esa economía. (MARINI, 1979, p.5)

O próximo passo no nosso estudo é a destinação desse capital dinheiro que entrou no ciclo, que é a compra das mercadorias *meios de produção e força de trabalho*. Sobre essa última estudaremos na próxima seção com mais afinco, aqui

---

<sup>19</sup> Marini ainda destaca que quando esta transferência não acontece, o reinvestimento da mais-valia produzida internamente por intermédio do investimento externo é contabilizada como capital estrangeiro, mesmo sendo produzida na própria economia nacional, contribuindo para a desnacionalização da economia.

assumiremos somente que é comprada na economia dependente e colocada no ciclo.

A respeito dos meios de produção, que são todos os elementos necessários ao processo produtivo em si para além dos seres humanos, uma parcela é comprada pelo capitalista na própria economia — como a terra, as construções, as matérias-primas, os materiais mais básicos que ali são produzidos e até em parte os equipamentos — e outra é comprada do exterior, principalmente o maquinário (MARINI, 1979, p.5).

O principal problema que isso traz é a forma aguda que esse feito de comprar no exterior assume na economia dependente, levando a uma dependência dupla dessa economia do exterior, já aqui no início do ciclo, ao necessitar do capital-dinheiro e também do capital-mercadoria vindos de fora.

MARINI (1979, p.6) aponta que isso se dá em decorrência da estrutura do processo histórico de acumulação de capital na América Latina. Segundo ele, a tendência do processo de industrialização nos países que apresentam maior desenvolvimento das forças produtivas é de primeiramente formar-se para produzir bens de consumo e posteriormente estruturar a produção de bens de capital para em primeira instância suprir aquela indústria. Porém nas economias dependentes a situação se dá de forma diferente: como a industrialização se deu de forma tardia, já na época imperialista, e com o maior desenvolvimento industrial dos países ditos “avançados”, os países dependentes prolongaram sua fase de produção de bens de consumo, e o fizeram porque havia a oferta de meios de produção prontos no exterior, com a qual não podiam concorrer e pela qual tinha a demanda suprida.

Lo han podido hacer por el hecho de contar con una oferta externa de medios de producción, en particular equipo y maquinaria, que les permite no sólo avanzar sin base propia en la producción de bienes de consumo habitual, ordinario, sino desdoblarse en producción de bienes de consumo suntuario (donde los productos tienen muchas veces el carácter de bienes mixtos, como los de la industria automotriz), sin contar con un sector dinámico de bienes de capital. A consecuencia disso foram o avanço sem uma base própria e o foco na produção de bens em larga medida suntuários. (MARINI, 1979, p.5)

### 3.3.1.2 Fase de Produção (P)

E assim, com os meios de produção e a força de trabalho comprados, chegamos à produção. Aqui os trabalhadores agirão sobre as máquinas, equipamentos e matérias-primas, e criarão o valor e o mais-valor.

No exercício teórico, seguimos com as implicações que as mercadorias adquiridas apresentam no âmbito da produção. Sem perder de vista que a primeira fase de circulação condiciona a fase da produção, afinal não estão desvinculadas.

Os meios de produção vindos do exterior favorecem a reprodução interna e externa de uma característica geral da economia capitalista que é a mais-valia extraordinária.

Quando um capitalista consegue aumentar a produtividade e reduzir assim o valor unitário das mercadorias produzidas em uma dada unidade produtiva antes dos demais capitalistas do seu ramo, esse valor unitário pode ser expressivamente menor que o valor social de troca da mercadoria em questão. Em vez de colocar seus produtos com um preço mais baixo no mercado, dito capitalista pode vendê-los pelo mesmo preço dos concorrentes, compatível com o valor social de troca, e se apropria assim de uma porção da mais-valia que não foi produzida nas unidades produtivas que controla e que está além daquela da qual se apropria imediatamente por meio do processo produtivo que ele próprio controlou. Essa mais-valia é apropriada a partir do valor produzido em outras unidades produtivas, controladas por outros capitalistas. E assim ele se mantém, adquirindo de forma extra uma porção de mais-valia, até que os outros capitalistas do seu ramo emparelhem a produtividade com a sua e todos sejam obrigados a levar seus preços aos níveis mais baixos que os que estavam praticando dada a queda do valor social de troca que se generaliza. Essa é a grande busca de cada capitalista: baixar seus custos de produção antes dos demais e conseguir se apropriar de uma maior parcela da mais-valia produzida socialmente.

No capitalismo dependente, os meios de produção adquiridos no exterior contribuem para que o capital estrangeiro que aqui atua esteja sempre um passo à frente do capital nacional, fazendo com que as empresas privilegiadas por esse lucro diferencial tenham dois caminhos pela frente, mas só um horizonte a se chegar: a monopolização precoce da economia dependente. Os dois caminhos são: ou vendem no preço médio do ramo e ganham mais-valia extraordinária (o que leva à concentração de capital, quando o volume de capital se eleva a cada ciclo), ou

vendem de acordo com seu custo de produção e quebram as empresas de nível médio (o que conduz à centralização do capital, por meio do acúmulo de propriedade, já que podem comprar as empresas falidas) (MARINI, 1979, p.8). “En cualquier caso, lo que tenemos son procesos que conducen a la monopolización precoz que se observa en las economías dependientes” (MARINI, 1979, p.8).

Essa apropriação de mais-valia extraordinária se dá internamente e também externamente, no que se refere aos capitais mais produtivos ou através da remessa de lucros para as matrizes de empresas estrangeiras, configurando dois essenciais mecanismos de transferência de valor do comércio entre países, como já destacamos.

E na busca por participar em maior parte da mais-valia social, as pequenas e médias empresas notadamente de capital nacional dependente, não conseguindo frear a sangria da mais-valia por meio do aumento da produtividade — já que não têm a mesma tecnologia e técnica que as outras — aumentam a taxa de exploração da força de trabalho, essencialmente através de um aumento na produtividade por meio de um na intensidade do trabalho, de um aumento na duração do trabalho ou diretamente com o rebaixamento de salários (MARINI, 1979, p.8). O que estamos tratando aqui é a superexploração da força de trabalho — que comentamos em seções anteriores e dissemos que para além de um mecanismo de compensação à transferência de valor é também a forma característica que a exploração da força de trabalho assume na economia dependente —, uma das categorias centrais do capitalismo *sui generis* dependente, segundo a TMD, por meio da qual se expressam determinações e mecanismos que fazem com que a força de trabalho seja remunerada abaixo do seu valor.

O problema ainda se agrava mais, pois as empresas monopolistas nesse ponto seguirão as possibilidades do mercado e também rebaixarão os salários em relação ao valor da força de trabalho, podendo também superexplorar a força de trabalho que contrata. E mais, em consequência da superexploração todos os insumos que a indústria (de capital nacional ou estrangeira) necessite, terão menores preços de produção e poderão estar com seus preços de mercado rebaixados, o que favorece ainda mais a empresa monopolista (MARINI, 1979, p.8).

Se establece así un círculo vicioso en el cual la estructura de precios tiende siempre a deprimirse, por el hecho de que se deprime artificialmente el

precio del trabajo, el salario. Esto tendrá consecuencias, como veremos, para las condiciones en que se realiza la segunda fase de circulación. (MARINI, 1979, p.8)

Note-se aqui que, assim como a transferência de valor, a própria superexploração da força de trabalho também atua na determinação da deterioração dos termos de troca, o que não foi percebido pela CEPAL.

Ainda cabe expor duas características mais da fase de produção. A primeira é que para se estabelecer um regime de superexploração da força de trabalho, é desejável que a classe trabalhadora esteja desarticulada e suscetível aos desmandos do capital. A principal forma para isso é com a concretização de um robusto exército industrial de reserva, ou em outras palavras uma massa de trabalhadores prontos para ingressar ao mercado de trabalho que puxam para baixo os salários e ameaçam a posição do trabalhador empregado (MARINI, 1979, p.9), para a qual é de grande implicação o histórico de escravidão colonial e as especificidades da questão fundiária na América Latina.

Esse exército industrial de reserva que é categoria geral do capitalismo, adquire mais força ainda na economia dependente visto que a incorporação de técnicas e tecnologias vindas do exterior, pensadas para aumentar a produtividade, faz com que trabalhadores sejam retirados de seus postos de trabalho em função do aumento de produtividade para a qual foram pensadas. Implica ainda sobre ele a superexploração que faz com que não se empregue mais trabalhadores para o exercício do processo produtivo (MARINI, 1979, p.9).

Por fim, mas não menos importante, é preciso colocar que com a dupla ligação com o exterior, exposta quando vimos a C1, a economia dependente se vê, para além de ser invadida por equipamentos e máquinas vindas de fora, obrigada a impor técnicas e setores produtivos que não foram pensados para sua própria realidade. A consequência disso, como já foi dito, é o aumento do exército industrial de reserva em detrimento de uma tecnologia pensada para uma economia com maior desenvolvimento das forças produtivas, por exemplo. Mas além disso, a economia se especializa em produzir bens que não são em primeira instância necessidade de suas próprias massas, muito menos da sua classe trabalhadora. Há uma primeira separação entre o que se produz e o que se necessita, uma cisão no ciclo do capital. Ou seja, "(...) la estructura de producción se separa

progresivamente de la capacidad real de las necesidades reales de consumo de las masas trabajadoras” (MARINI, 1979, p.9).

E é por isso que se produz celulose em escala larguíssima enquanto a base de consumo de certa economia pode ser arroz e feijão. Ou se produz carne de gado para exportação ao mesmo tempo que grande parte da população não a tem no prato. Ou ainda se produza automóveis para o mercado mundial, enquanto se importa medicamentos. Ou mesmo se amplie intensamente a área de plantio de soja e um largo período de estiagem faça com que a produção de feijão, produto básico do consumo da classe trabalhadora em determinada economia dependente, diminua de forma considerável e o seu preço chegue até a quadruplicar<sup>20</sup>.

Desembocamos assim nos problemas de realização das mercadorias produzidas. E isso diz respeito à segunda fase de circulação do ciclo do capital.

### 3.3.1.3 Segunda Fase de Circulação (C2)

Aqui as mercadorias produzidas no processo de produção serão vendidas, realizadas. Elas podem assumir três formas principais: [1] bens de consumo necessário, que fazem parte da cesta de consumo da reprodução material da vida dos trabalhadores (mesmo que os consumam também a burguesia) e que determinam o valor da força de trabalho; [2] bens de consumo suntuário, que não se incluem no consumo ordinário dos trabalhadores e são consumidos essencialmente pelos burgueses; [3] bens de capital, que são as matérias-primas, bens intermediários e as máquinas, que ao fim e ao cabo serão intercambiados entre os capitalistas (MARINI, 1979, p.10).

Como vimos, a produção de bens de capital não é uma característica elementar da economia dependente. Com isso há o aprofundamento do embate entre a estrutura de consumo e a produção desta economia.

Tendo trabalhadores remunerados abaixo do seu valor, o que a economia dependente vê é seu mercado interno grandemente reduzido e a consequência disso é a restrição da possibilidade de realização do que foi produzido internamente. Nas palavras de Marini: “Así, la superexplotación del trabajo que implica, como

---

<sup>20</sup> Aqui não se trata somente do fato de que a produção seja determinada, em maior medida, quantitativamente pelo valor de troca e não qualitativamente pelo valor de uso — característica comum ao capitalismo de maneira em geral —, mas trata-se também de um condicionamento específico que a dependência traz sobre os valores de uso produzidos na economia dependente.

vimos, que no se remunere a su valor la fuerza de trabajo, acarrea la reducción de la capacidad de consumo de los trabajadores y restringe la posibilidad de realización de esos bienes”<sup>21</sup> (MARINI, 1979, p.11).

Além disso, o consumo não se restringe ao que é gasto a partir dos salários, ou pela ótica do capitalista o dispendido com capital variável, mas também o consumo improdutivo do burguês que é a parte da mais-valia que não foi acumulada nem reinvestida no ciclo produtivo; muito menos compõe aquela parcela que se esvai da economia dependente para o exterior na forma de transferência de mais-valia que já comentamos e que de fato restringe também as possibilidades de realização interna das economias dependentes (MARINI, 1979, p.11).

En consecuencia, la estructura del consumo individual responde a la de la distribución del ingreso que comprende la plusvalía no acumulada y el capital variable. Vimos ya cómo la superexplotación del trabajo corresponde a la elevación de la cuota de plusvalía; es normal, por tanto, que la parte relativa a la plusvalía no acumulada aumente en detrimento de la que se refiere al capital variable. En esto reside la razón de la estructura de distribución del ingreso altamente concentrada que encontramos en la economía dependiente (...). (MARINI, 1979, p.11)

Ou seja, já que há uma sangria da mais-valia produzida na economia dependente e há a compensação disso através da superexploração, o aumento do consumo improdutivo, vindo da mais-valia não acumulada, se dá em função da compressão do que é pago aos trabalhadores.

O que se tem é uma massa de trabalhadores com salários baixos indo ao mercado, conjuntamente à burguesia indo também consumir com seus lucros advindos da superexploração. Isso faz com que se concretize a limitação da realização do mercado interno. Note-se que esta limitação não significa uma “impossibilidade de desenvolvimento”, uma “falta de desenvolvimento” ou qualquer tendência à estagnação.

Essa limitação por um lado influi sobre o aparato produtivo, ou seja, C2 orienta a produção. O que conduz a

que la mayor parte de las ramas que producen para el consumo popular, llamadas en lenguaje desarrollista tradicionales, tengan poco dinamismo en

---

21 “La superexplotación se refleja en una escala salarial cuyo nivel medio se encuentra por debajo del valor de la fuerza de trabajo, lo que implica que aún aquellas capas de obreros que logran su remuneración por encima del valor medio de la fuerza de trabajo (los obreros calificados, los técnicos, etcétera) ven su salario constantemente presionado en sentido descendente, arrastrado hacia abajo, por el papel regulador que cumple el salario medio respecto a la escala de salarios en su conjunto” (MARINI, 1979, p.11).

contraposición a las industrias denominadas "dinámicas", que crecen rápidamente, y que producen bienes de consumo suntuario o bienes de capital para la producción de éstos. (MARINI, 1979, p.11)

Com isso, “la segunda fase de la circulación contribuye a orientar la producción en el sentido de que se separe aún más de las necesidades de consumo de las masas” (MARINI, 1979, p.11). Esse é o caráter de uma segunda cisão no ciclo do capital, na qual a produção de mercadorias voltadas ao consumo suntuário adquire uma maior importância do que a produção para o consumo da classe trabalhadora.

E por outro lado,

Esta limitación del mercado, además de influir sobre el aparato productivo, tiende también a desplazar parte de la circulación de mercancías hacia el mercado mundial a través de la exportación. Para ello concurre de modo determinante el hecho de que la masa de plusvalía generada no se queda íntegra en el país sino que parte se transfiere al exterior, lo que reduce el mercado. (MARINI, 1979, p.11)

E assim se concretiza o direcionamento das mercadorias para o mercado mundial. Além da economia capitalista dependente nascer em função das economias centrais, respondendo àqueles interesses, o seu desenvolvimento industrial também se encaminha nesse sentido, dado o caráter estrutural da dependência que todas essas contradições aqui expostas lhe conferem.

Com tudo isso, concluimos com Marini:

Resumiendo, podríamos decir que el ciclo del capital en la economía dependiente se caracteriza por un conjunto de particularidades. Entre ellas el papel que juega el capital extranjero en la primera fase de circulación, tanto bajo la forma dinero como la de mercancía, así como el hecho de que la producción determina transferencias de plusvalía (que se harán visibles en la segunda fase de circulación); fija la plusvalía extraordinaria y se desarrolla sobre la base de la superexplotación del trabajo; ambos hechos llevan a la concentración del capital y a la monopolización precoz, al tiempo que divorcian la estructura de producción de las necesidades de consumo de las masas. La distorsión en la distribución del ingreso que de allí se origina dinamiza, en la segunda fase de circulación, el sector del mercado capaz de sostener el desarrollo de las ramas de producción suntuaria, forzando a agravar esa distorsión en la medida en que dichas ramas aumentan su producción y demandan más mercado. Los límites con que choca esa segunda fase de circulación, tanto por la transferencia de plusvalía al exterior como por la deformación de la estructura de ingreso interna, la empujan hacia el exterior llevándola a buscar la realización de parte de las mercancías en el mercado mundial, con lo que se cierra el círculo de la dependencia del ciclo del capital respecto al exterior. (MARINI, 1979, p.11)

#### 4. O CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA ENTRE 2003 E 2014<sup>22</sup>

O Brasil é um país dependente. No entanto, desde a virada do novo milênio é público e notório o crescimento econômico brasileiro, com repercussão interna e externamente, inclusive propalada como relativa superação da dependência, dado nosso “desenvolvimento” econômico. No ano de 2009, o Brasil passou a compor mais um bloco econômico, o BRICS<sup>23</sup>, que reúne cinco grandes “economias emergentes” — nova nomenclatura para alguns dos países que antes se chamavam de “terceiro mundo”, “países subdesenvolvidos” ou “países em vias de desenvolvimento” — (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), agrupadas inicialmente pelo jornalista Jim O'Neill<sup>24</sup>, em um relatório do grupo financeiro *Goldman Sachs* e puxado desde então pelo Brasil em reuniões paralelas às Assembleias Gerais da ONU.

Também em 2009, a revista *The Economist* estampou em sua capa do mês de setembro uma imagem do Cristo Redentor na forma de uma espécie de foguete aeroespacial levantando voo acrescida da afirmação “Brazil takes off”<sup>25</sup>, que significa (numa tradução nossa) “o Brasil arranca”, expressão que remete diretamente ao primeiro estágio do “desenvolvimento” segundo a teoria de Walt Whitman Rostow. Foram dedicadas na revista física catorze páginas onde se tratou do crescimento brasileiro.

Em 2011 um Relatório do Banco Mundial estabelecia a sexta posição para o Brasil no ranqueamento das maiores economias mundiais. O feito foi muito comemorado pelo governo, pelos governistas e simpatizantes. A mídia nacional foi obrigada a noticiar. A economia brasileira entrou para o “G8”, grupo das oito maiores economias mundiais. Desde então, a posição do país variou e hoje em dia o país ocupa a nona posição. Antes disso, desde 1999, o Brasil já ocupava uma cadeira no “G20”, grupo das vinte maiores economias do mundo.

---

22 A escolha dessa periodização diz respeito a que em 2003 foi empossado o Presidente Lula e 2014 além do fim do primeiro governo da Presidenta Dilma, foi o ano sobre o qual encontramos os dados mais consistentes.

23 No entanto, nesse momento o Grupo se chamava BRIC, visto que a África do Sul ainda não havia sido incorporada.

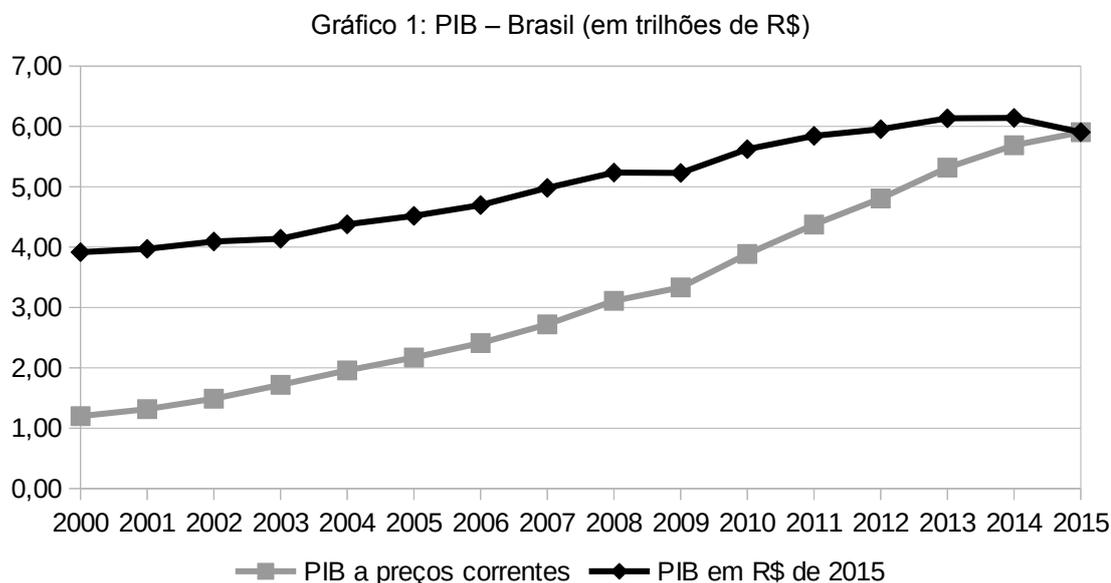
24 Disponível em: <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/.../build-better-brics.pdf>>. Acesso em: 15/06/2016.

25 Disponível em: <[http://www.economist.com/node/14845197?story\\_id=14845197](http://www.economist.com/node/14845197?story_id=14845197)>. Acesso em: 15/06/2016.

Internamente, mesmo com menos entusiasmo da mídia, as “vitórias” precisavam ser ressaltadas. A burguesia conseguia ganhos extraordinários e não havia motivo para esconder, como pode ficar expresso na fala do ex-presidente Lula quando diz que duvidaria “(...) que em algum momento da história o setor privado tenha tido tanto respeito do Estado como tem hoje [2009], ou tenha ganhado tanto dinheiro”<sup>26</sup>.

Os meios de comunicação mais à margem da ordem também ressaltavam essas melhoras. E mesmo os trabalhadores viam as transformações do Brasil, sentidas na melhora trazida pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT) em nossas vidas, o que pode ser exemplificado com os índices de aprovação dos governos, as expectativas de futuro, etc.

E para além daquela publicização e notoriedade do crescimento brasileiro, tudo isso de fato ocorreu. Houve um crescimento enorme da economia brasileira, como podemos observar através do aumento do Produto Interno Bruto (PIB), tanto em termos correntes quanto em preços constantes, no Gráfico 1.



Fonte: Bacen, 2016. Elaboração própria.

Também podemos ver que indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, responderam ao crescimento. Em uma variação de 0 a 1, o Brasil passou de um índice de 0,649 em 2000 a 0,755 em 2016.

<sup>26</sup> Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,setor-privado-nunca-ganhou-tanto-dinheiro-diz-lula-ao-ft,463350>>. Acesso em: 01/12/2016.

Aqui, leva-se em conta a esperança de vida ao nascer, a renda *per capita* e a escolaridade média dos brasileiros.

O Banco Mundial por sua vez apontou uma melhora no nível de desigualdade de renda dentro do Brasil. O coeficiente de Gini, que também varia de 0 a 1 (quanto mais perto de 0 mais equitativo é o país), mostra que houve uma redução de um índice de 0,586 (2002) para 0,529 (2013).

Não cabe no escopo deste trabalho a crítica a esses indicadores, que é de fato necessária. Quisemos mostrá-los para explicitar algumas das mudanças que se viu no Brasil nos últimos anos, por meio de interpretações da “ciência econômica” dominante internacionalmente. Nos cabe contudo, analisar — mesmo que de forma muito preliminar — em que base se deu esse crescimento da economia brasileira.

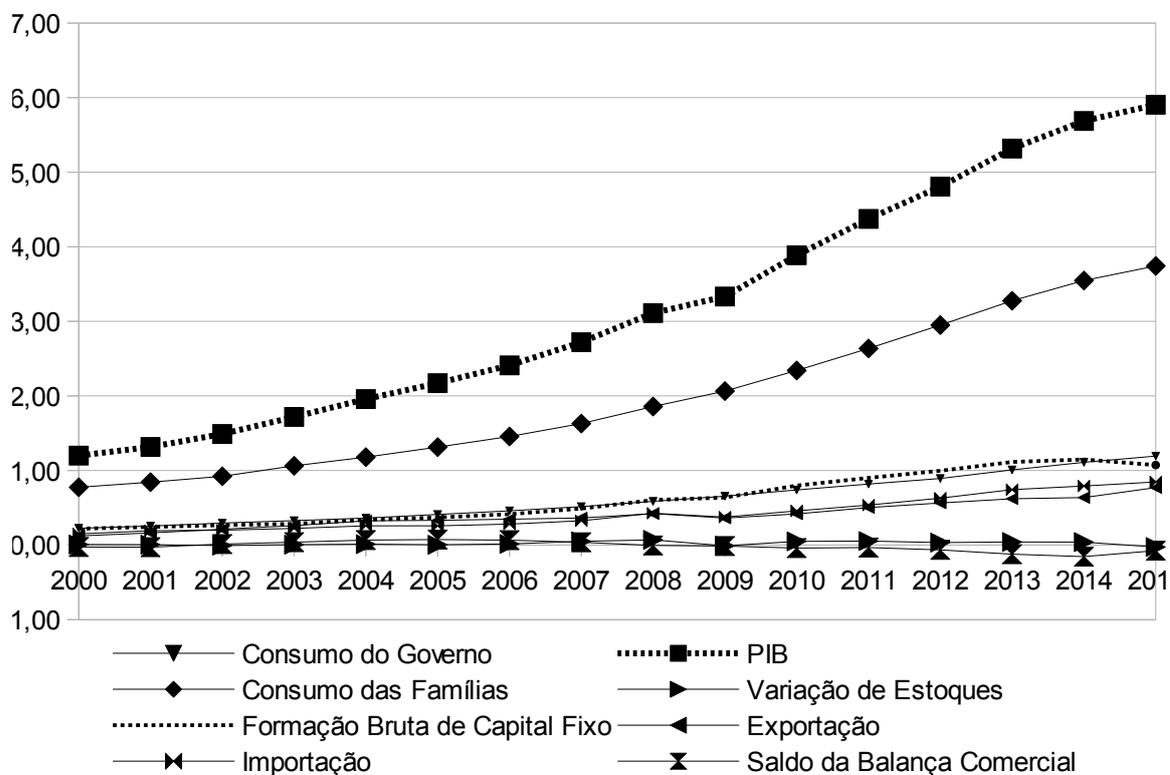
O PIB, que representa a soma do que foi produzido dentro das fronteiras do país, apresentou uma trajetória de crescimento consistente dos anos 2000 a 2015, o que pôde ser observado no Gráfico 1 e voltamos a observar no Gráfico 2<sup>27</sup>, desagregado.

O montante em valores correntes saiu de quase R\$ 1,2 trilhões no ano de 2000 e chegou a de cerca de R\$ 5,9 trilhões em 2015, o que representa um aumento próximo a cinco vezes. Se considerarmos o PIB de cinco anos antes, o aumento chega a ser de mais de oito vezes, a partir de R\$ 705 bilhões em 1995.

---

<sup>27</sup> Neste trabalho utilizamos duas fontes diferentes para o PIB, uma é o IBGE (para os gráficos com a composição do Produto) e a outra é o Bacen (para os valores correntes e variação real). Fizemos isso porque uma complementa a outra e nenhuma das duas apresentou na nossa pesquisa todos os dados que precisávamos. Por isso, há divergência entre os montantes de reais envolvidos. A partir de 2010 houve uma reformulação na apuração das Contas Nacionais com mudança no cálculo do PIB. As contas do Bacen já foram recalculadas para a nova metodologia.

Gráfico 2: PIB Brasil - Composição - Valores Correntes (em Trilhões de R\$)



Fonte: IBGE, Contas Nacionais Trimestrais, 2016. Elaboração Própria.

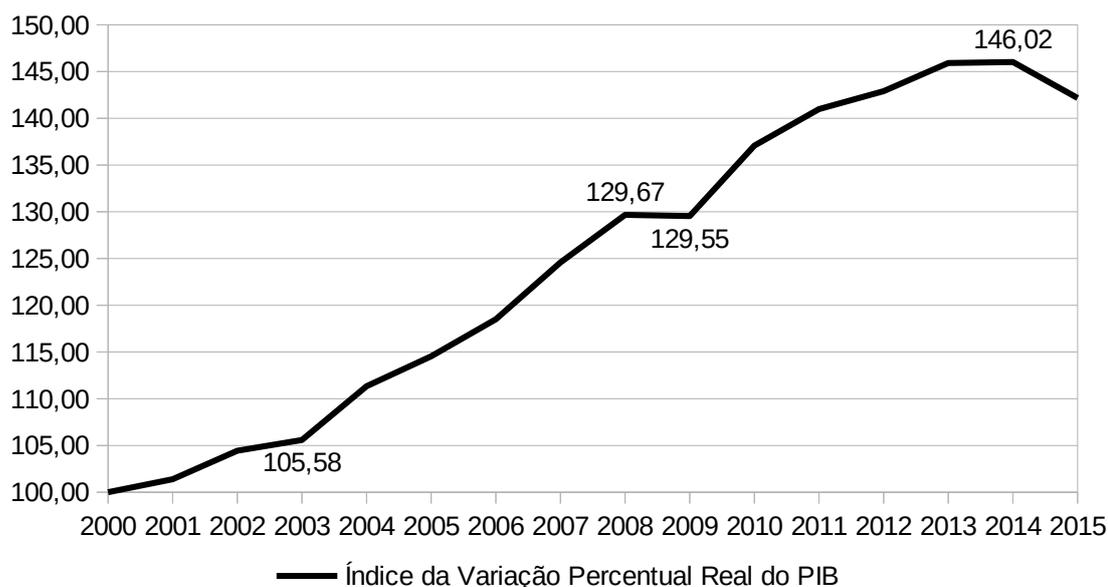
É possível notar uma ligeira redução no crescimento do PIB entre os anos 2008 e 2009, provavelmente oriunda do estouro da crise internacional neste período. Como fundamento dessa redução vemos que estes anos representam um ponto de inflexão para praticamente todas as rubricas que compõem o PIB pela ótica da despesa.

Ainda a respeito da composição do PIB, pela ótica da despesa podemos notar que duas contas apresentam a trajetória de crescimento mais estável: o Consumo do Governo e o Consumo das Famílias. Sendo este último o que visivelmente sustenta a maior parte do PIB e que tem a curva mais íngreme. São essas duas rubricas que, por exemplo, não sofrem uma variação visível (no Gráfico 2) nos anos 2008 e 2009. As curvas mais inconstantes ficam a cargo da Variação dos Estoques e da Balança Comercial. E para Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) vemos uma certa constância, porém com duas fases de desvio uma a partir de 2009/2010, quando se sobressai ao Consumo do Governo, e outra a partir de 2014 (em especial no ano de 2015), quando começa a decair.

Também é igualmente observável a desaceleração a partir do ano de 2015 (principalmente se levarmos em conta os dados do PIB em termos constantes do Gráfico 1), que preliminarmente nos parece sugerir que houve uma contribuição de: uma diminuição do vigor da FBKF em 2014 — comparado aos períodos anteriores — e sua efetiva redução no ano de 2015 — com a Variação dos Estoques sentindo o peso em 2015; o saldo da Balança Comercial, que vinha negativo desde 2009 e intensificou o deficit a partir de 2012, atingiu ponto mínimo (no período estudado) em 2014 e ensaiou uma recuperação em 2015, mas que não lhe tirou do negativo; e também, uma ligeira redução do ímpeto de crescimento do Consumo das Famílias. Novamente, foram o Consumo das Famílias e do Governo que não deixaram que o PIB decaísse, seguindo as outras contas que o formam.

Tais inflexões podem ser observadas também a partir da Taxa de Variação Real do PIB. No Gráfico 3, fizemos um índice com essa taxa, no qual estabelecemos o ano de 2000 como valendo 100 e, a partir dele, construímos as taxas de crescimento reais ano a ano, calculadas pelo IBGE. Vemos que houve redução no volume do Produto em 2009, em algo próximo a 0,1%, bem como em 2015, quando a redução chegou a 3,8%. Estes são os únicos anos em que a taxa de variação foi negativa.

Gráfico 3: Índice da variação percentual real do PIB



Fonte: BACEN, 2016. Elaboração própria.

É possível enxergarmos também “três degraus” na evolução do PIB, tanto em Reais de 2015 (Gráfico 1), como também através de sua taxa de variação (Gráfico 3). A partir disso, propomos que o período estudado seja subdividido em três momentos: um primeiro, de tímido crescimento do PIB entre os anos de 2000 e 2003, com explícita desaceleração no primeiro ano de governo de Lula; um segundo, de forte crescimento que vai da recuperação em 2004 e se estende até o ano de 2009 — com a ressalva de que houve a taxa ligeiramente negativa em 2009<sup>28</sup>; e um terceiro espaço de tempo, com crescimento significativo porém não tão acentuado, que está localizado a partir de 2010 (ano com maior taxa de crescimento de toda a série, 7,5%) e que vai até o ano de 2014<sup>29</sup>. Cabe ainda apontar o ano de 2015, que, como dissemos, apresenta taxa de crescimento negativa, porém, dada a proximidade da série temporal, não dispomos de elementos para enquadrá-lo numa tendência.

Com esta subdivisão, temos que o primeiro período apresentou uma média simples das taxas de variação do PIB na ordem de 2,22%, o segundo período de 4,53% e o terceiro de 3,01%. A média em todo o período estudado esteve em 3,1%, reafirmando a ideia de que houve sim crescimento nesse espaço de tempo, em termos da tendência média do período.

O Gráfico 4 mostra como fica a participação de cada conta no PIB, quer dizer, qual o percentual “ano a ano” das contas que o formam, pela ótica da despesa. Se mostra uma vez mais evidente a importância do Consumo das Famílias<sup>30</sup> para a conformação do Produto, pois foi o volume que sempre representou mais da metade do todo, estando abaixo dos 60% apenas em dois anos, 2007 e 2008, nos quais não ficou muito longe dessa marca, assumindo 59,87% e 59,73% da composição do PIB, respectivamente.

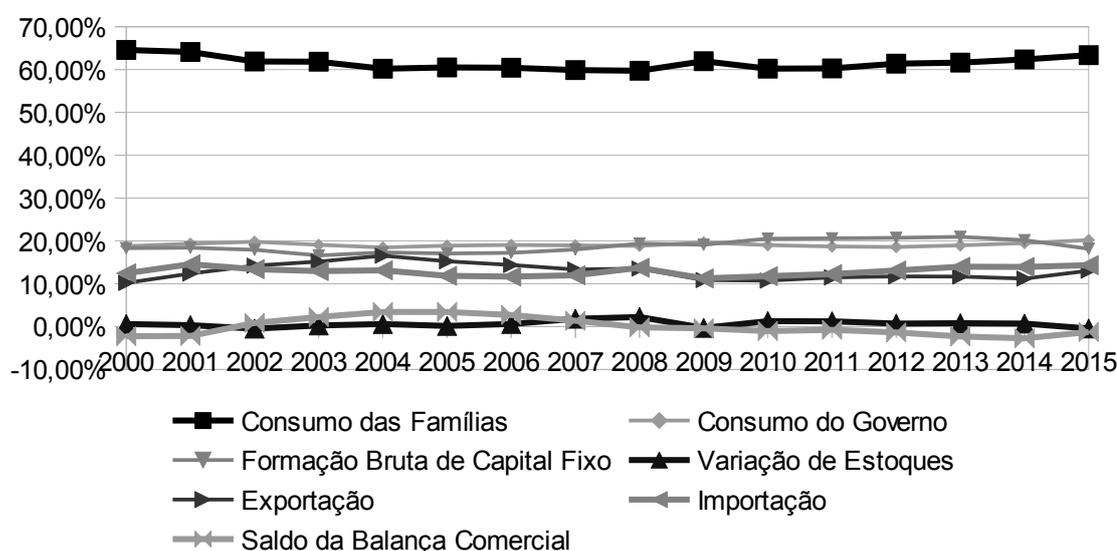
---

28 Optamos por 2009 por não considerarmos tão significativa a variação de 0,1%, ficando quase como se estivesse estagnado.

29 Como no caso anterior, por não julgarmos significativa a variação do ano anterior (0,1%), optamos por colocar o ano de 2014.

30 Nesse apartado se utiliza o conceito de Família a partir dos fundamentos da categorização das Contas Nacionais e de acordo com a Contabilidade Social, não cabendo no escopo deste trabalho maiores problematizações acerca do termo.

Gráfico 4: Participação dos agregados no PIB (em %)



Fonte: IBGE, Contas Nacionais Trimestrais, 2016. Elaboração Própria.

Com isso podemos ver como *o crescimento da economia brasileira está baseado no consumo das famílias*. Essa conclusão levou muitos pesquisadores às teses acerca do surgimento de uma “nova classe média” no Brasil<sup>31</sup>, segundo as quais uma massa de pessoas teriam conseguido se inserir na esfera do consumo e por isso ascendeu socialmente, em termos de uma transição “de classe”, ainda que definida enquanto faixa de renda.

Isso fazia parte da forma como o governo brasileiro havia planejado o “desenvolvimento” do país, como fica expresso na análise do período entre 2003 e 2010 realizada na Mensagem Presidencial do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015:

A estratégia de crescimento dos últimos anos foi, portanto, orientada pela ampliação do mercado de consumo de massa, que possibilitou o surgimento de uma nova classe média, com a inclusão de cerca de 36 milhões de pessoas no mercado consumidor. Desta forma, operou-se, nos últimos anos, um círculo virtuoso em que a expansão de rendimentos das famílias levou à ampliação do consumo por bens e serviços. Tais fatores estimularam a elevação dos investimentos e geraram ganhos de produtividade que, ao serem repassados aos salários, realimentam todo o processo. (BRASIL, 2011, p.19)

Em oposição a tudo isso — e seguindo um rico debate —, acreditamos que as teses que versam sobre surgimento ou não de uma “nova classe média”

31 Para as teses da “nova classe média” ver, por exemplo: NERI, Marcelo. A nova classe média - o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo. Saraiva. 2011.

estão equivocadas. Por esse ponto de vista, um dos autores mais relevantes é Marcio Pochmann, um dos quadros do Partido dos Trabalhadores. Em uma de suas obras, o autor constata que

(...) juntamente com as políticas de apoio às rendas na base da pirâmide social brasileira, como elevação do valor real do salário mínimo e massificação da transferência de renda, houve o fortalecimento das classes populares assentadas no trabalho. (...) O adicional de ocupados na base da pirâmide social reforçou o contingente da classe trabalhadora, equivocadamente identificada como uma nova classe média. (POCHMANN, 2012, p.11-12)

O autor demonstra ainda que o aumento das ocupações formais na economia brasileira no período estudado se deu basicamente no setor terciário, sobretudo no setor dos serviços. E mais: essas ocupações se deram nos postos mais precarizados e se concentrado na faixa de renda de 01 (um) salário mínimo e meio (POCHMANN, 2012). Com isso,

(...) as novas ocupações de serviços, absorvedoras de enormes massas humanas resgatadas da condição de pobreza, permitem inegável ascensão social, embora ainda distante de qualquer configuração que não a da classe trabalhadora. Seja pelo nível de rendimento, seja pelo tipo de ocupação, seja pelo perfil e atributos pessoais, o grosso da população emergente não se encaixa em critérios sérios e objetivos que possam ser claramente identificados como classe média. Associam-se, sim, às características gerais das classes populares, que, por elevar o rendimento, ampliam imediatamente o padrão de consumo. (POCHMANN, 2012, p.10)

Sob o mesmo ponto de vista, LUCE (2013, p.127-128) acredita que existem equívocos na interpretação do surgimento de uma “nova classe média”, pois

(...) carece de rigor al presentar el atributo potencial de consumo – utilizado para demostrar la supuesta sostenibilidad de la aparición de la clase media en la condición que representa el consumo de bienes durables – haciendo caso omiso de tres factores clave: el endeudamiento de las familias trabajadoras, el mayor desgaste de la fuerza de trabajo para poder acceder a esos valores de uso y, por fin, el abaratamiento de varios de estos productos que antes consistían en bienes suntuarios y que pasaron a la condición de bienes de consumo necesario, alterando el elemento histórico y moral del valor de la fuerza de trabajo, aunque los salarios no hayan acompañado el aumento del valor de la fuerza de trabajo correspondiente.<sup>32</sup>

Note-se que esta linha argumentativa remete à quarta forma de expressão da superexploração da força de trabalho, apontada anteriormente.

<sup>32</sup> O autor elenca em sua linha de argumentação quatro equívocos para as teses do surgimento de uma “nova classe média”. Além desse citado, ele acrescenta: o fato de que colocam em um mesmo estrato indivíduos com renda mensal muito díspares; a inclusão de pessoas que não possuem o mínimo para se reproduzir socialmente, dentro desse conceito; e a ocultação do verdadeiro sentido de classe social, ao classificar através de nível de renda e potencial de consumo (LUCE, 2013, p.19).

Também ROCHA (2013, p.21), ao questionar o “modelo de cidadania” entendido pelos governos do PT, acredita que

(...) o intento de “solidificar um padrão de desenvolvimento capaz de reduzir as desigualdades sociais do país” baseado na consolidação do cidadão-consumidor tem levado ao aprofundamento das contradições da acumulação dependente (...). A miséria do desenvolvimento e da cidadania no capitalismo dependente tupiniquim consiste principalmente em contribuir com o obscurecimento dos antagonismos de classe e o controle ideológico das massas (...).

Com isso queremos dizer que a análise deve se aprofundar um pouco mais e discutir, mesmo que de forma preliminar, as bases desse consumo, para assim enxergarmos, ainda que superficialmente, as raízes do crescimento da economia brasileira nos últimos anos.

Assim, em posse desses dados que mostram que o consumo das famílias foi o que sustentou o PIB durante esse espaço de tempo, assumimos como hipótese que *a renda ao menos aparentemente disponível às famílias aumentou* e esse foi o fator que tornou possível que elas pudessem consumir. Nesse sentido o governo brasileiro, sob a Presidência de Dilma Rousseff, acredita que

A expansão econômica nos últimos anos foi possível devido às políticas governamentais de transferência de renda, valorização do salário mínimo e estímulo à criação de novos postos formais de emprego. Ademais, verificou-se uma forte expansão do crédito que, entre 2003-2010, elevou-se de 24,6% a 46,4% do PIB. Neste sentido, destaca-se a expansão do crédito ao consumidor, especialmente voltado para aquisição de bens duráveis e habitação. (BRASIL, 2011, p.19)

Com essa interpretação, corroborando nossa hipótese, podemos elencar três fontes para o aumento do consumo das famílias brasileiras nos últimos anos: (1) *a transferência de renda focalizada*; (2) *os ganhos na renda salarial dos trabalhadores*; e (3) *o financiamento das compras via crédito*<sup>33</sup>.

#### 4.1 REDUÇÃO DA POBREZA

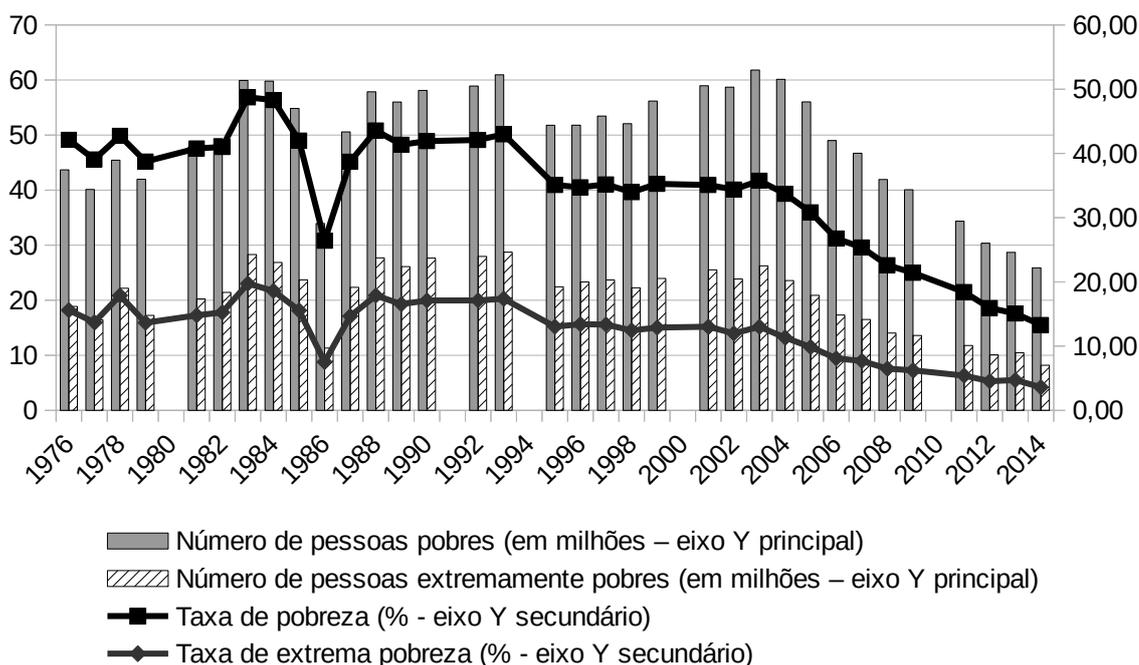
Como dito anteriormente, o grande trunfo para o crescimento econômico brasileiro recente foi a inserção de uma massa de pessoas ao consumo, o que provavelmente se deveu a uma redução drástica no número de pessoas em estado de pobreza no Brasil. O Gráfico 5 nos mostra exatamente isso.

---

<sup>33</sup> Crédito este que para as famílias pode aparentar mais renda disponível, porém não constitui apropriação de valor, mas sim uma utilização intertemporal de valor.

Essa foi a redução mais significativa, constante e de patamar mínimo, que o Brasil teve. Talvez esse seja realmente o grande feito dos governos do PT. Os números da Extrema Pobreza chegaram a menos que 1/3 do que eram na virada do milênio e os da Pobreza se reduziram a menos da metade. Há ainda um longo caminho e muitas rupturas a se percorrer, mas a mudança é inegável.

Gráfico 5: Pobreza e Extrema Pobreza no Brasil (em milhões no eixo Y principal e em % no secundário)



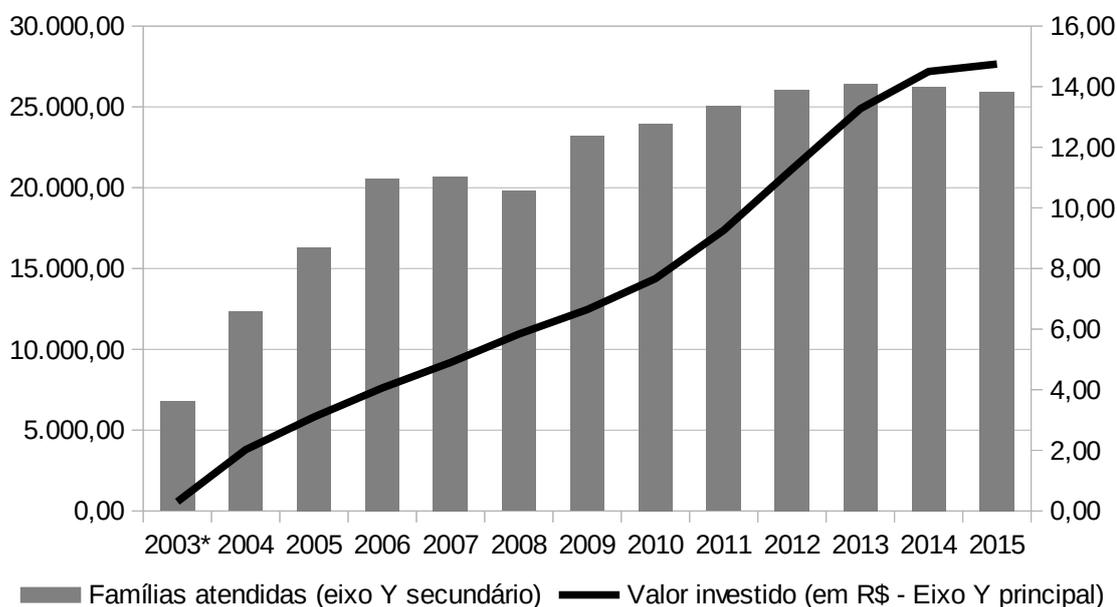
Fonte: IPEA. Elaboração própria.

O fator recorrentemente apontado para esse feito, reside nos programas de transferência de renda para as camadas mais pobres da população, iniciadas no fim dos anos 1990 nos governos do Fernando Henrique Cardoso, ampliadas e reformuladas pelos governos petistas.

#### 4.1.1 TRANSFERÊNCIA DE RENDA FOCALIZADA

Os governos de Lula e Dilma foram o espaço para a consolidação do maior programa de transferência de renda da história do Brasil, o Programa Bolsa Família (PBF). Incluído dentro de planos de governo (como o Programa Fome Zero e o Plano Brasil Sem Miséria) e criado em 2003, o PBF é uma grande marca para o período petista e chama atenção para a quantidade de pessoas atendidas, como pode ser visto no Gráfico 6.

Gráfico 6: Programa Bolsa Família - Brasil - (em milhões)



Fonte: MDS, (s.d.). Elaboração própria.

\* Início do PBF em outubro de 2003.

Com dois momentos de redução do número de famílias atendidas, um no ano de 2008 e outros após 2014, o PBF chegou em 2013 ao número de 14,09 milhões de famílias. Se considerarmos que a família média possui quatro membros, podemos supor preliminarmente que a quantidade de pessoas atingidas por essa política pública esteja na faixa de 50 milhões, ou seja cerca de 1/4 (um quarto) da população brasileira.

O PBF representa continuidade de outras iniciativas de transferência de renda, empreendidas pelos governos anteriores de Fernando Henrique Cardoso, como o “Vale-Gás”, “Bolsa Escola” e “Bolsa Alimentação”, as quais foram aperfeiçoadas, ampliadas e reunidas na forma de um só auxílio, dando-lhe, por exemplo, determinadas condicionalidades ligadas às áreas de educação, saúde e assistência social, que a família deve cumprir para a manutenção do recebimento da contribuição mensal.

O valor recebido dependerá do tamanho da família e de quanto é sua renda mensal *per capita*. Atualmente, há duas faixas de renda *per capita* mensal que garantem direito ao auxílio, uma que vai até R\$85 (oitenta e cinco reais) e outra de

R\$85,01 (oitenta e cinco reais e um centavo) até R\$170 (cento e setenta reais). A composição da família leva em conta se há gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos, o que leva à conformação de três categorias de benefícios (Básico, Variável e Variável Jovem), que somadas indicam a quantia que a família deverá receber, nunca ultrapassando o limite por família de R\$372, exceto quando esta quantia não dá para a família uma renda de R\$85 por pessoa, o que a enquadra em outra categoria de benefício, Superação da Extrema Pobreza, na qual há uma complementariedade no repasse para que se atinja esse patamar (CEF, s.d.).

A respeito do montante de Reais destinado ao Programa, o Gráfico 6 nos mostra como os recursos foram sempre crescentes, com especial destaque para os períodos entre 2010 e 2013 (com maior inclinação) e a partir de 2014 com diminuição do ritmo. A soma chegou a mais de R\$182 bilhões em todo o período de aplicação do programa, sendo que o máximo anual ocorreu em 2015 com mais de R\$27 bilhões investidos (MDS, s.d.).

Em termos de comparação, em 2004 o PBF representou 0,19% do PIB daquele ano, seguiu uma trajetória ascendente e em 2014 chegou à marca de 0,48% do PIB. Com isso podemos concluir, incipientemente, que — a despeito de seu efeito multiplicador e de sua melhoria concreta da vida das pessoas mais pobres — a política de transferência de renda focalizada não representou o grande sustentáculo para o consumo das famílias brasileiras dos anos recentes.

O que se pode observar é que com uma parcela ínfima do orçamento público se abarca um grupo representativo do total da população brasileira, o que por um lado leva à melhora efetiva da condição de vida de muitas pessoas em estado de pobreza, mas por outro evidencia os limites da atuação estatal no âmbito da seguridade social, principalmente porque diz respeito à lógica, de melhora da vida das pessoas através da sua “inserção ao consumo”.

Em total consonância com a “cartilha” dos órgãos internacionais, o PBF segue uma forma específica de se pensar a *política social*, caracterizando-a através do “(...) trinômio do neoliberalismo para as políticas sociais — privatização, focalização e descentralização (...)” (BEHRING, 2011, p.155), relegando ao Estado um papel de regulador da ordem monetária, com programas focalizados de combate à pobreza absoluta, somados à mercantilização dos serviços públicos e transmitindo

a responsabilidade para outros níveis da federação ou “setores” da sociedade. Essencialmente, desonerando o Estado de obrigações e deixando a “questão social” capitalista ao “mundo da solidariedade” e ao “serviço voluntário”.

Por tudo isso, acreditamos que o programa de transferência de renda focalizada não representou o papel mais relevante dentro da elevação do consumo agregado das famílias brasileiras nos governos Lula e Dilma, em que pese seu importante impacto na diminuição da miséria.

#### 4.2 Ganhos na renda salarial dos trabalhadores

Para a investigação preliminar do segundo fator que, segundo nossa hipótese, contribuiu para o consumo das famílias no período do ano 2003 a 2014 — a saber, o aumento da renda salarial dos trabalhadores —, pretendemos observar de forma incipiente o comportamento do PIB pela ótica da Renda, a participação dos salários em sua composição e o desempenho do Salário Mínimo no período, seguido pelos dados acerca dos rendimentos reais dos trabalhadores, da apropriação da renda nacional produzida e dos níveis de emprego, além da forma de inserção no mercado de trabalho.

É perceptível que a política salarial teve maior participação no incremento da renda agregada que os programas de transferência de renda focalizada, sempre cabendo a ressalva de seu fundamental papel na redução da miséria.

Começaremos observando como o PIB se desenrolou no período pela ótica da renda, em termos de sua composição.

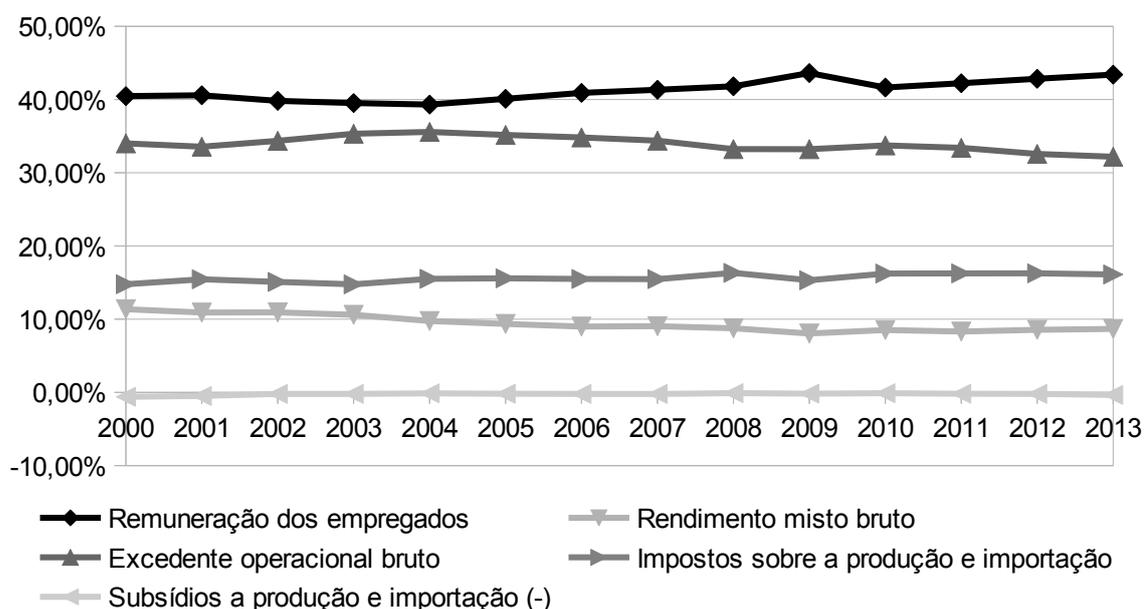
Através do Gráfico 7 podemos ver como a Remuneração dos Empregados domina toda a série histórica da composição total do PIB. Naquela conta está a estimativa da soma de todos os salários e contribuições sociais recebidas pelos empregados em troca do seu trabalho. Ela esteve sempre acima de 40% do total, exceto no ano de 2003, quando ficou na casa dos 39% (ano no qual visualmente observamos a contrapartida disso no Excedente Operacional Bruto, os *lucros* dentro do PIB<sup>34</sup>).

---

34 Excedente Operacional Bruto =  $\{(1) - (2) - (3) - [(4)-(5)]\}$ , onde, (1) é o montante adicionado pelo processo produtivo (Valor Adicionado), (2) são as remunerações aos empregados, (3) é a remuneração adquirida pelos trabalhadores autônomos (Rendimento Misto Bruto, no gráfico) e (4) são os impostos, dos quais são abatidos (5) que representa os subsídios à produção.

Dentro das Remunerações aos empregados, temos os Salários e as Contribuições Sociais (previdência, FGTS, etc), tanto a parcela paga pelos patrões, quanto a paga pelos trabalhadores — e aqui se configuram as Contribuições Sociais Efetivas. Encontra-se também o saldo entre os benefícios pagos pelo governo e as contribuições para esse fim — configurando este último as Contribuições Sociais Imputadas.

Gráfico 7: Composição percentual do PIB pela ótica da Renda (em %)



Fonte: IBGE, Sinóticas das Contas Nacionais. Vários anos. Elaboração própria.

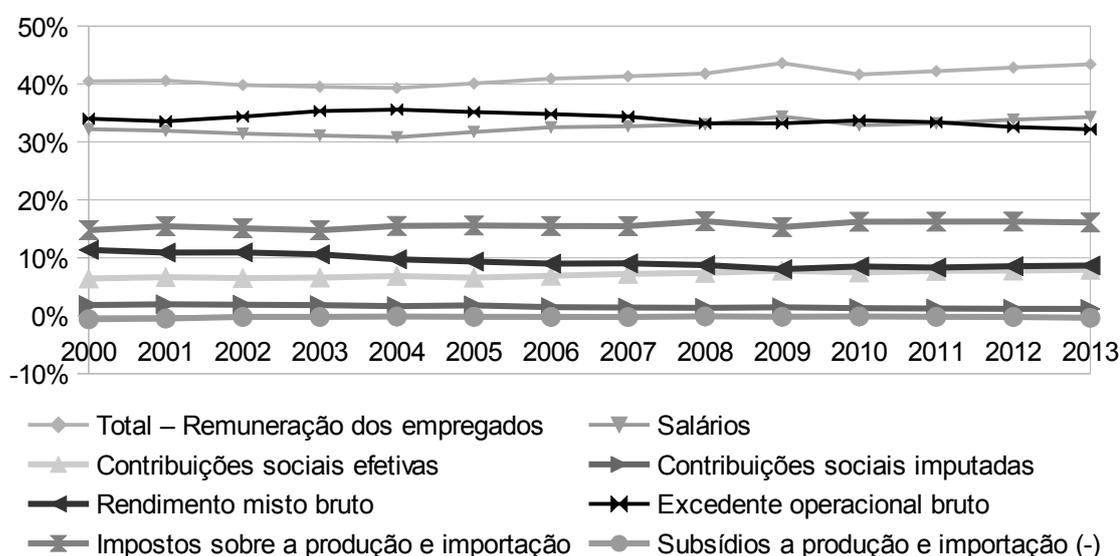
Dentre as rubricas que compõem o PIB pela ótica da renda, os Salários e o Excedente Operacional Bruto são as contas que estão mais diretamente relacionadas, representando a disputa entre patrões e trabalhadores.

É imprescindível observar como o Excedente Operacional Bruto vai perdendo força na composição do PIB, de forma débil, porém perceptível. Primeiramente em relação ao ano 2000 e em especial a partir de 2010, tendo como ponto de viragem o ano de 2005. Este é o primeiro elemento preliminar que gostaríamos de destacar acerca de um possível elenco de motivações para o golpe de Estado sofrido pela presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016: a *queda da participação no PIB por parte do excedente operacional bruto* certamente leva a um descontentamento para a classe dominante, que ao ver seus lucros diminuírem busca artimanhas para a destituição do governo do PT.

Note-se que de maneira alguma dizemos que houve uma redução absoluta do montante de lucro obtido a cada ano, o que pode ser esclarecido com a observação do crescimento do PIB, como vimos nos Gráficos 1, 2 e 3. O que queremos dizer é que, de forma relativa à composição do PIB, os lucros perderam participação.

Tudo isso pode ficar um pouco mais interessante ao analisarmos essas mesmas contas e desagregarmos minimamente a conta de remuneração dos empregados. Vejamos o Gráfico 8.

Gráfico 8: composição percentual do PIB pela ótica da Renda, com a conta Remuneração dos Empregados desagregada (Em %)



Fonte: IBGE, Sinóticas das Contas Nacionais. Vários anos. Elaboração própria.

Aqui podemos ver como a participação do conjunto dos Salários ultrapassou a participação Excedente Operacional Bruto a partir de 2012 — o que também ocorreu esporadicamente em 2009. Note-se como desde 2002 até 2007 o que ocorria era o inverso (primeiro governo Lula, o lucro do empresariado aumentando sua participação relativa à massa salarial). Com a crise estourando em 2008, a situação é virada ao revés com uma tímida tentativa de volta aos tempos ótimos em 2010 (e até mesmo em 2011) que não se sustenta.

E esse é mais um elemento para a insatisfação da classe dominante para com a direção do aparato de Estado: *a queda no Excedente Operacional Bruto foi acompanhada por um aumento relativo na parcela da renda destinada ao*

*pagamento de salários aos trabalhadores*, apesar da clara — porém ainda insuficiente para a classe capitalista — opção feita pelo governo Dilma Rousseff acerca da socialização dos prejuízos da crise com o povo. E este é um dos motivos para que uma das primeiras reuniões realizadas pelo presidente ilegítimo Michel Temer tenha sido com a direção da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e, logo em seguida, tenham havido comentários acerca da ampliação da jornada de trabalho para até 12 horas diárias (chegando a se citar 80 horas semanais), através de uma possível reforma trabalhista que coloque os acordos entre patrões e empregados acima da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)<sup>35</sup>.

Como se trata de uma análise da composição percentual, nossa análise dos dados do Gráfico 8 pode conduzir, por um lado, à conclusão preliminar de que o aumento do peso dos salários no PIB se deve em grande medida a uma queda proporcional nos lucros. Como estão diretamente relacionados, salários e lucros se determinam e são fruto do nível de acirramento da luta de classes no período.

É possível observar como nos dois primeiros anos do governo petista (e desde um ano antes) o Excedente Operacional Bruto segue uma trajetória ascendente e de forma inversa aos Salários, possivelmente representando uma vitória dos patrões sobre os trabalhadores. Nos anos posteriores a política de conciliação de classes a qual o PT se propôs parece vigorar, porém, isso só teve duração enquanto havia crescimento econômico. A partir do momento em que a crise de manifesta, através da queda dos lucros, a situação de conciliação se torna insustentável, visto que, com muitos trabalhadores amparados pela legislação trabalhista a possibilidade de redução dos salários para a compensação das perdas dos lucros é um tanto quanto dificultada, surgindo assim a necessidade de se reformar a ordem estabelecida em favor da classe dominante, para barrar suas perdas.

Com a debilidade da presidenta Dilma Rousseff em empreender tais reformas, possivelmente por sua ligação com a base social que a elegeu, a solução encontrada foi retirá-la do poder e colocar alguém que, mesmo ilegítimo para a população, possuísse amparo legal para a desobstrução do caminho para a compensação da queda do lucro.

---

35 Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2016/07/08/industria-defende-novas-leis-trabalhistas-e-cita-jornada-de-80h-por-semana.htm>>. Acesso em: 10 de agosto de 2016.

Por outro lado, também acreditamos que esse aumento da participação dos salários no PIB pode ter mais duas origens fundamentais (para seu crescimento de forma absoluta) que necessita ulterior investigação e as quais levantamos hipotética e preliminarmente: a *elevação da remuneração individual de quem trabalha* e o *aumento da quantidade de pessoas com trabalho remunerado*.

Um componente fundamental para a ampliação do rendimento de quem trabalha, ao que tudo indica, vem do aumento real que o Salário Mínimo nacional recebeu nesses últimos anos. E este nos parece ser o principal gatilho da sustentação da renda dos trabalhadores quando chegou a crise e também o grande fator para a necessidade do Golpe de Estado, em benefício da classe dominante.

#### 4.2.1 Salários

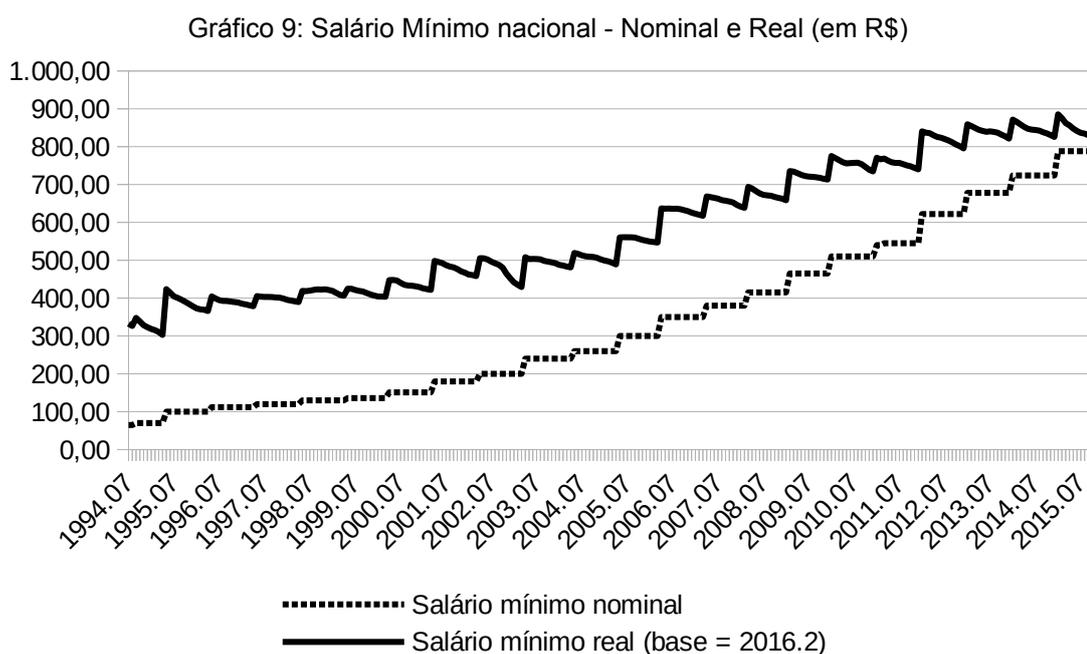
##### 4.2.1.1 Salário Mínimo Nacional

Contrariando as visões mais apressadas e a-históricas, há que se notar que o Salário Mínimo (SM) não existiu desde sempre — e muito menos veio se valorizando ao longo de todo o século da forma como se deu depois de 2002. Ele foi criado nos anos 1940 com base em decreto feito por Getúlio Vargas em plena ditadura do Estado Novo. Quando houve a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943, foi incorporado a esta, embora naquele momento cada Estado da Federação e Sub-Região apresentava seu salário e ele somente cobria os trabalhadores urbanos. Em 1954, o então Ministro Trabalho, João Goulart, propôs um aumento de 100% do SM — o que lhe custou o cargo —, que foi autorizado pelo então presidente Getúlio Vargas, com insatisfação de grande parte da burguesia e do exército. Pouco antes do Golpe Cívico-militar de 1964 ocorreu a extensão para os trabalhadores rurais. No início do processo chamado de “redemocratização”, o SM foi unificado nacionalmente e, por fim, determinado pela Constituição Federal de 1988. A partir do ano 2000, os estados mais uma vez passaram a poder fixar seus salários mínimos, porém sempre superiores ao mínimo nacional.

A partir de 2007, início do segundo mandato de Lula, entrou em vigor uma regulamentação da valorização real do SM, que vincula o crescimento do PIB e a reposição da inflação à variação do Salário, tudo isso como consolidação de uma política em vigor desde 2003, início do governo do PT.

Na tabela localizada no ANEXO 1, vemos como desde 1998 os reajustes no SM estiveram sempre acima da inflação, traduzindo-se assim em ganhos reais para a classe trabalhadora, que podem ajudar a explicar alguns dos números que vimos anteriormente acerca do aumento da participação dos salários na composição do PIB.

No Gráfico 9, vemos o desenrolar histórico do SM no Brasil em duas variáveis. Nele, estão relacionados os valores — desde 1994 quando da instalação do Plano Real — (1) do Salário Mínimo Nominal (SM Nominal), fornecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que apresenta uma trajetória ascendente e com maior intensidade a partir dos anos 2000; e (2) do Salário Mínimo Real (SM Real), calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com a desinflação da série pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e que também apresenta trajetória ascendente.



Fonte: IPEA, (s.d). Elaboração própria.

Dados anteriores aos do Gráfico 9, como visto no Anexo 2, mostram que o SM Real não alcançou os níveis das décadas de 1950 e 1960, mas que inicia uma contratendência à queda empreendida claramente desde a década de 1970. É visível a pujança deste crescimento desde a virada do século até por volta de 2011, quando parece que chegou ao fim do ciclo de crescimento, com a diminuição de seu

ritmo. O preço do SM Real atual retoma a um patamar próximo àquele encontrado em meados da década de 1950 — excetuando-se os picos encontrados nos anos de descontrolado entre 1970 e 1980.

Isso parece dizer que uma massa de trabalhadores com vínculo formal, além de terem assegurados por lei o seu salário mínimo, passaram a receber constantemente *reajustes reais no seu rendimento mensal*. E isso pode apontar para mais um motivo para a instabilidade política dos últimos tempos dentro da disputa entre patrões e empregados. Como apontamos, com a manifestação da crise através da queda do lucro, a garantia de aumento real para o salário do trabalhador se torna insustentável. Ou seja, o que “protegia” o trabalhador dentro da vigência da crise precisa ser destruído para a sustentação do lucro do patrão.

#### 4.2.1.2 Salário Mínimo Necessário

Por outro lado, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) realiza uma estimativa de quanto deveria ser o Salário Mínimo Necessário (SMN) para que uma família brasileira possa viver adequadamente. Essa estatística é interessante pois nos aproxima um pouco de qual é o Valor da Força de Trabalho no Brasil. Dizemos que aproxima em primeiro lugar porque, como várias categorias da Teoria Marxista, não há uma correspondência direta entre valor e preço e a determinação do valor vai além das observações superficiais da realidade concreta. E em segundo lugar porque, como já dissemos, trata-se de uma estimativa. A forma de apuração do SMN se baseia em duas variáveis principais: o valor da cesta básica mais cara nas capitais brasileiras pesquisadas e a parte da renda mensal de uma família destinada ao consumo de alimentos. Esta última foi obtida a partir da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) realizada na cidade de São Paulo entre 1994 e 1995.

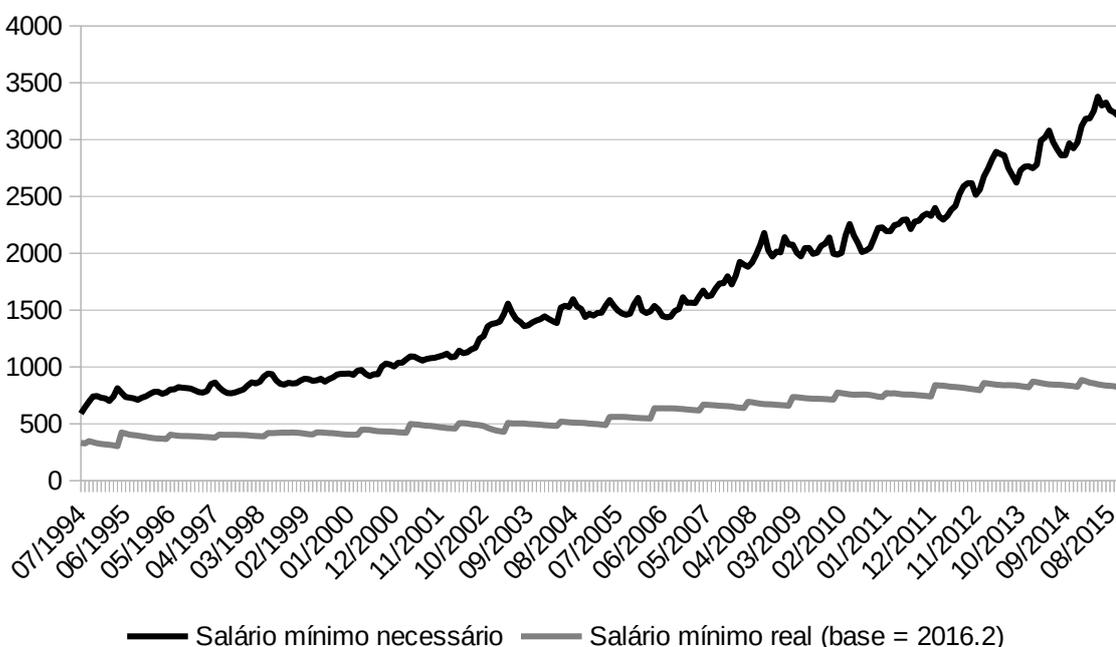
O valor da Cesta Básica hoje é calculado mensalmente mediante pesquisa própria do DIEESE, em todas as capitais brasileiras (anteriormente a pesquisa era realizada em somente 18 capitais). Já a parte do orçamento familiar que vai para o consumo de alimentos foi indicado pela POF no valor de 35,71% na renda mensal das famílias do grupo mais pobre da pesquisa. Se considera uma família com dois adultos e duas crianças, e para estas últimas se admite que cada uma consome como meio adulto.

Para calcular o Salário Mínimo Necessário, o DIEESE considera o preceito constitucional de que o salário mínimo deve atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família e cujo valor é único para todo o país. Usa como base o Decreto lei nº 399, que estabelece que o gasto com alimentação de um trabalhador adulto não pode ser inferior ao custo da Cesta Básica de Alimentos. (DIEESE, 2016, p.10)

O cálculo se dá por meio de uma regra de três simples: qual deveria a totalidade do salário (100%) se o gasto com alimentação de uma família é igual a 35,71% da renda? Junta-se então o valor mensal da Cesta Básica de Alimentos multiplicado por três (consumo de três trabalhadores: dois adultos e duas crianças) e completa-se a conta, obtendo uma série histórica a preços correntes.

Como podemos observar no Gráfico 10, ao começar o primeiro governo de Lula, em janeiro de 2003, o SMN era de R\$ 1.385,91 e o que efetivamente valeu o SM Real foi R\$441,52. Os dois seguiram uma relativa estabilidade nesse patamar durante até o início do segundo governo quando começaram a crescer gradualmente, com o SMN se elevando numa proporção visivelmente maior e alcançando R\$ 3.518,51, em dezembro de 2015, contra R\$807,50 do SM Real.

Gráfico 10: Salário Mínimo Necessário (R\$)



Fonte: DIEESE, (s.d.). Elaboração Própria.

Como apontamos no Capítulo 3, o pagamento da força de trabalho abaixo do necessário para a reprodução da vida material significa que superexploração da

força de trabalho. Como o SMN pode ser entendido como uma aproximação para o valor da força de trabalho (com as ressalvas já feitas), vemos que os trabalhadores que recebem 1 (um) SM, durante os governos petistas, receberam abaixo do necessário para viverem adequadamente, o que poderia indicar que a superexploração não foi superada<sup>36</sup>.

Na verdade, a proporção de SMN em termos de SM Real sempre ficou acima de 2 (dois) — ou seja, é preciso mais que dois SM Reais para se chegar ao patamar do SMN —, girou em torno dos 2,5 até 2011/2012 quando chegou a 3 e começou a se elevar até 3,9 em 2015<sup>37</sup>.

Como destaca LUCE (2013, p.137), se antecipando a uma possível crítica ao estudo acerca do SMN:

Una de las objeciones que se podría interponer a la afirmación anterior es que el salario mínimo toma como referente la remuneración mínima para un adulto para sustentar a toda la familia y que, hoy por hoy, tanto el hombre como la mujer trabajan a cambio de un salario, mientras que en el momento en que surgió la legislación del salario mínimo (1940) – que DIEESE utiliza como parámetro para el SMN – lo más típico era que sólo el hombre realizara trabajo asalariado. Tal afirmación, antes que contradecir el argumento utilizado por nosotros, lo fortalece. El hecho de que hoy en día, en muchas de las familias de la clase trabajadora brasileña, el sueldo del esposo y la esposa no alcancen juntos el nivel que se considera el valor normal, muestra hasta qué punto la tendencia histórica expresa una violación del valor de la fuerza de trabajo.

Sobre esse aumento nos termos da renda necessária para a reprodução da vida material no Brasil contemporâneo julgamos, de forma introdutória, que tenha a ver com o acréscimo de bens e serviços à cesta de bens necessários para a reprodução do trabalhador. Em outras palavras, acreditamos que algumas necessidades foram acrescentadas à vida cotidiana da classe trabalhadora, o que leva a uma elevação da renda necessária para sua satisfação, levando assim ao aumento no componente histórico e moral do valor da força de trabalho já citado.

Productos que antes eran francamente suntuarios, es decir, bienes de consumo de lujo, pasaron a través del tiempo a la condición de bienes de consumo necesario, que forman parte de la canasta de consumo de los trabajadores. Dos ejemplos notables son el televisor y la lavadora, que en las décadas de 1960 y 1970 eran bienes suntuarios y hoy son valores de uso que se encuentran incluso en los hogares de familias que viven en viviendas precarias y con ingresos familiares por debajo del necesario. Estos valores de uso han dejado la condición de bienes de lujo, ya sea

36 Superexploração aqui tratada apenas como pagamento abaixo do valor e não em termos do aumento da jornada e da intensidade, temas para outro trabalho.

37 Para essas afirmações levamos em consideração a média anual de casa tipo de salário.

porque el avance de la frontera tecnológica abarató su producción, ya sea porque comenzaron a expresar necesidades que la sociabilidad capitalista les puso a los trabajadores.

Si un televisor deviene necesario en la sociabilidad que se va creando con el capitalismo y si una lavadora automática se convierte en el modo de facilitar las actividades domésticas que desempeñan un papel en la reproducción de la fuerza de trabajo (dentro de un contexto de elevación de su desgaste y de aumento del tiempo de viaje hasta el lugar de trabajo), estos valores de uso pasan a componer el elemento histórico y moral del valor de la fuerza de trabajo. (LUCÉ, 2013, p.147)

Seguindo nossa análise, acreditamos ser importante observar como ficou a remuneração efetiva dos trabalhadores no período estudado, a parte da renda nacional apropriada pelos estratos mais pobres da população, que aparentemente foram os que foram inseridos na esfera do consumo, passando por sua renda média *per capita* e pelos níveis salariais na economia brasileira.

#### 4.2.2 Remuneração individual de quem trabalha

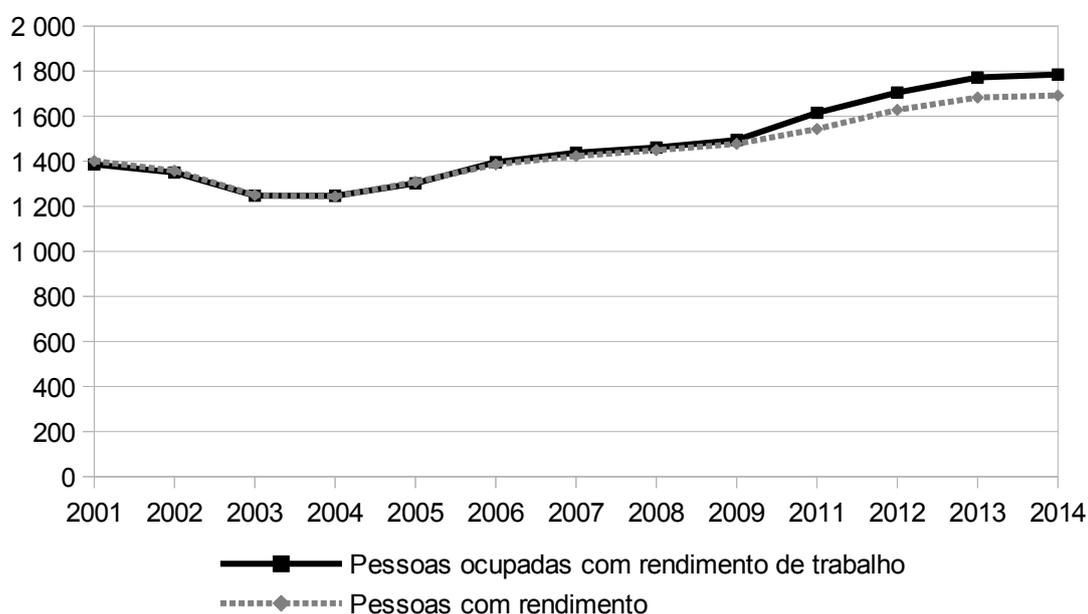
##### 4.2.2.1 *Rendimento médio*

A renda média dos brasileiros e das brasileiras que trabalham realmente aumentou nos últimos anos, como mostra o Gráfico 11<sup>38</sup>. Os valores foram desinflacionados pelo IBGE através do INPC com base em setembro de 2014.

---

38 Sabemos das limitações de uma média, porém mesmo assim achamos interessante apresentá-la para destacar um ponto em específico que ela explicita. Para além desse tema, infelizmente a maioria dessas estatísticas leva em conta pessoas a partir dos 10 ou 15 anos de idade, o que parece conduzir a normalidade quanto ao trabalho infantil. Um bom trabalho seria construir séries a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD) com elevação da idade para os 18 anos, o que ultrapassa nosso escopo.

Gráfico 11: Rendimento médio mensal real das pessoas de 15 anos ou mais de idade\* (em R\$)



Fonte: IBGE, PNAD. Elaboração própria\*\*.

\* Não se inclui o rendimento das pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

\*\* Não apresentamos os dados do ano de 2010 pois foi ano de Censo, o que demandaria uma pesquisa nesses dados e prejudicaria o fechamento em tempo deste TCC.

Para esse cálculo o IBGE se utiliza do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos, tomando a faixa de idade de 15 anos ou mais, e levando em conta somente as pessoas ocupadas na semana de referência da pesquisa (PNAD) com rendimento vindo do trabalho.

Notemos como a renda média advinda do emprego das pessoas ocupadas andou (praticamente) em igual passo à renda média das pessoas que têm quaisquer rendimentos até o ano de 2009. Desse ponto em diante há uma separação e o rendimento médio mensal e real das pessoas com rendimento do trabalho aumentou em maior grau, o que corrobora nossa interpretação acerca da queda dos lucros em detrimento dos salários, principalmente quando observamos a política de salário mínimo exercida durante o período estudado, a qual dá sustentação e amplitude para a remuneração das pessoas que ocupam postos de trabalho.

Ou seja, *a renda média real dos trabalhadores ultrapassou a renda média de todas as pessoas que têm rendimento, inclusive fora de um posto de trabalho*. E é também pode considerado um elemento que teria levado à necessidade de mudança nos rumos da economia visando à redução dos ganhos da classe trabalhadora, através da troca da governante maior.

Como se trata de uma média, para o aumento geral da renda média real podemos admitir duas hipóteses: que houve um *aumento na massa de rendas salariais*; e/ou que o *número de pessoas com rendimento assalariado ou com menores rendimentos assalariados diminuiu*.

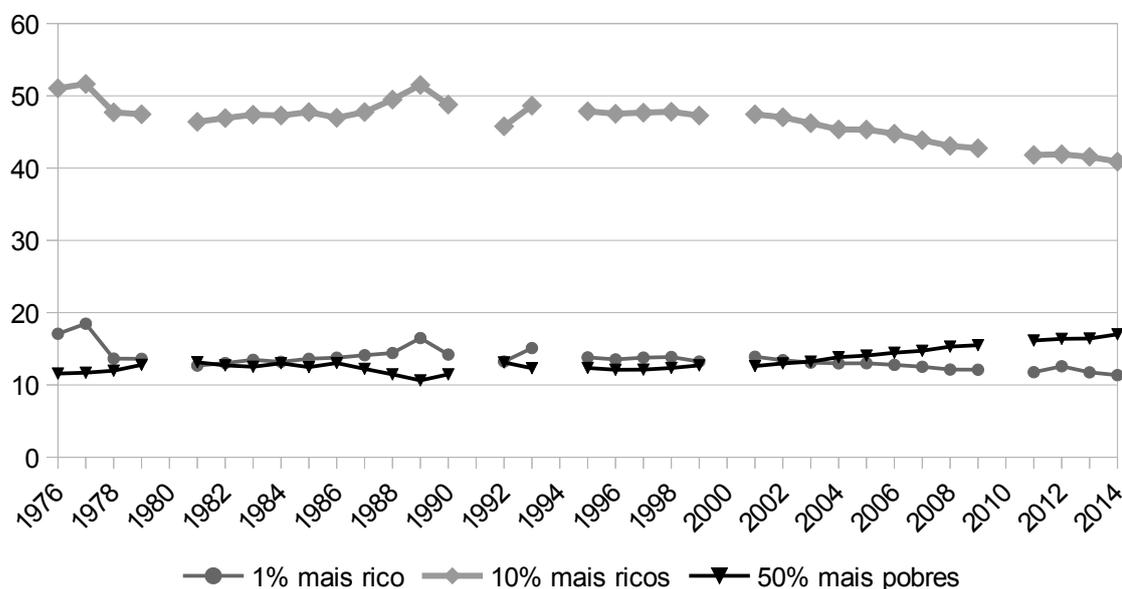
Como vimos, a remuneração dos trabalhadores tomada como proporção do PIB de fato cresceu, principalmente os salários, o que corrobora nossa primeira hipótese de que uma das possíveis causas do aumento da renda média seria a elevação da massa de rendas, somada à queda nos lucros. Uma vez que houve, pelo menos, crescimento populacional, este aumento pode ter estado associado contudo a um aumento também da massa de assalariados. Nos cabe então partir para a análise inicial da segunda hipótese, para a qual partiremos da forma como a renda nacional é apropriada, trazendo elementos que nos mostrem como houve de fato uma redução relativa da renda das pessoas mais ricas, o que contribuiu para o aumento da média da renda das pessoas que trabalham num patamar acima das pessoas com rendimentos variados. Ambas hipóteses são analisadas a seguir.

#### 4.2.3 A renda nacional

##### 4.2.3.1 *Mudança na estrutura da apropriação da renda nacional*

Vivemos o período mais consistente de mudança na proporção da renda nacional total apropriada pelos indivíduos que compõem o grupo dos 1% mais ricos e os que compõem os 50% mais pobres, desde os anos 70 (salvo a ligeira exceção do início dos anos 80, esse foi o único período em que a segunda ultrapassou a primeira). O Gráfico 12 mostra as curvas destas duas séries históricas.

Gráfico 12: Apropriação da renda total do país, de acordo com a classificação de rendimento (em %)



Fonte: IPEA, com dados da PNAD (IBGE). Elaboração própria.

Pode parecer absurda a comparação entre esses grupos de renda (1% mais ricos *versus* 50% mais pobres), mas é ao mesmo tempo inegável a mudança na estrutura de apropriação da renda nacional.

O ponto em que a apropriação da renda nacional por parte dos 50% mais pobres ultrapassa a parte que é apropriada pelo 1% mais rico é exatamente 2003, ano de início do governo Lula, e o que vemos é que há um crescimento constante da parcela da renda apropriada pelos mais pobres, num acréscimo de mais ou menos quatro pontos percentuais. Contra um decréscimo (em menor medida) do que é apropriado individualmente pelo grupo dos 1% mais ricos.

O que se pretende com a apresentação desses dados é mostrar que houve sim uma mudança na apropriação da renda nacional brasileira com o início dos governos do PT, em favor dos mais pobres e que conseqüentemente vivem (ou deveriam viver) do seu trabalho. E além disso, *apontar mais um elemento para a instabilidade política que acarretou a deposição, no ano de 2016, da Presidenta eleita.*

Com toda certeza não há motivo para grandes alegrias com os dados do Gráfico 12, visto que ainda temos, por exemplo no ano de 2014 (em nível de

exemplo), pouco mais de 2 milhões de pessoas se apropriando de 11,35% da renda nacional, enquanto 101 milhões se apropriam de 17%<sup>39</sup>.

A conclusão que podemos chegar, seguindo a linha de raciocínio que este trabalho se propõe, é que a maior parte da renda nacional é ainda apropriada pelos mais ricos. Não houve uma expressiva reversão da desigualdade. E muito menos uma mudança nas relações de propriedade e produção. Mas os setores mais pobres e que conseqüentemente vivem da venda da sua Força de Trabalho conseguiram uma relativa melhora em sua renda.

Isso também pode ser explicitado com a observação do comportamento da renda domiciliar nominal *per capita* média nesses grupos, como pode ser visto no Gráfico 13. A desigualdade fica ainda mais gritante quando analisamos a renda média domiciliar *per capita* mensal. É até difícil de visualizar graficamente.

As barras pretas (muito próximas ao eixo X) representam essa renda para os 10% mais pobres. Elas nos mostram que entre 2002 e 2014 a renda deste grupo passou por um crescimento sistemático e mais que dobrou ao fim do período, passando de R\$53,33 para R\$133,12, indexados por 2014, sem nenhuma queda. O aumento foi de quase 2,51 vezes, mas, ainda assim, representa viver com menos de R\$5 por dia.

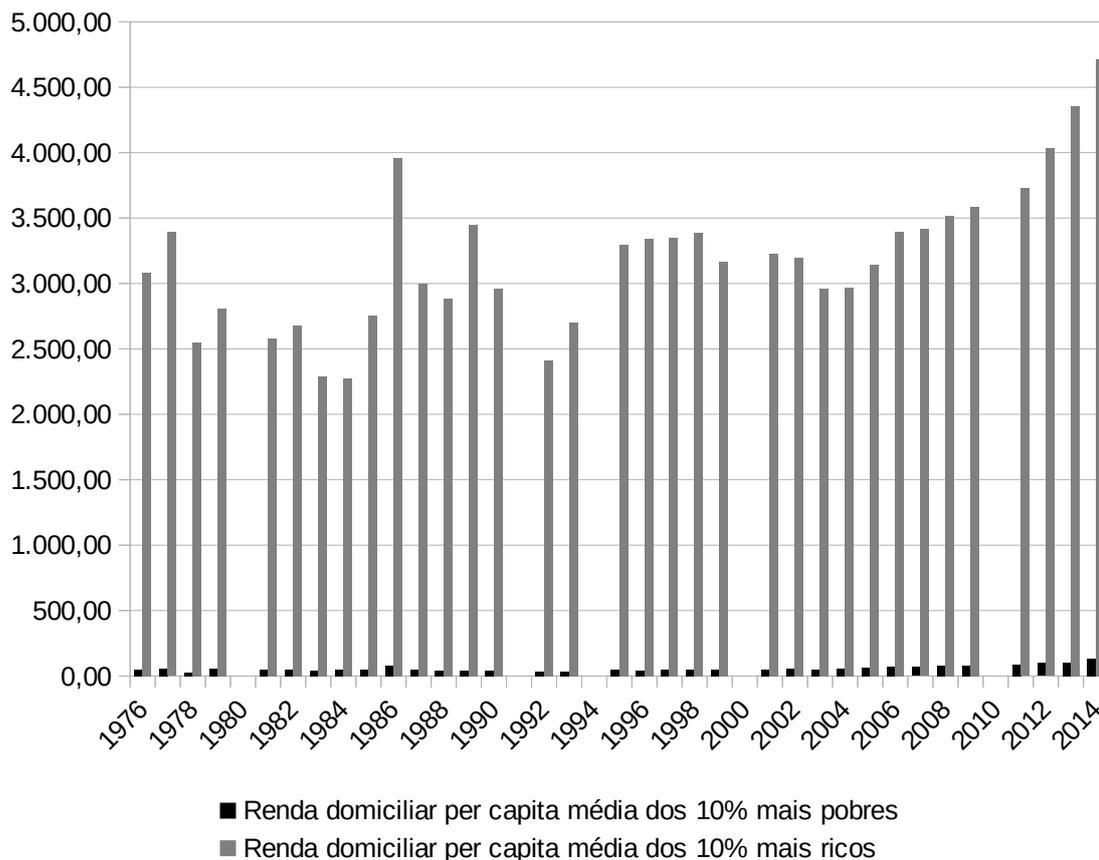
Já as barras cinzas representam a quantidade de Reais *per capita* que os 10% mais ricos têm de renda mensalmente. O seu aumento foi de pouco mais de 1,47 vezes, menor que o dos mais pobres. Mas em compensação a quantidade de renda é mais que 35 vezes a dos mais pobres. É gritante e o gráfico fala por si só.

---

<sup>39</sup> A metodologia utilizada para a montagem da série é: organiza-se os indivíduos por renda domiciliar *per capita*, de forma crescente, e se divide em 10 grupos com a mesma quantidade de pessoas. Assim o primeiro décimo corresponde aos 10% mais pobres e assim sucessivamente.

Houve uma melhoria para os mais pobres, isso é inegável. Mas na realidade quem ganhou mais foi a parcela mais rica, que, mesmo tendo um aumento proporcional menor de sua renda *per capita*, manteve uma diferença estrondosa em relação aos mais pobres.

Gráfico 13: Renda domiciliar nominal per capita, média, por décimos da população selecionados (em R\$ de 2014)



Fonte: IPEA, com dados da PNAD (IBGE). Elaboração própria.

Em nível de exemplo, enquanto no ano de 2014 cada pessoa do grupo 10% mais pobre recebia em média cerca de R\$133,12 (cento e trinta e três reais e doze centavos), cada um dos mais ricos recebia R\$4711,91 (quatro mil, setecentos e onze e noventa e um centavos). Isso quer dizer que estes últimos recebem mais de 35 (trinta e cinco) vezes a renda média mensal *per capita* dos mais pobres.

A desigualdade salta aos olhos não só na comparação com os dois extremos, pois, somente os cinco últimos décimos da população, por exemplo, recebe uma renda familiar *per capita* acima do salário mínimo vigente no ano de

2014 (R\$724,00). Além disso a discrepância entre o nono e o último decis populacionais é de mais que o dobro.

Um adendo ainda precisa ser feito: se compararmos o Gráfico 12 (da apropriação da Renda nacional) e o Gráfico 13 (o da Renda Domiciliar per capita), vemos que simultaneamente a apropriação da renda nacional por parte dos 10% mais ricos caiu seis pontos percentuais (de 47% em 2001 para 41% em 2014), enquanto a renda per capita média desses indivíduos cresceu 1,5 vezes no mesmo período (de R\$ 3225,85 em 2001 para R\$4711,91 em 2014 — com um pequeno percalço de queda no meio do caminho entre os anos de 2002 e 2003 com a recuperação em seguida). Ou seja, ao mesmo tempo em que diminui a parcela da renda apropriada pelos mais ricos, aumentou a renda per capita desse grupo.

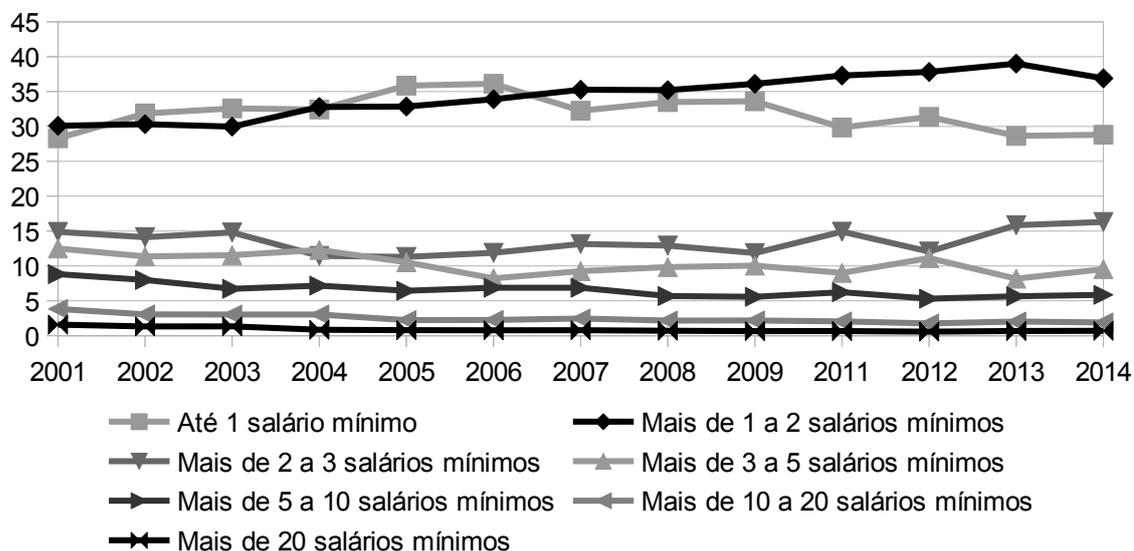
Aqui encontramos novamente um elemento de insatisfação da classe dominante, que está vendo seus excedentes serem superados pelos salários, tendo a renda ultrapassada (no caso dos 1% mais ricos) pelos 50% mais pobres e com a renda média dos trabalhadores ultrapassando a das pessoas com quaisquer rendimentos: há uma parcela menor da renda nacional para os ricos — mesmo considerando seu crescimento junto ao aumento do PIB —, em detrimento do aumento da fatia apropriada pelos mais pobres, associada ao aumento da renda *per capita*, o que poderia sugerir uma estagnação, ou mesmo diminuição, no número de pessoas muito ricas.

Deixando de lado as pessoas que vivem de rendimentos diversos que não os advindos do trabalho — e direcionando mais uma vez para a temática deste trabalho —, com o Gráfico 14 podemos ver em termos de quantas pessoas estamos falando quando tratamos das faixas de renda mensal média dos brasileiros e brasileiras<sup>40</sup>.

---

40 Optamos por colocar os dados das pessoas acima de 10 anos de idade por causa da consistência e disponibilidade dos dados junto ao IBGE. Há mais duas séries: a de Pessoas acima de 15 anos, que apresenta somente os dados a partir de 2012; e a de Pessoas de 18 anos ou mais, que só apresenta os dados de pessoas associadas a sindicatos. Para conferência, acessar: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp>>. Para os dados acerca da renda per capita por décimo da população ver IPEA, Salário e renda (s.d.). E mais um adendo: Mesmo que se tenha levado em conta as crianças da família, ficaria aquém do SMN.

Gráfico 14: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, com rendimento principal no trabalho, por faixa de rendimento em Salários Mínimos (em % dos trabalhadores)



Fonte: IBGE, PNAD. Elaboração própria.

Aqui podemos ver como a quantidade de pessoas ocupadas que têm como renda média mensal um a dois salários mínimos vai ganhando participação desde a virada do século, em comparação às outras faixas. A faixa de “até um salário mínimo” cresceu até o ano de 2006 e desde então veio decrescendo. Juntas essas duas curvas mostram que desde 2002, a parte da classe trabalhadora que recebe até dois salários mínimos esteve sempre acima dos 60% (em 2001 foi 58,39%) e a partir de 2004 esse número foi sempre crescente — até em termos absolutos (quantidade de indivíduos) isso se comprova: houve aumento considerável nessas duas faixas, com especial destaque para a de “mais de 1 a 2 salários mínimos” que, depois de um visível salto em 2004, vai crescendo sistematicamente até 2013.

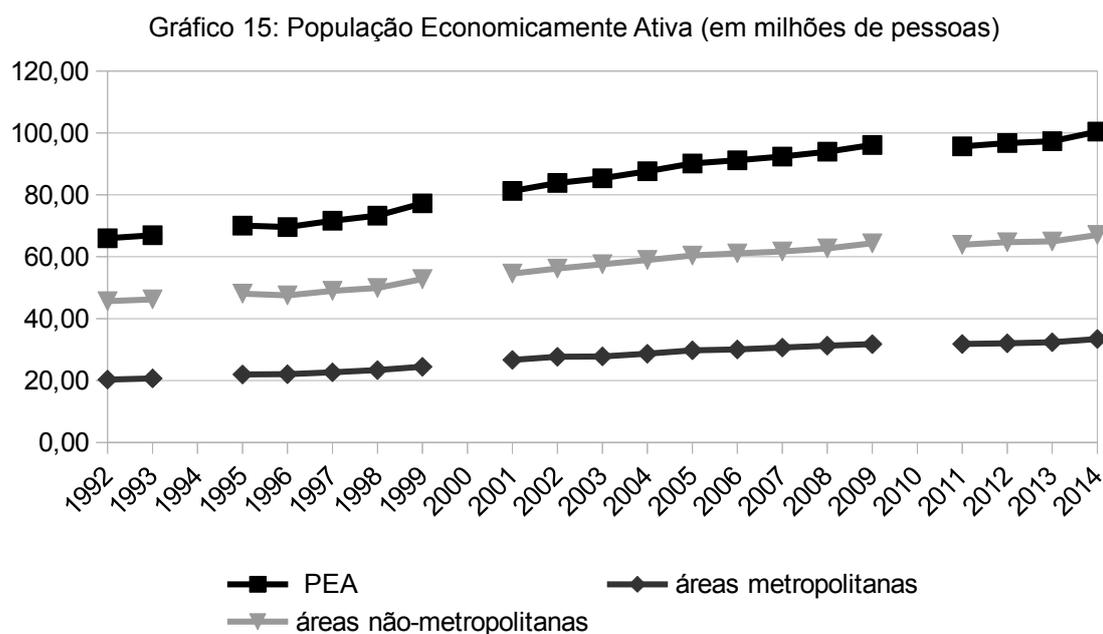
Mais alguns pontos precisam ser frisados ao observarmos os gráficos. Primeiro, que a faixa “mais de 2 a 3 salários mínimos” não apresenta uma diferença drástica se compararmos os pontos inicial e final da série, entretanto, a redução de participação dessa faixa é notável entre 2004 e 2012. O mesmo pode ser relativizado para o caso da faixa “mais de 3 a 5 salários mínimos” — mesmo estando um pouco abaixo no final em comparação ao ponto inicial.

Em segundo lugar, as três faixas de maiores rendimentos apresentaram uma clara e sistemática queda, sem nenhum ponto de inflexão contrário; a redução maior se deu na faixa “mais de 5 a 10 salários mínimos” que entre 2001 e 2014 diminuiu sua participação em mais de 66%. A faixa de rendimento de “mais de 10 a 20 salários mínimos” reduziu sua participação em 49,6% e a faixa de “mais de 20 salários mínimos” foi reduzida em 44,3%. Acreditamos que este também seja um elemento a se levar em conta na hora de analisar o golpe de Estado ocorrido no Brasil.

Há também mais uma reflexão a ser feita: atualmente, mais de 80% dos trabalhadores recebem até 3 salários mínimos, valor que fica abaixo, por exemplo, do SMN. Com as elevações reais no SM, adquiridas no período estudado, essa grande massa de trabalhadores com baixos salários foi fundamental para o aumento da participação dos salários no PIB (somada à que dos lucros).

#### 4.3 QUANTIDADE DE PESSOAS COM TRABALHO REMUNERADO

A População Economicamente Ativa (PEA), que é a quantidade de pessoas que estavam trabalhando ou procurando trabalho na semana de referência da pesquisa, apresentou um grande crescimento em todo o período. O Gráfico 15 nos auxilia na visualização dos movimentos ocorridos.



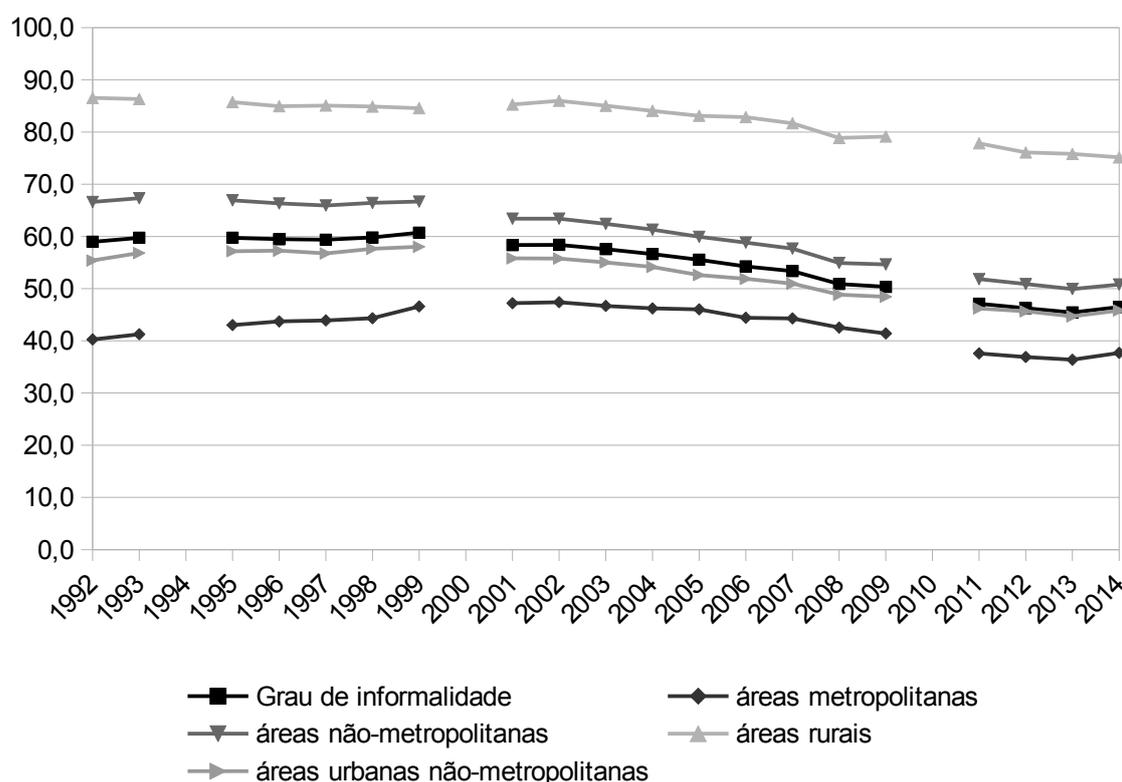
Fonte: IPEA. Vários anos. Elaboração própria\*.

\* Os dados faltantes representam os anos em que foram realizados Censos. Não tivemos tempo hábil para a devida apuração destes números.

As séries que são representadas em linhas mostram o número de pessoas em distintos grupos determinados por localidade. Vemos que a PEA aumentou expressivamente na primeira década do novo século e que diminuiu a intensidade deste aumento no início da segunda década. Não é nosso objetivo identificar os motivos deste aumento.

O grau de informalidade na economia brasileira foi reduzido, mas não de forma robusta. Com ajuda do Gráfico 16, podemos observar que a taxa geral de informalidade reduziu cerca de doze pontos percentuais desde o ano 2000, ficando em 2014 num patamar de 46,5%, ou seja, de cada 100 trabalhadores, 46 estão numa situação de informalidade, sem amparo legal e sem direitos trabalhistas assegurados<sup>41</sup>.

Gráfico 16: Grau de informalidade - Definição II do IPEA – Brasil (em %)



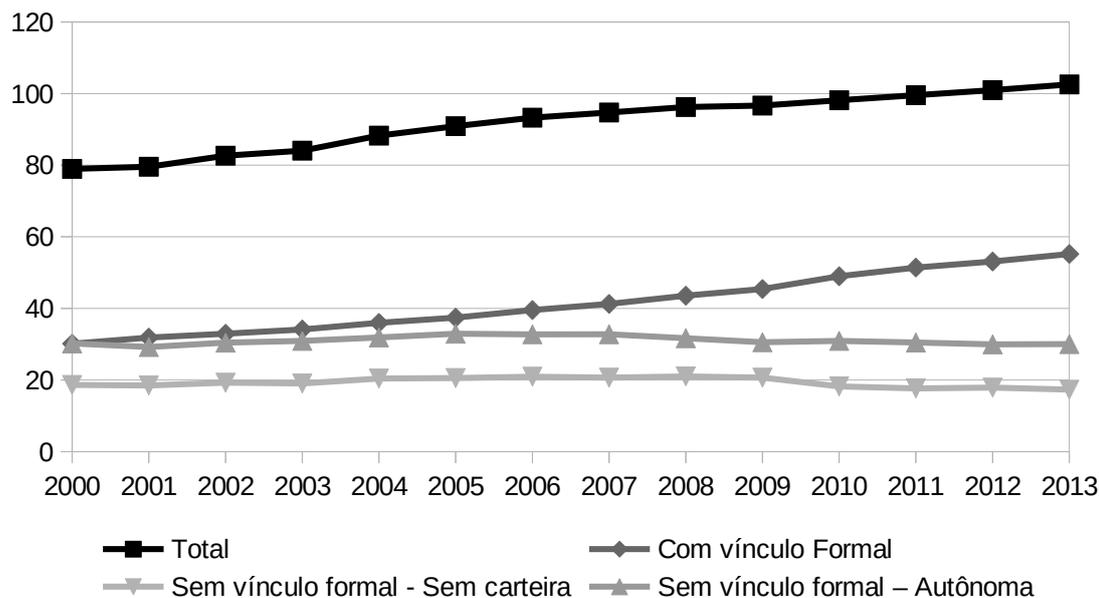
Fonte: IPEA. Vários anos. Elaboração própria\*.

\* Os dados faltantes representam os anos em que foram realizados Censos. Não tivemos tempo hábil para a devida apuração destes números.

41 Para este estudo utilizamos a Definição II de informalidade do IPEA. Nela calcula-se a proporção entre a soma de empregados sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria e trabalhadores não-remunerados, no total desta soma acrescida do número de trabalhadores protegidos e empregadores.

Note-se que, realmente o número de pessoas inseridas em postos de trabalho se elevou desde o ano 2000, apresentando um crescimento de quase 30%, até o ano de 2013, como é possível observar com o Gráfico 17.

Gráfico 17: Total de ocupações segundo tipo de inserção no mercado de trabalho – Brasil (em milhões)



Fonte: IBGE. Coordenação de Contas Nacionais. Elaboração própria.

O destaque fica para o número de empregos com vínculo formal que, com uma trajetória ascendente e contínua, passou de pouco mais de 30 milhões de ocupações no início do século para cerca de 55 milhões, treze anos depois. E isso representa um acréscimo de mais de 25 milhões de postos de trabalho registrados dentro da lei. Por ocupação com vínculo formal, o IBGE entende os trabalhadores com carteira assinada, os funcionários públicos estatutários, os militares e os empregadores com empresas legalmente registradas.

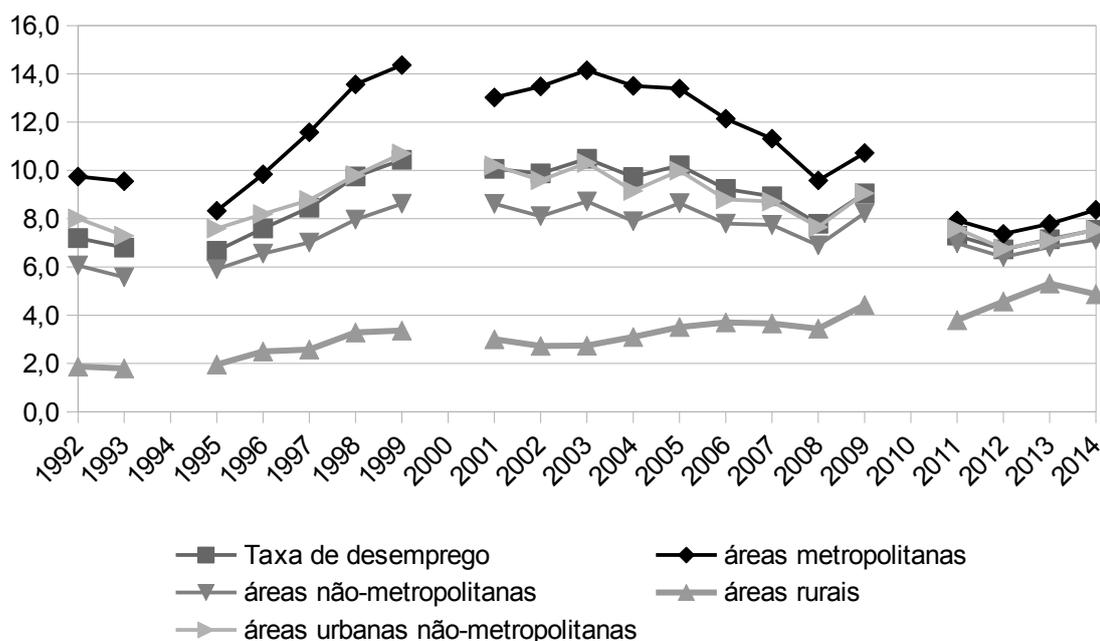
Cabe a ressalva — já realizada — de que, segundo POCHMANN (2012), essas ocupações se deram nos postos de trabalho mais precarizados, sobretudo no setor de serviços e com remuneração de até um salário mínimo e meio.

No que se refere à taxa de desemprego, é possível observar através do Gráfico 18 que a partir do ano de 2000 houve uma redução do desemprego brasileiro em quase todas as áreas territoriais, exceto na área rural<sup>42</sup>.

<sup>42</sup> É importante notar que a quantidade de pessoas vivendo em áreas rurais diminuiu em detrimento das “áreas urbanas não metropolitanas” em quase 50% se levarmos em conta desde o início dos

Essa Taxa de desemprego utiliza também os dados da PNAD e relaciona a quantidade de pessoas que procuraram mas não encontraram emprego remunerado e a quantidade de pessoas ativas (aquelas de 10 anos ou mais que empregadas ou procurando emprego na semana da pesquisa).

Gráfico 18: Taxa de desemprego – Brasil (em %)



Fonte: IPEA. Vários anos. Elaboração própria\*.

\* Os dados faltantes representam os anos em que foram realizados Censos. Não tivemos tempo hábil para a devida apuração destes números.

Verificamos, com auxílio do Gráfico 18, que essa queda foi mais intensa nas regiões metropolitanas brasileiras, ou seja, a aglomeração de pessoas em volta das metrópoles conseguiu mais empregos do que a população nas demais regiões.

É importante destacar o crescimento da taxa nos últimos anos da série histórica, podendo indicar que a crise ainda bate à porta; e também a redução da taxa de desemprego no campo.

Essa redução da taxa de desemprego parece ter total ligação com o crescimento dos postos de trabalho formais, comentado anteriormente. Neste ponto gostaríamos de destacar mais um elemento que nos parece pertinente relacionar,

---

anos 1990. E também que o crescimento dessas últimas áreas foi mais intenso do que o crescimento nas metrópoles. Não entra no escopo deste trabalho a análise dos motivos para esses movimentos. No que se refere à proporção entre a PEA em “regiões metropolitanas” e “não-metropolitanas”, segundo dados do IPEA, houve uma pequena alteração de pouco mais de 2% de aumento do percentual de pessoas trabalhando em regiões metropolitanas, ficando sempre em cerca de 30% em todo o período.

ainda que incipientemente, com a derrubada do mandato de Dilma Rousseff: o aumento da quantidade de pessoas com vínculo formal significa que houve um *aumento do número de trabalhadores e trabalhadoras com direitos trabalhistas.*

Retomando a lógica de argumentação do capítulo, observamos que o crescimento econômico brasileiro a partir dos governos Lula e seguido pelo governo Dilma (ao menos o primeiro) esteve ancorado no consumo das famílias.

A um primeiro momento, sob um olhar desavisado e sem o aporte teórico-metodológico da teoria marxista da dependência, poderíamos cair na armadilha analítica de nos determos somente no aumento do consumo, e proclamarmos a aproximação entre a esfera alta e a esfera baixa de consumo. O resultado seria um questionamento fundamental ao marco teórico da teoria marxista da dependência. (ROCHA, 2013, p.20-21)

Porém, com o aprofundamento da investigação — mesmo que seja, como nos propomos, através de uma primeira aproximação à temática — chegamos à informação de que o aumento da renda dos trabalhadores não chega no patamar da satisfação plena das necessidades básicas para a reprodução da vida material destes mesmos.

De fato existiram ganhos na renda das pessoas que trabalham, exemplificados de forma preliminar através do aumento da massa de rendas no PIB (com a elevação da participação dos Salários), do aumento da remuneração média real individual dos trabalhadores, da mudança na distribuição da renda em favor dos mais pobres, da política de transferência de renda focalizada, do aumento da quantidade de pessoas com trabalho remunerado (principalmente aquelas com vínculo formal e consequentes direitos trabalhistas) e, principalmente, os ganhos reais no salário mínimo.

Porém o que aparentemente se vê com os dados sobre o SMN — fazendo uma aproximação introdutória e superficial — é que não houve um acompanhamento da remuneração dos trabalhadores em igual passo ao aumento das necessidades que lhes surgiram no período. E isso nos sugere, a partir de nossa investigação preambular, que a categoria superexploração da força de trabalho, antes comentada como fundamento da dependência latino-americana, continua vigente. Ou seja, aumento dos salários não significa fim da superexploração da força de trabalho.

Ahora bien. ¿Y si la única forma que el trabajador encuentra a su disposición para acceder a estos bienes de consumo que se han convertido en bienes necesarios es endeudarse o someterse a una carga extra o redoblada de trabajo? Estaremos ante una modificación en el elemento histórico y moral que no es acompañada de una remuneración equivalente.

O sea, al aumento del valor de la fuerza de trabajo sin aumentar su salario. Si se somete al trabajador a que eleve el desgaste de su fuerza de trabajo (cumplir más horas extras, vender un tercio de las vacaciones, etc.), o a que se endeude para acceder a estos valores de uso, los individuos de la familia trabajadora o bien estarán sufriendo una violación de su fondo de vida para compensar parcialmente la insuficiencia de su fondo de consumo, o bien estarán comprometiendo su fondo de consumo futuro, mediante endeudamiento, en un intento por compensar su violación en el presente. (LUCE, 2013, p.147)

Com isso queremos chegar à terceira fonte que acreditamos ser pertinente ao aumento do consumo e sustentação de sua posição dentro da composição do PIB, apontada inclusive pela Presidência da República na mensagem junto ao PPA 2012-2015 (comentado neste trabalho) — o financiamento do consumo através do crédito concedido a pessoa física.

Acreditamos que

a simples integração ao consumo esconde um complexo sistema de endividamento das famílias e do Estado brasileiro, de agravamento da dependência financeira e creditícia brasileira, e de intensificação da transferência de renda dos que consomem (classe trabalhadora) aos que produzem (capitalistas), dos que captam recursos no exterior (setor público brasileiro e empresas nacionais) aos que ofertam estes recursos (grandes bancos e agências financiadores internacionais, sediadas nos países centrais). (ROCHA, 2013, p.21)

Por isso, nossa análise, mesmo que seja introdutória à temática, não pode se estancar aqui e devemos observar algumas das contradições principais desse processo incorporação das famílias ao consumo que é o endividamento diretamente atrelado a ela.

Para além da investigação incipiente que trataremos no próximo capítulo, gostaríamos de retomar os elementos que apontamos como potenciais para a desestabilização política vivida no Brasil nos últimos meses, que culminou na deposição da Presidenta eleita e que a nosso ver tem sua materialidade no acirramento da luta de classes interna ao país potenciada pela crise que o sistema como um todo passa e suas consequências para a economia brasileira. A saber: a queda do lucro (Excedente Operacional Bruto) e a sua ultrapassagem pelos salários na composição do PIB; o maior aumento da renda de quem trabalha em comparação à renda das pessoas com quaisquer rendimentos; a apropriação da renda nacional por parte dos 50% mais pobres, que ultrapassou o que é apropriado pelo 1% mais rico; a diminuição da parcela da renda nacional apropriada pelos 10% mais ricos, associada a uma queda da apropriação por parte do 1% mais rico e

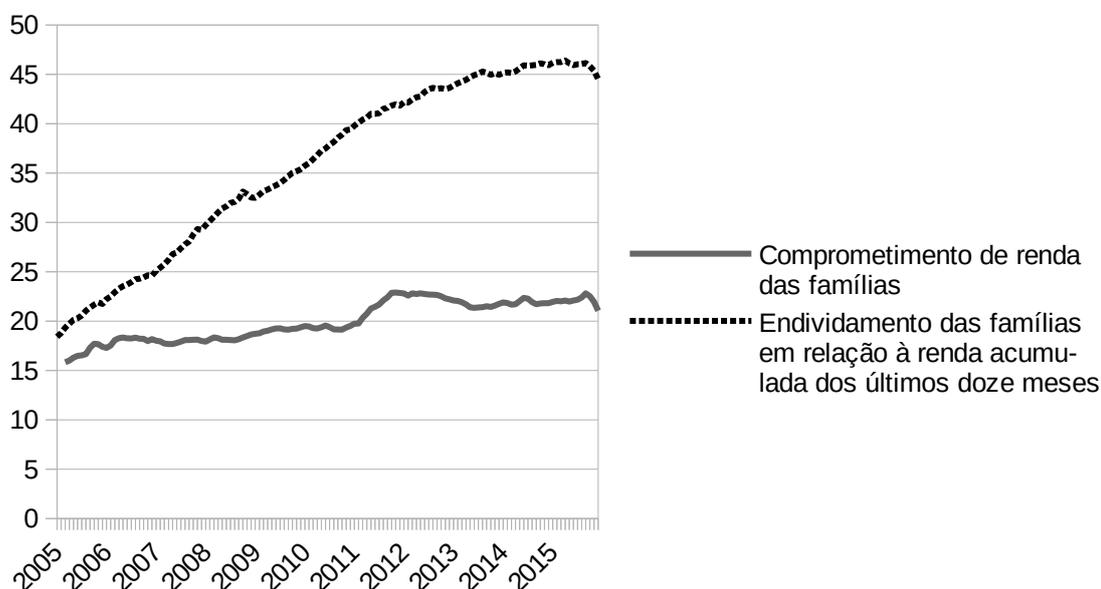
conjuntamente a um aumento da renda per capita deste décimo da população; a diminuição da proporção de pessoas com remuneração acima de 5 salários mínimos; o aumento da quantidade de pessoas com vínculo de trabalho formal e a consequente elevação da massa de trabalhadores com direitos trabalhistas garantidos; e por fim os ganhos reais do salário mínimo, que certamente minam os lucros dos patrões e quando a crise se manifesta (através da queda dos lucros) o pacto social de conciliação entre trabalhadores e patrões se torna insustentável.

## 5. FINANCIAMENTO DO CONSUMO ATRAVÉS DO CRÉDITO – DADOS PRELIMINARES<sup>43</sup>

### 5.1 COMPROMETIMENTO E ENDIVIDAMENTO – DADOS PRELIMINARES

Segundo dados do Bacen, dispostos no Gráfico 19, a parte da renda das famílias comprometida com dívidas com o Sistema Financeiro Nacional (SFN) fica em torno dos 20%, durante o período entre os anos de 2005<sup>44</sup> e 2015, não passando de 23% no período de elevação (posterior a 2011) e sempre acima dos 15% no início da série e se elevando até a chegada aos 20% em 2011.

Gráfico 19: Endividamento e Comprometimento da renda das famílias com o SFN - BACEN - Com ajuste sazonal (em %)



Fonte: Bacen (s.d.A), (s.d.B). Elaboração própria.

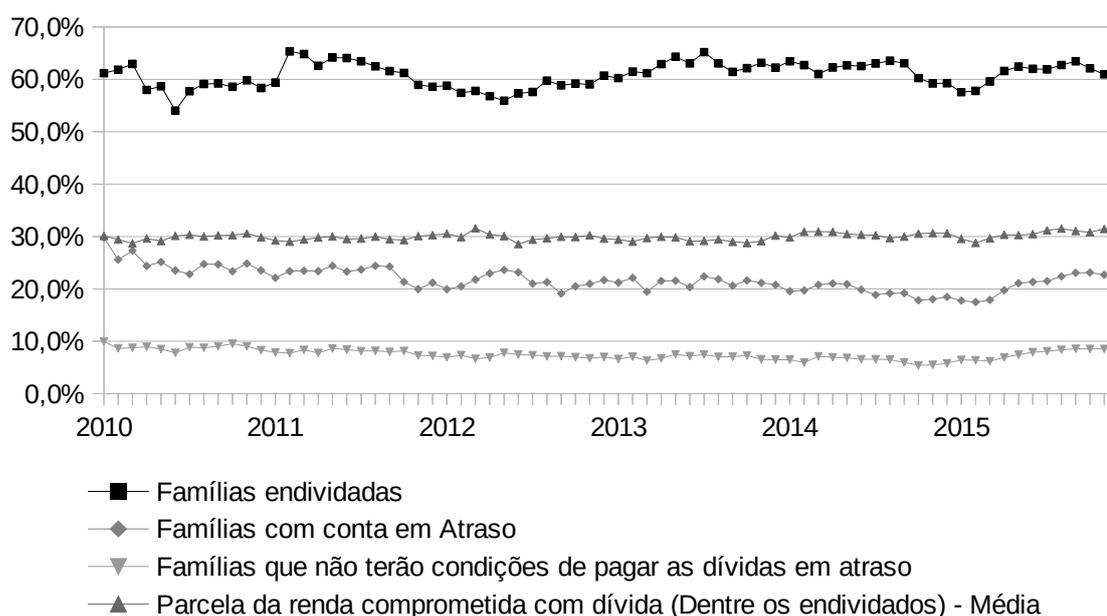
43 Houve uma mudança na estrutura dos dados relacionados ao crédito, a partir de 2011. Essa alteração se deveu à ampliação do volume de crédito, à necessidade de se acompanhar mais detalhadamente os dados do crédito imobiliário (definitivamente incorporado ao segmento Direcionado), à incorporação de novas modalidades de crédito e à extinção ou perda de relevância de outras, além de buscar detalhar a conta Outros. Esta grande mudança de metodologia fez com que os dados a partir de 2011 (e em alguns casos 2012) estejam mais detalhados. Por outro lado inverteu a lógica de apuração dos resultados. Como não temos disponíveis os dados antigos recalculados, de forma retroagida, e considerando que tampouco conseguimos por contato via e-mail com o Bacen qualquer tipo de alternativa (por exemplo os microdados), nos esforçamos em juntar as metodologias distintas da melhor forma possível, num trabalho detalhado de estudo das Notas Metodológicas. Contudo, o trabalho foi melhor aproveitado nos grandes agregados, visto que muitas das contas desmembradas pela última mudança metodológica tiveram que ser acopladas a outras contas e "ignoradas" ou — principalmente — colocadas na conta Outros.

44 Não conseguimos dados anteriores.

Isso se dá de forma diferente do nível de endividamento das famílias em relação à renda que adquiriram nos doze meses anteriores. Seguindo uma trajetória ascendente, este endividamento sai de cerca de 18,4% em 2005 e chega aos 45% em meados de 2013 quando se mantém “estável”, desembocando numa leve depressão no fim da série.

Uma pesquisa complementar nos ajuda a visualizar melhor esse endividamento. Estamos falando da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) realizada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), que investiga como está o nível de famílias endividadas e quais os tipos de dívida. O Gráfico 20 nos mostra uma parte da pesquisa, que infelizmente essa pesquisa só começou a ser realizada a partir de janeiro de 2010 e que se restringe a uma amostra da população das capitais brasileiras.

Gráfico 20: Famílias endividadas - Brasil - Contas Seleccionadas (em %)



Fonte: CNC, 2016. Elaboração própria.

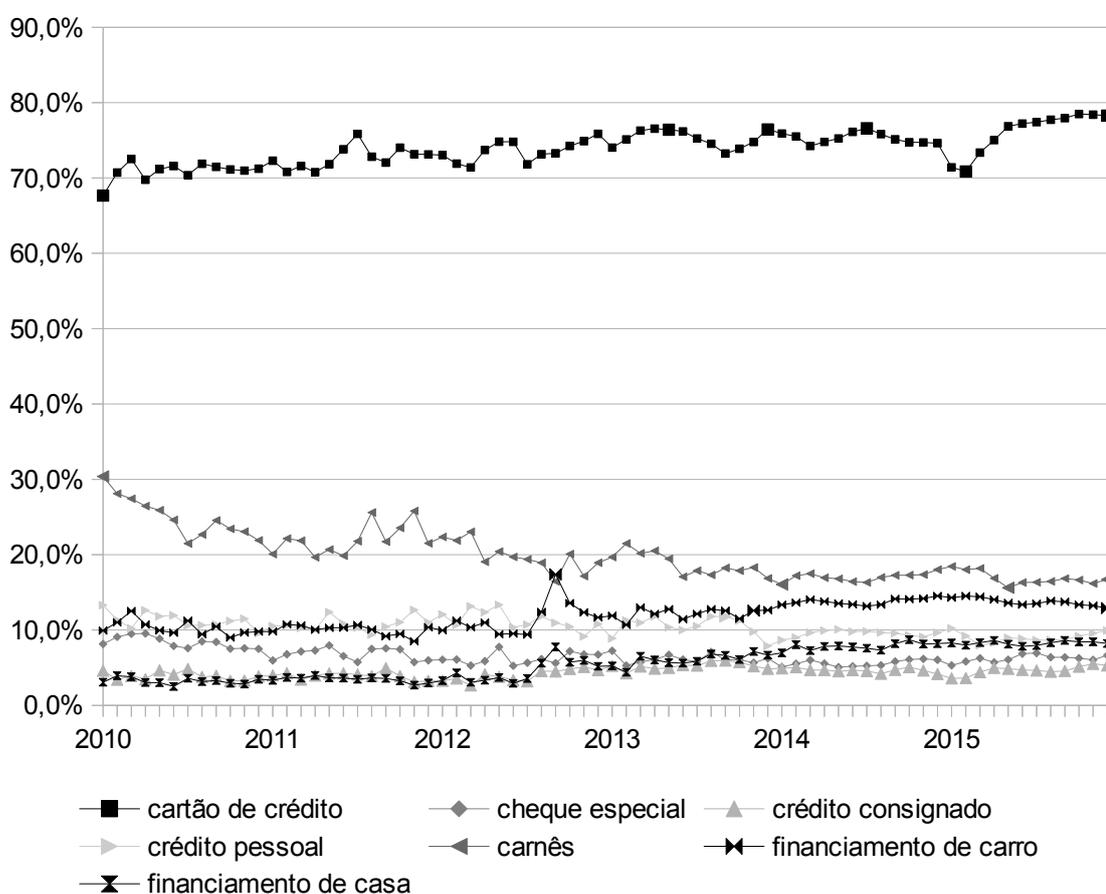
Vemos que a quantidade de famílias endividadas em relação a todas as entrevistadas esteve por volta dos 60% entre 2010 e 2015. E a parcela da renda comprometida em média com a dívida é de cerca de 30% durante todo o período, quase o dobro do indicado no gráfico anterior elaborado a partir dos dados do Bacen (que por si só mostrou o alto nível de endividamento privado da população).

Dentro do grupo de famílias endividadadas, segundo a PEIC, a proporção que estava com o pagamento atrasado inicia a série em 30% e traça uma trajetória tendencialmente decrescente até atingir os 17,5% em fevereiro de 2015 e desenhando uma ascensão para a casa dos 23%.

Um movimento similar, de redução contínua e elevação a partir de 2015, é realizado pela série que representa as famílias que sabem que não conseguirão cumprir com os compromissos das dívidas que assumiram e estão em atraso. A proporção sai dos 10% em 2005, chega a 5,4% em 2014 e depois de março de 2015 (6,2%) começa a se elevar se acercando dos 9% no fim deste mesmo ano.

A PEIC especifica ainda os tipos de dívida existentes em cada caso (Gráfico 21). De acordo com os dados, a maior parte do endividamento das famílias está relacionado a cartões de crédito, que representam dívidas para 70% e 80% das famílias entrevistadas.

Gráfico 21: Tipo de endividamento das famílias - Brasil - Contas Seleccionadas (em % do total de dívidas)



Fonte: CNC, 2016. Elaboração própria.

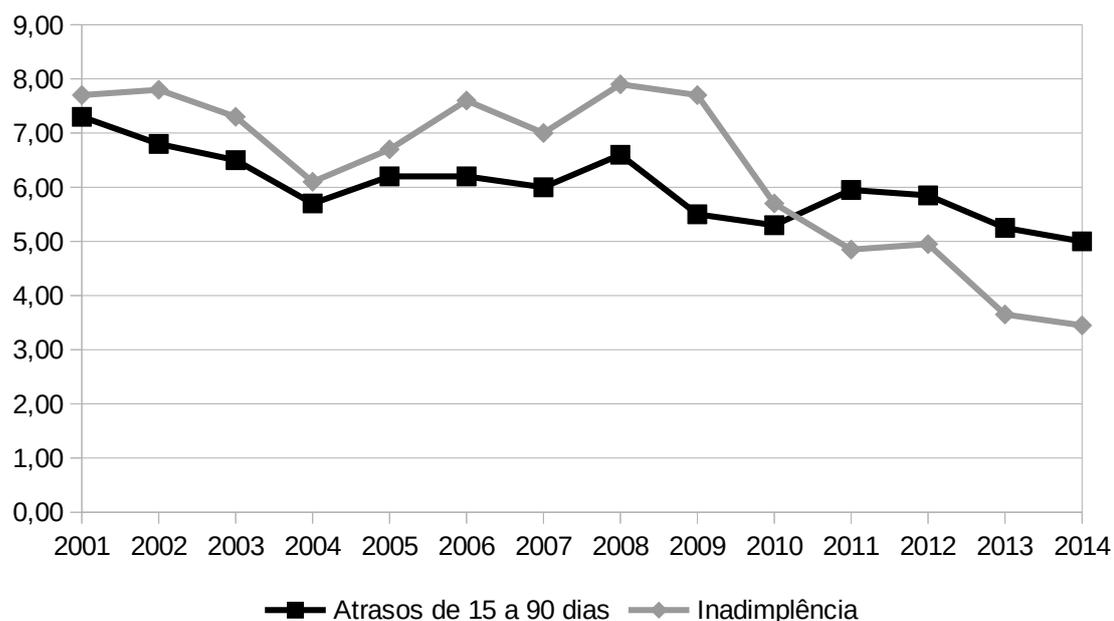
Em segundo lugar vêm os “carnês”, que representam os compromissos adquiridos diretamente com as empresas comerciais, sem intermédio de uma instituição financeira. O endividamento com carnês iniciou incidindo sobre 30% das famílias em 2010 e seguiu uma tendência de queda chegando aos 16% em 2015.

A proximidade do período não permite, contudo, traçar uma tendência de mais longa duração.

## 5.2 INADIMPLÊNCIA

Os dados apontam para uma diminuição, no período, da inadimplência referente às operações de crédito contraídos pela Pessoa Física, como podemos observar no Gráfico 22<sup>45</sup>.

Gráfico 22: Inadimplência pessoa física - Taxa no mês de dezembro (em %)



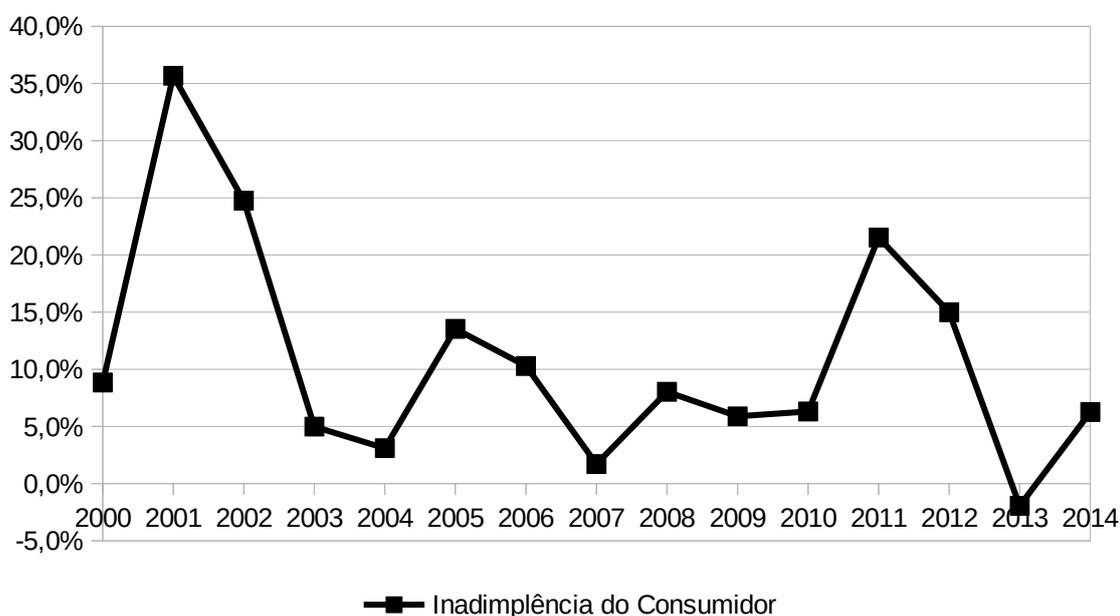
Fonte: Bacen, Nota para a Imprensa de Política Monetária e Operações de Crédito. Vários anos. Elaboração própria.

45 NOTA METODOLÓGICA: Em virtude da mudança da metodologia de apuração e apresentação dos dados, os valores dos anos posteriores a 2011 (incluindo este) foram tomados a partir de uma média simples entre “Atrasos de 15 a 90 dias – Recursos Livres” e Atrasos de 15 a 90 dias – Recursos Direcionados”; e o mesmo para a série “Inadimplência”. Sabemos que isso pode levar a divergência nos dados, porém acreditamos que, dada a falta de formas melhores de conciliação entre as metodologias, essa é uma boa saída. Contudo, gostaríamos de destacar que a taxa de Inadimplência no ano de 2010 (mesma metodologia dos anos anteriores a este) mostra uma queda na ordem de dois pontos percentuais, o que nos leva a crer que a tendência está bem demonstrada na série por nós montada. Dada a divergência nas metodologias, não conseguimos fazer as séries da inadimplência para cada uma das contas principais da PF no período. A maioria dos dados não desmembra o Financiamento Imobiliário, o que só acontece a partir de dezembro de 2011.

Isso difere dos dados fornecidos pela Serasa Experian (Gráfico 23). A série da Serasa junta dados acerca de dívidas junto a instituições financeiras, cartões de crédito, créditos oferecidos por empresas não-financeiras, atrasos par com bancos, protestos e cheques sem fundos.

Há indícios de que a inadimplência tenha se elevado a partir de 2014.

Gráfico 23: Indicador Serasa Experian de Inadimplência do Consumidor Variação Acumulada em 12 Meses - Saldo do mês de dezembro (Em %)



Fonte: SE, (s.d.). Elaboração própria.

De toda maneira,

(...) se puede concluir que sin endeudarse una parte sustancial de las familias consideradas "clase C" no hubiera conseguido pasar a consumir estos bienes durables, a pesar de que se haya abaratado su producción y que tales productos se hayan convertido en bienes necesarios, como un refrigerador o una máquina de lavar. (LUCE, 2013, p.149)

*O que seria possível de se observar uma vez mais, é que o componente histórico e moral fez com que o valor da força de trabalho aumentasse, através da incorporação de determinados bens à cesta de produtos necessários à reprodução do trabalhador, porém, como não houve um aumento da remuneração em igual medida, houve a necessidade de se compensar essa satisfação de necessidades através do financiamento das compras por meio do crédito a Pessoa Física, o que*

*ainda contribuiria para a realização da produção e garantiria o bom funcionamento da ordem estabelecida, camuflando a superexploração da força de trabalho.*

Ou seja, acreditamos que está aqui vigente a quarta forma de superexploração que comentamos no Capítulo 2. E como comenta LUCE (2013, p.150):

Esta cuarta modalidad de la superexplotación se puede entender como una forma desdoblada de la primera que discutimos en este artículo –el pago de la fuerza de trabajo por debajo de su valor. Sin embargo, su tratamiento analítico específico se justifica debido a que presenta la particularidad de violar el valor de la fuerza de trabajo en lo que atañe a su componente histórico y moral, que se ha modificado, pero actuando en la dirección opuesta a la plusvalía relativa.

Além do mais, como parte da renda dos trabalhadores é transferida para a classe burguesa (comercial e bancária) através dos juros pagos aos créditos contraídos, podemos concluir, como ROCHA (2013, p.21, grifo nosso) que “*a expansão do crédito está reforçando as estruturas do capitalismo dependente, e, ao transferir renda do trabalho ao capital, intensifica a superexploração da força de trabalho*”.

Partindo destas conclusões, observaremos a seguir como se comportou o crédito concedido à pessoa física, buscando quais contas deste agregado contribuíram mais para o seu crescimento, seguindo no esforço de compreensão que nos propomos neste trabalho, que é o aumento da renda aparentemente disponível nas mãos das “famílias”, que levou ao crescimento do consumo, que empurrou o aumento do PIB brasileiro durante os governos de Lula e Dilma.

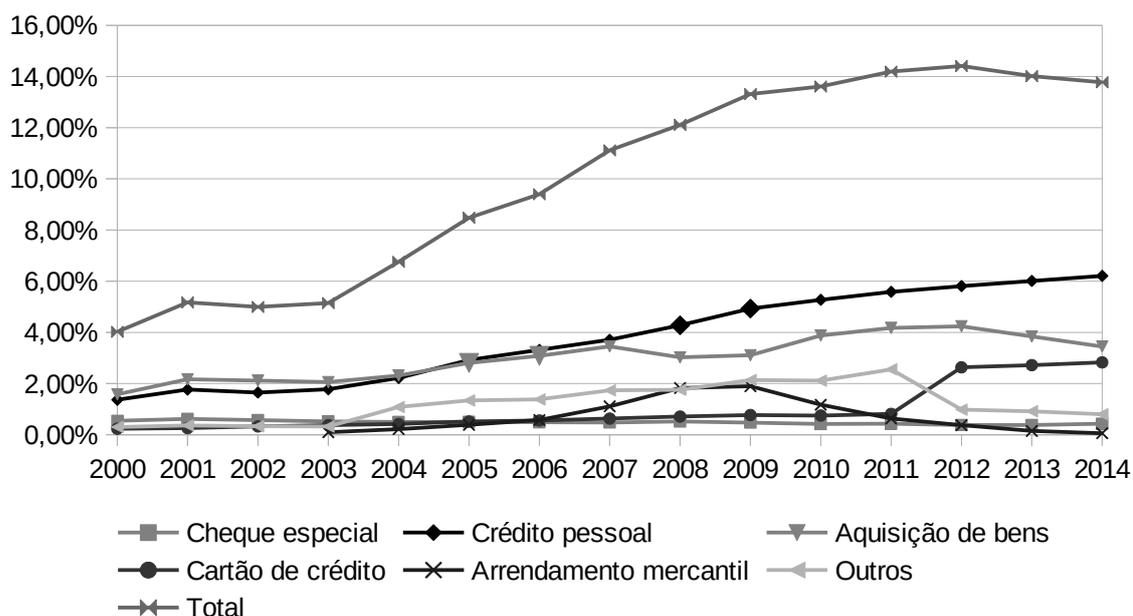
Na composição das cifras do crédito se pode analisar os tipos de recursos: os recursos chamados *Livres*, quando as instituições financeiras definem livremente a quantia e para qual área conduzem o dinheiro; ou os recursos *Direcionados* a um fim específico de acordo com legislação própria, taxas especiais e/ou subsídios.

Uma ótima forma de realizarmos uma análise dos dados do crédito concedido é relacionando-o proporcionalmente com o volume do PIB. Visto que os dois montantes estão em termos de Reais correntes, podemos estabelecer uma relação direta entre eles e conseguimos retirar os efeitos da variação da moeda. E além disso, conseguimos mensurar quais foram os destinos das concessões de forma mais adequada.

### 5.3 Crédito em Recursos Livres para pessoa Física<sup>46</sup>

Do ponto de vista dos Recursos Livres, três contas dominam o saldo total destinado à Pessoa Física: [1] o Crédito Pessoal; [2] o crédito destinado à Aquisição de Bens; e [3] o Cartão de Crédito, como pode ser observado no Gráfico 24.

Gráfico 24: Saldo das operações de crédito em Recursos Livres - Pessoa Física – Brasil - Saldo no mês de dezembro (em % do PIB)



Fonte: Bacen, Nota para a Imprensa de Política Monetária e Operações de Crédito. Vários anos. Elaboração própria.

Quanto a esta última conta é preciso esclarecer que antes de uma das mudanças de metodologia de apuração dos dados, parte das compras realizadas através do cartão de crédito era considerada dentro da conta Outros, sendo que a partir de 2012 há a separação mais profunda das duas contas. Isso pode ser observado no movimento simétrico que as duas curvas fazem no gráfico entre os anos de 2011 e 2012.

O Crédito Pessoal assumiu a dianteira nas contas a partir de 2005, numa clara disputa com a Aquisição de Bens, que sofreu os efeitos da crise financeira em

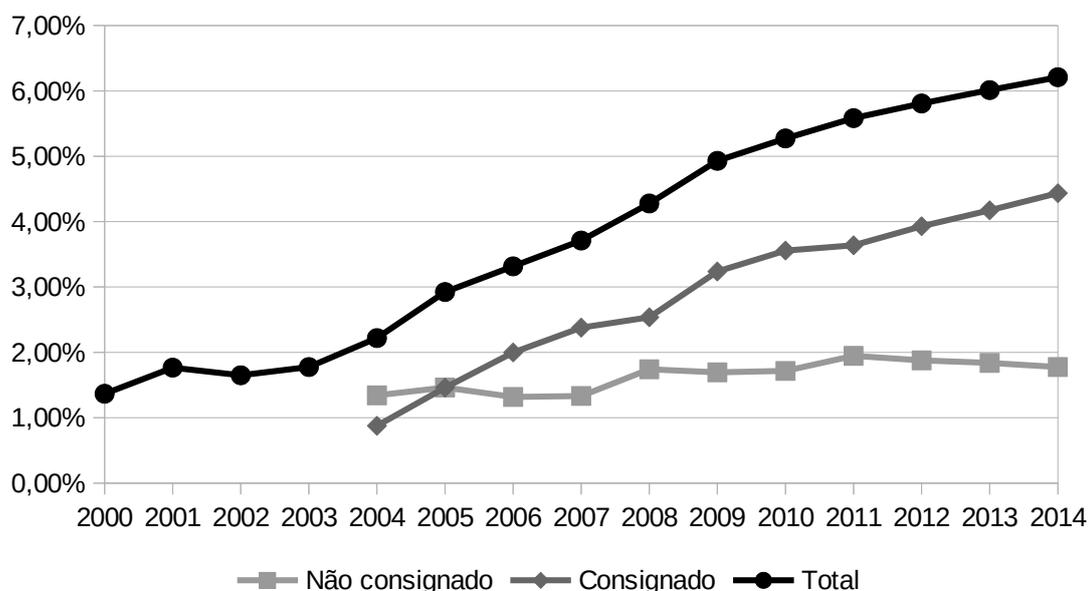
<sup>46</sup> Trabalharemos com os dados sobre o crédito concedido por instituições financeiras supervisionadas pelo Bacen. Não conseguimos acesso a pesquisas e séries históricas que apresentem as operações realizadas por empresas não-financeiras, crédito comercial, crediário próprio das empresas comerciais, etc., com a exceção daquela pesquisa única, apresentada anteriormente, acerca do endividamento das famílias, onde os dados referentes às dívidas familiares levavam em conta as relativas aos “carnês”.

2008/2009, conseguiu uma ligeira recuperação nos três anos posteriores e a partir de 2013 voltou a decair.

Outro destaque do Gráfico 24 é a repentina e breve elevação da conta Arrendamento Mercantil em 2008 e 2009, compensada pelo conta Outros e com impacto desde o ano anterior (2007) e no ano posterior (2010).

Podemos adentrar um pouco mais nessas cifras e olharmos com mais atenção para essas contas preponderantes dentro dos créditos Livres à Pessoa física. Com o Gráfico 25, vemos o detalhamento da conta Crédito Pessoal, que é subdividida em crédito Consignado e Não-consignado.

Gráfico 25: Saldo das operações de Crédito Pessoal - Recursos Livres - Pessoa Física – Brasil  
- Saldo no mês de dezembro (em % do PIB)



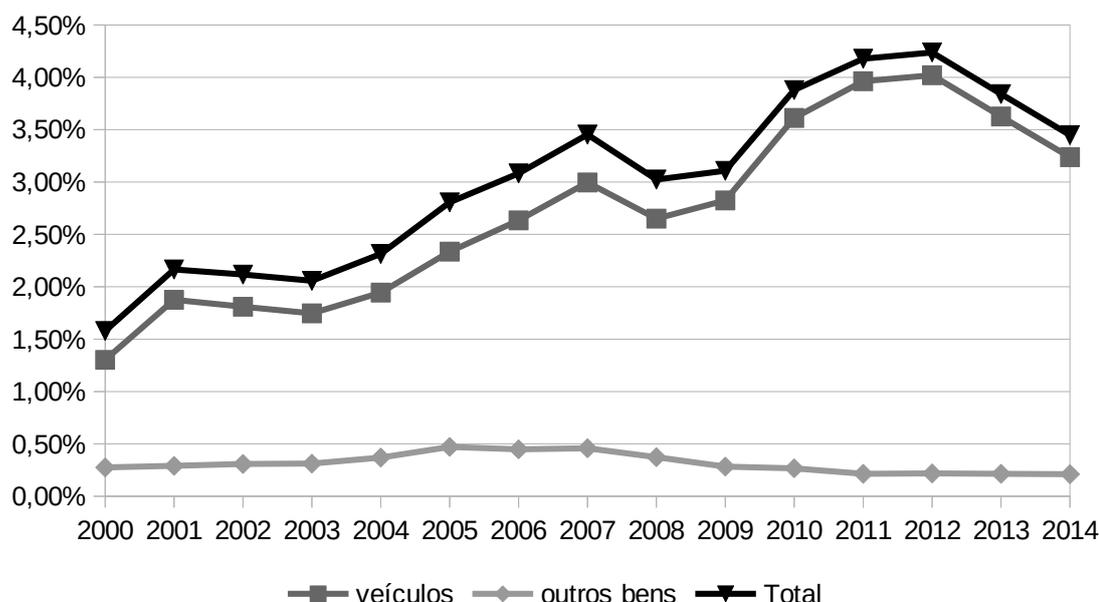
Fonte: Bacen, Nota para a Imprensa de Política Monetária e Operações de Crédito. Vários anos. Elaboração própria.

O Crédito Consignado foi criado via Medida Provisória e posteriormente transformado em lei no ano de 2003 (e é por esse motivo que tem zerados os dados nos primeiros anos). Ele representa a operação contratada com vistas a desconto direto na folha de pagamento do salário ou benefício previdencial, com retenção de parte do valor a ser pago por parte de quem é responsável pela remuneração. Isso faz com que a inadimplência nessa modalidade seja menor e os prazos se alarguem, graças à “estabilidade” do emprego formal e da previdência social.

No Gráfico 25, vemos que é claramente este tipo de crédito pessoal que dita o ritmo do crescimento da conta, explicitando a forte tendência de crescimento, com uma desaceleração em 2008 e retomada do crescimento depois deste ano, com forte incidência nos anos de 2009 e 2010, claramente como uma faceta da política de crédito em detrimento da crise financeira mundial.

Sobre a outra categoria que mais contribuiu para o crescimento do crédito à Pessoa Física no período, o crédito voltada à Aquisição de Bens, observa-se através do Gráfico 26 que os recursos destinados à Compra de Veículos sempre estiveram acima dos 80% de toda a conta, chegando a 94,87% em 2012.

Gráfico 26: Saldo das operações de crédito para Aquisição de Bens - Recursos Livres - Pessoa Física - Saldo no mês de dezembro (em % do PIB)



Fonte: Bacen, Nota para a Imprensa de Política Monetária e Operações de Crédito. Vários anos. Elaboração própria.

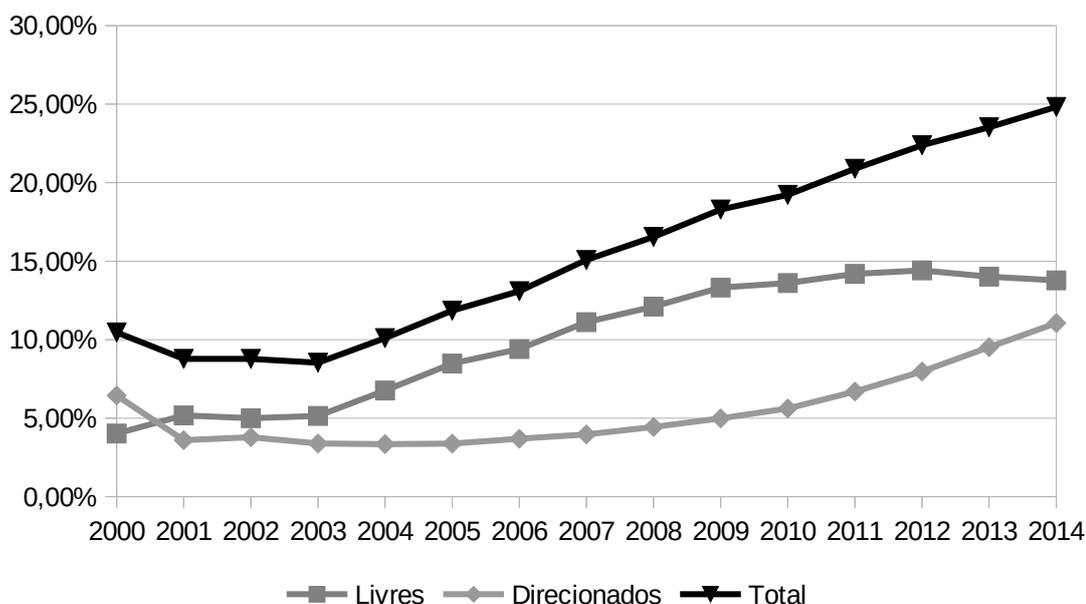
Assim, podemos observar que o financiamento para aquisição de bens é dominado pela aquisição de veículos. Como uma das medidas de enfrentamento da crise de 2008, o governo reduziu a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) especialmente aquele incidido sobre os automóveis, impulsionando as vendas, como pode ser observado no Gráfico 26, o que também parece ter sido aliado pela concentração ainda maior no crédito à aquisição de

automóveis, visto que a partir de 2008 o montante outorgado para a aquisição de outros bens só decresceu.

#### 5.4 O crédito total a Pessoa Física

O crédito total a Pessoa Física é composto pelo crédito Livre e pelo Direcionado. O Gráfico 27 nos ajuda a visualizá-los. Ali estão representados os montantes em relação ao PIB segundo o tipo de crédito outorgado a Pessoa Física. O que podemos notar é que os Recursos Livres foram realmente de suma importância para o desenrolar da série, crescendo a partir de 2004 e desacelerando somente depois de 2010. E a partir de 2013 reduzindo.

Gráfico 27: Crédito a Pessoa Física por tipo (Em % do PIB)

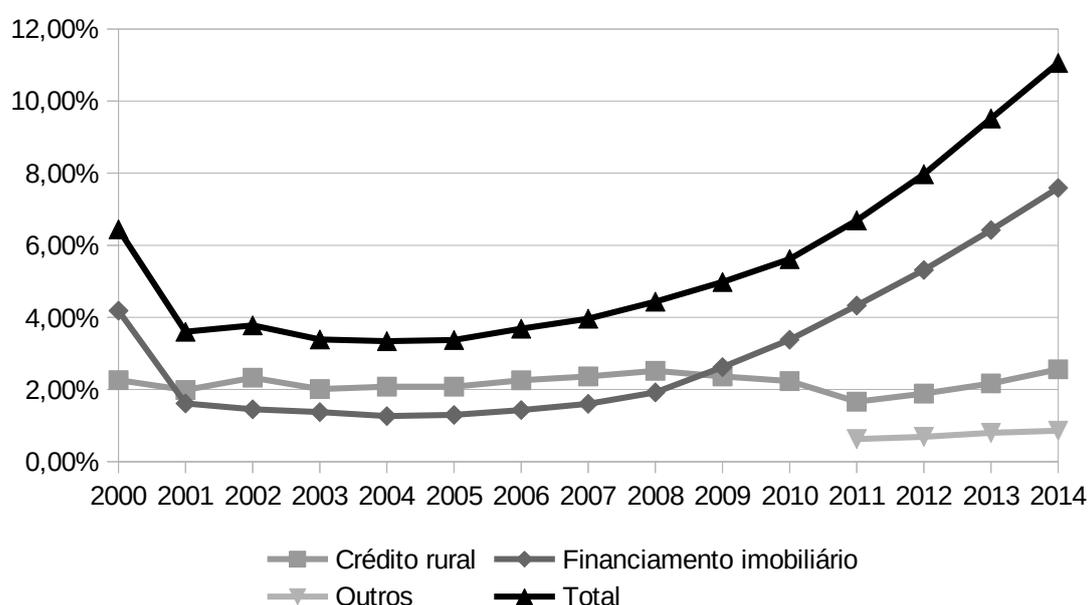


Fonte: Bacen, Nota para a Imprensa de Política Monetária e Operações de Crédito. Vários anos. Elaboração própria.

Por outro lado, o crédito Direcionado cresceu a partir de 2006, adquirindo mais vigor de 2008 em diante. Com o auxílio do Gráfico 28, desagregando um pouco mais essa conta, vemos que quem puxou o crescimento desse recurso foi o Financiamento Imobiliário, que, iniciando com vigor uma escalada em 2009 passa à dianteira e assume o primeiro lugar, ocupado desde 2001 pelo Crédito Rural. Este último, depois de uma tímida elevação entre 2006 e 2008, iniciou uma fase de declínio que só foi contraposta a partir de 2012.

O Crédito Imobiliário conjuga os recursos para aquisição e construção de imóveis (residenciais ou não), compra de materiais para construção de imóveis e demais gastos do tipo. Nota-se que a partir de 2009 os recursos à pessoa física crescem de forma mais acentuada. Esse é o mesmo período de implantação do *Programa Minha Casa, Minha Vida* do governo federal, que surgiu em 2009 e tem por objetivo de reduzir o deficit habitacional brasileiro.

Gráfico 28: Saldo das operações de crédito em Recursos Direcionados - Pessoa Física – Brasil - Saldo no mês de dezembro (em % do PIB)

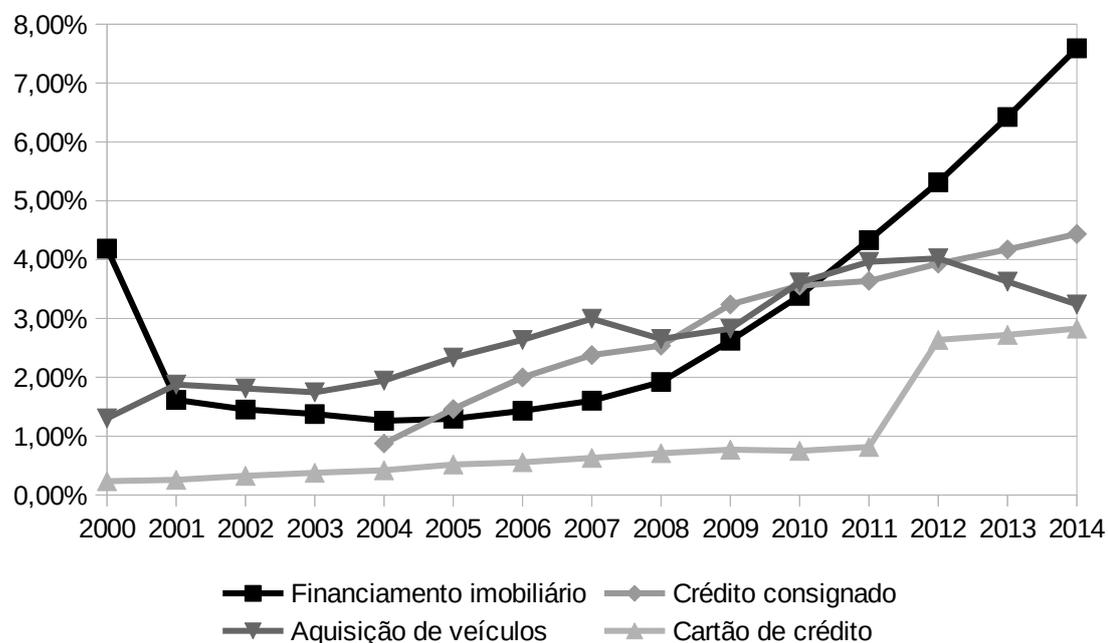


Fonte: Bacen, Nota para a Imprensa de Política Monetária e Operações de Crédito. Vários anos. Elaboração própria.

No ano de 2003 é criado o Ministério das Cidades, que assumiu toda a parte de planejamento, criação de normas e regulação de espaços urbanos e políticas direcionadas a eles. A Caixa Econômica Federal é responsável no âmbito público federal, pela maior parte da movimentação de recursos relacionados à habitação.

Com vistas a comparação, gostaríamos de ressaltar com o Gráfico 29 as quatro contas que mais se destacam dentre o crédito concedido à Pessoa Física.

Gráfico 29: Saldo das operações de crédito à Pessoa Física - Contas selecionadas - Saldo no mês de dezembro (Em % do PIB)



Fonte: Bacen, Nota para a Imprensa de Política Monetária e Operações de Crédito. Vários anos. Elaboração própria.

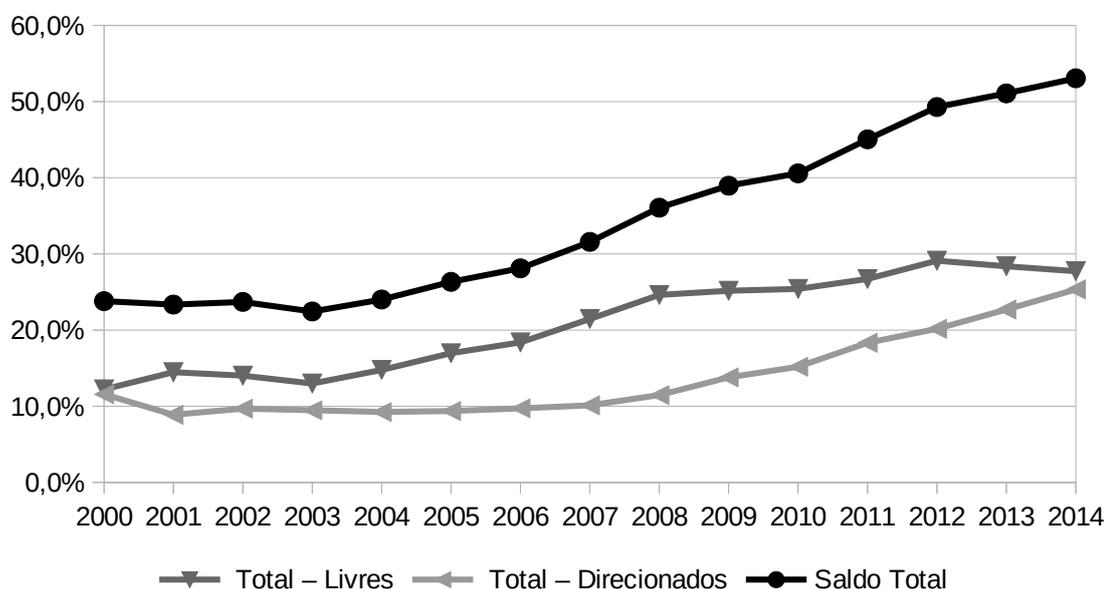
Nele podemos observar como o Financiamento Imobiliário assume a total liderança dentro do montante de recursos destinado à Pessoa Física. Vemos também dois pontos fora da curva da conta Aquisição de Veículos em 2008 e 2009, “compensados” com também dois pontos fora da curva (para mais) do Crédito Consignado, e a oposição entre essas duas séries a partir de 2013. Enquanto essa última continua se ampliando, o crédito destinado para a aquisição de veículos entra em declínio, se aproximando cada vez mais do Cartão de Crédito, que, mesmo com a ressalva já feita acerca da mudança metodológica na apuração dos dados para essa conta, veio num crescimento contínuo.

### 5.5 Ampliação geral das Operações de Crédito no mercado brasileiro

O volume total de crédito se elevou bastante nos últimos anos, incrementando-se em valores nominais cerca de 10,6 vezes, saindo de um patamar de R\$285 bilhões em 2000 e chegando a cerca de R\$3 trilhões em 2014, de acordo com os dados do Bacen, disponíveis a partir do ano 2000.

Com o Gráfico 30 vemos como se trata realmente de uma elevação contínua da quantidade de crédito concedida pelas instituições financeiras supervisionadas pelo Bacen. Em termos relativos ao PIB — que no período cresceu, como vimos, cerca de cinco vezes —, o aumento foi de mais de duas vezes, passando de um volume de crédito equivalente a 23,8% a um volume de crédito equivalente a 53% entre 2000 e 2014 (se considerarmos somente o período entre 2003 e 2014 o aumento foi de 2,36 vezes).

Gráfico 30: Saldo do Total das operações de crédito – Brasil - Saldo no mês de dezembro (em % do PIB)



Fonte: Bacen, Nota para a Imprensa de Política Monetária e Operações de Crédito. Vários anos. Elaboração própria.

A série “Saldo Total” do Gráfico 30 demonstra a curva crescente que a cifra de crédito outorgado assumiu no período de governos petistas. Percebe-se que a função se desenrola de forma ascendente e contínua, com especial destaque para a elevação muito mais acentuada a partir dos anos de 2007/2008. Vindo em um ritmo lento nos anos iniciais do novo milênio, o volume de crédito apresenta esse crescimento consistente e sustentado a partir do ano de 2003. Também merece destaque uma parte desse período, que compreende o espaço de tempo entre os anos de 2010 e 2012, os quais foram os anos de maior crescimento.

MARQUES e NAKATANI (2011, p.6-7) elencam um conjunto de medidas tomadas pelo governo sob a presidência de Lula para fazer frente a crise, principalmente aquelas relacionadas ao sistema financeiro, como:

(...) leilões de moeda, com o compromisso ou não de sua recompra futura; oferta de empréstimos em moeda estrangeira, garantida por títulos soberanos ou por cambiais de exportação destinada a financiar exportações; diminuição do compulsório dos bancos; linha de crédito para os exportadores, a partir da utilização de reservas internacionais do Banco Central do Brasil (BCB); ampliação da linha de financiamento para o as exportações pré-embarque do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES); autorização para que o BCB comprasse as carteiras dos bancos que apresentassem dificuldades; autorização para que os bancos públicos, a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil (BB), adquirissem participações financeiras no país (seguradoras, instituições previdenciárias, empresas de capitalização, etc.) sem passar por licitação; antecipação da concessão do crédito agrícola previsto; aumento da exigibilidade de aplicação no setor agrícola de recursos captados pelos depósitos à vista; criação de linha de crédito para os produtores rurais através do BB; permissão para que os bancos em dificuldade vendessem, além de sua carteira de crédito e títulos dos seus fundos de investimento, seus títulos e valores mobiliários de renda fixa, adiantamentos e outros créditos de pessoas físicas e jurídicas não-financeiras e os depósitos interfinanceiros com garantia de ativos; criação de linha de crédito de capital de giro junto a CEF para as empresas da construção civil e para as empresas em geral pelo BNDES e BB; mudança na forma de recolhimento do compulsório de 100% em títulos públicos para 30% em títulos e 70% em espécie; autorização para que o BCB disponibilizasse parte das reservas internacionais, por meio dos bancos, para as empresas que precisassem rolar financiamentos feitos no exterior; aumento da disponibilidade do BNDES. Ao mesmo tempo, o governo reduziu a taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) de 13,75% (dezembro de 2008) para 8,75% (de julho a dezembro de 2009).

Tudo isso para “blindar” o sistema financeiro frente a prováveis choques oriundos da forma como a crise estrutural do capital se manifestava. Os autores chegam à conclusão de que, apesar das privatizações ocorridas no setor e apesar da lógica neoliberal de menor participação estatal na economia, os bancos públicos foram aqueles que “seguraram a situação”, demonstrando como são importantes para o SFN (MARQUES e NAKATANI, 2011, p.77). Retomaremos essa linha de argumentação mais adiante.

#### 5.5.1 Crédito Livre e Crédito Direcionado

É possível verificar, ainda com o Gráfico 30, que tanto os recursos de crédito *livres quanto os direcionados* seguiram uma tendência crescente a partir de 2003. Os Livres sempre estiveram acima dos Direcionados, que apresentaram uma trajetória mais constante (já que são diretamente determinados pelas políticas de

crédito do governo) e cuja elevação se deu mais intensamente a partir de 2008, como forma de fazer frente a precipitação da crise nos EUA.

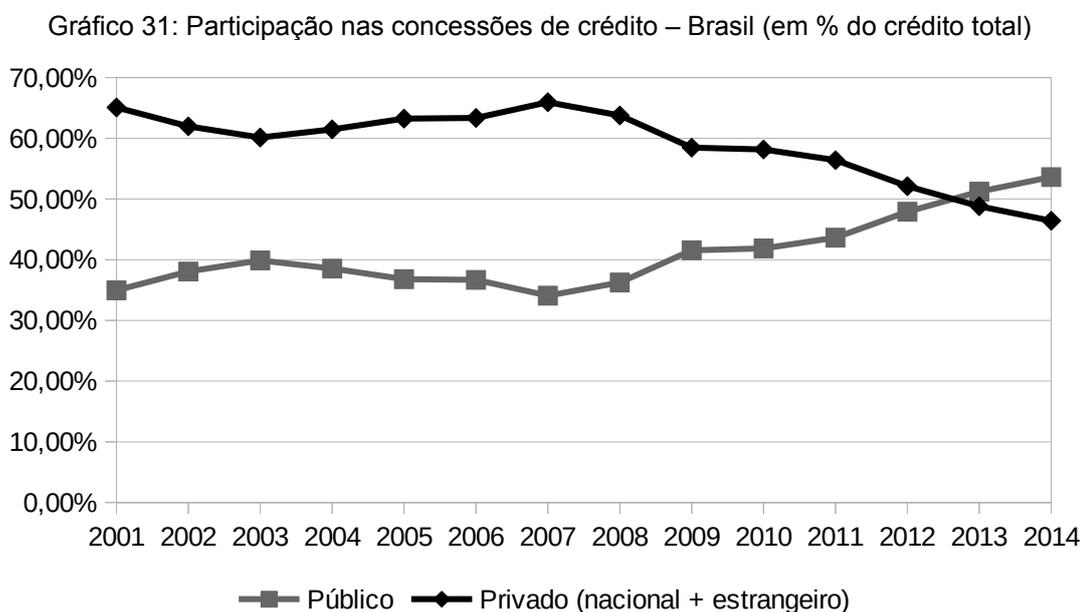
São os recursos Direcionados que dão a estabilidade para a continuidade do crescimento do saldo total das operações de crédito, principalmente depois do choque da crise financeira em 2008/2009. Mas são os recursos Livres que, segundo o Gráfico 30, lhe garantem as flutuações, de acordo com duas grandes variações no período, uma depois de 2008 (quando desacelera) e a outra depois de 2012 (quando reduziu seu montante em relação ao PIB). Deve-se notar, ainda, que apenas no ano de 2014 o montante de recursos direcionados se aproxima àquele de recursos livres, o que é compatível também com os dados que apresentaremos no gráfico subsequente.

No período entre 2003 e 2008, a elevação foi comandada pelo crédito Livre e sua desaceleração depois desse último ano só não foi mais impactante no saldo total por causa da compensação advinda dos créditos Direcionados. Por sua vez, a redução do ritmo do total foi claramente determinada pela queda nos recursos Livres, como podemos observar no Gráfico 30.

#### 5.5.2 Crédito Privado, Público e Crédito Estrangeiro

No que diz respeito à origem da concessão, de acordo com a participação no controle do capital no total de operações de crédito (representada no Gráfico 31), notamos que apesar de que o crédito total tenha crescido, houve progressiva mudança de sua composição, em especial depois do ano de 2007.

Mesmo o setor privado (privado nacional somado ao privado estrangeiro) sendo preponderante na geração de crédito no período, o setor público apresentou maior pujança, a partir de 2008 — inversamente àquele outro —, como uma das iniciativas do governo federal de enfrentamento à crise. Além da sustentação que traziam para o SFN, os bancos públicos cumpriram destacado papel, aumentando sua taxa de crescimento proporcional ao volume total. Em 2013 a participação das instituições públicas se sobressaiu às demais, atingindo 51,2% do total de operações.

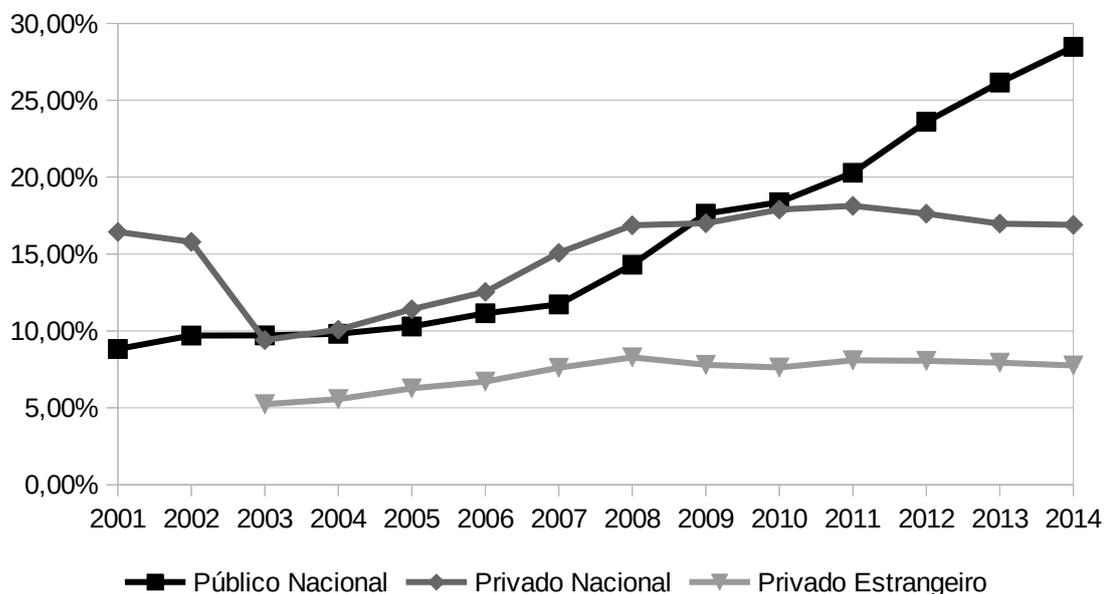


Fonte: Bacen, Nota para a Imprensa de Política Monetária e Operações de Crédito. Vários anos.  
Elaboração própria.

Desmembrando um pouco mais esses dados, podemos observar como o setor privado estrangeiro durante todo o período estudado teve uma menor participação na concessão de crédito, como demonstra o Gráfico 32<sup>47</sup>. Cabendo destacar que, segundo dados do Bacen (*Nota para a Imprensa de Política Monetária e Operações de Crédito*, vários anos), não relacionados diretamente no Gráfico a seguir, representaram 21,5% de todas as concessões em 2003 e diminuíram sua participação para 14,6% em 2014, sofrendo uma redução de quase 68%.

47 O Bacen considera como estrangeiras as empresas que tenham a maioria do capital votante sob controle estrangeiro e também as que são constituídas e sediadas no exterior com filial aqui.

Gráfico 32: Saldo por origem das operações de crédito – Brasil - Saldo no mês de dezembro (Em % do PIB)



Fonte: Bacen, Nota para a Imprensa de Política Monetária e Operações de Crédito. Vários anos. Elaboração própria.

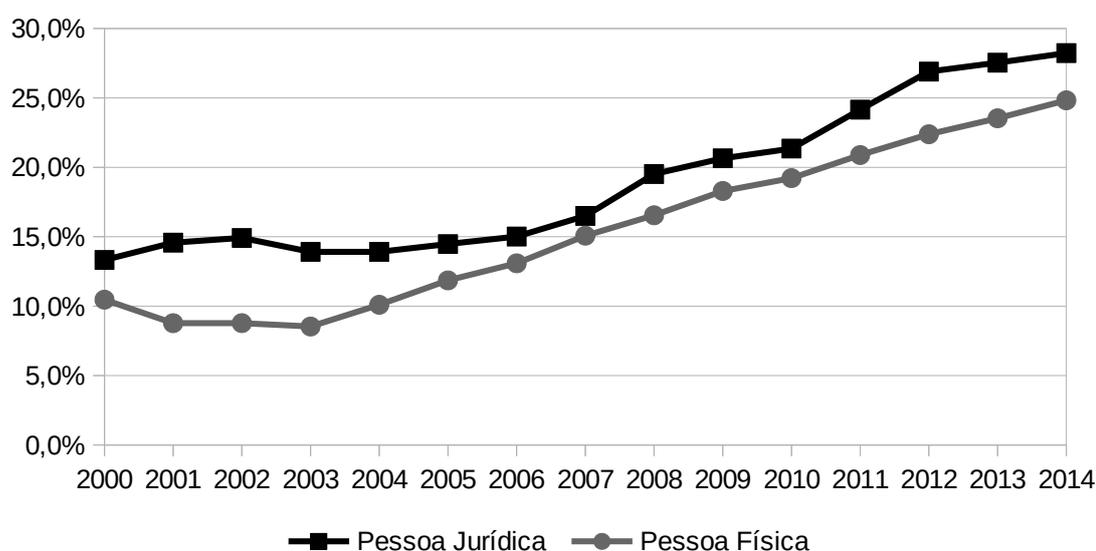
Podemos perceber como há um movimento oposto entre o setor privado e o público a partir de 2008: enquanto este último aumenta sua participação sistematicamente, atingindo mais da metade das operações em 2013 e 2014, as empresas financeiras privadas (em seu conjunto e, mais fortemente, as nacionais), mesmo ampliando o montante aplicado após 2008, já que o PIB cresceu e a proporção em relação ao mesmo se manteve estável, o fizeram de forma muito mais contida que o âmbito estatal, que já em 2009 ultrapassa o volume de crédito concedido pelo capital privado nacional e desde então só o aumenta, ultrapassando a somatória do crédito privado nacional e estrangeiro a partir de 2013.

Na atuação das instituições públicas, destacam-se a Caixa Econômica Federal (principal provedora de crédito imobiliário/habitacional), o Banco do Brasil (com maior participação no crédito rural) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (com o financiamento de infraestrutura e de máquinas e equipamentos para a indústria).

### 5.5.3 Pessoa Física ou Jurídica

No que diz respeito ao tipo de personalidade jurídica que recebe o crédito, se Física ou Jurídica, o Gráfico 33 nos mostra como a quantidade de crédito concedido a Pessoa Física e a Pessoa Jurídica, sofreu uma variação a partir de 2003 no sentido de aproximação entre as duas séries históricas, com um crescimento muito mais constante para as concessões às Pessoas Físicas. Com o crescimento praticamente no mesmo sentido, revela-se que o aumento de um tipo de crédito não se deu em detrimento do outro. Com a ressalva de um ligeiro período no final de 2008, ano de estouro da crise financeira, bem como a partir de novembro de 2011, quando houve uma elevação de patamar do crédito concedido às empresas.

Gráfico 33: Saldo das operações de crédito – Brasil - Saldo no mês de dezembro (em % do PIB)



Fonte: Bacen, Nota para a Imprensa de Política Monetária e Operações de Crédito. Vários anos. Elaboração própria.

As concessões à Pessoa Física que em 2003 representavam cerca de 8,5% do PIB, passaram para quase 25% em 11 anos, sendo quase triplicadas durante os governos Lula e Dilma. Já as que foram voltadas às Pessoas Jurídicas saíram de 13,9% para 28,2% do PIB no mesmo período, num aumento de pouco mais que duas vezes.

Deve-se destacar a importância que o Crédito a Pessoa Física encontrou nesse período, assumindo valores muito próximos das concessões a Pessoa Jurídica, concessões estas que representam uma característica do sistema

capitalista em sua essência, qual seja, a necessidade de aliança entre o crédito e a produção, na dialética produção/circulação e produção/apropriação.

### 5.5 Financeirização

Todo esse processo discutido nesse capítulo parece nos indicar que a economia brasileira não está alheia à forma de organização do capitalismo em sua fase mais recente, dentro da etapa imperialista.

Em termos históricos, com o fim do padrão dólar-ouro e o estabelecimento do padrão *dólar flexível*, através da quebra do pacto de Bretton Woods comentada no início do Capítulo 2, um novo capítulo se abriu para a história do capitalismo, marcado pelo processo chamado por alguns de “financeirização”, caracterizando um “regime de acumulação de capital sob dominância financeira”<sup>48</sup>.

Com o novo Padrão Monetário Internacional,

Dois efeitos imediatos da hegemonia do dólar-flexível sobre o desenvolvimento do sistema financeiro e sua relação com a produção e realização da massa de mais-valia se destacam: por um lado, a possibilidade de emissão virtualmente ilimitada de dólares (limitada apenas politicamente, na medida da hegemonia dos EUA, que passaria a reafirmar-se no início dos anos 1980); por outro, a privatização dos riscos cambiais, levando a medidas de prevenção que logo se tornariam instrumento fundamental de especulação. (GOUVÊA, 2012, p.14)

Soma-se a isso o mercado de eurodólares e petrodólares e o que se tem é uma enorme massa de dinheiro esperando valorização.

Vindo de um período de queda da taxa de lucro, a qual já colocava em xeque o investimento produtivo, o que ainda conduziu para a dominância financeira neste padrão de reprodução do capital foi o movimento de elevação da taxa de juros nos EUA em 1979, o qual conduz a que, do ponto de vista do capitalista individual, a aparente valorização do capital monetário diretamente através do sistema financeiro

---

<sup>48</sup> Há um amplo debate sobre a existência e os limites desta “dominância financeira”, que passa por definir se o sistema financeiro está necessariamente vinculado à produção ou não, se o termo “capital financeiro” é válido ou não, se remete a um entrelaçamento entre capital industrial e capital bancário ou apenas à parcela do capital diretamente inserida no sistema financeiro, qual sua relação com a noção de capital monopolista, qual sua relação com as noções ou categorias “capital portador de juros” e “capital fictício”, entre muitos outros elementos. Para os fins deste trabalho, não há condições de nos aprofundarmos nesta controvérsia, que deverá ser considerada a partir do prosseguimento de nossos estudos no mestrado. Remetemo-nos aqui ao processo denominado como de “financeirização” não com a finalidade de problematizá-lo a fundo a partir do marxismo, mas de apontar a relação entre a expansão do crédito verificada no Brasil e as características predominantes do desenrolar recente da acumulação de capital em escala mundial.

seja muito mais atraente que sua transformação em capital produtivo<sup>49</sup>. No entanto, do ponto de vista da reprodução do capital social global, apenas o processo produtivo gera valor e permite, portanto, a valorização do capital. Todas as apropriações de valor por capitalistas não detentores de capital inserido na esfera da produção provêm em última instância do mais-valor efetivamente produzido. Isso só fez tornar mais grave a redução da taxa de lucro no âmbito produtivo, na medida em que esta ainda pode ter passado a considerar uma maior repartição intertemporal com outras frações da classe capitalista.

A consequência imediata da alta da taxa básica de juros dos EUA para os países do chamado “terceiro mundo” foi o processo de Crises da Dívida Externa, as quais se deram porque depois de um período de necessidade de divisas — divisas estas baseadas nos petrodólares (MARQUES, 2010 p.3) — para saldar os déficits no balanço de pagamentos na década de 1970, a alta dos juros conduziria a uma situação de dívida impagável.

Se, no início, o endividamento externo foi utilizado em grande medida para cobrir os desequilíbrios crônicos do Balanço de Pagamentos – e, em alguns casos, inclusive no financiamento de planos desenvolvimentistas –, com a alta das taxas de juros o serviço das dívidas tornou-se exorbitante, levando a maioria dos países a uma posição financeira que implicava em endividar-se para pagar a dívida, tentando ao menos evitar a insolvência (que se materializaria na moratória de muitos países, inclusive o Brasil). (GOUVÊA, 2012, p.16)

Assim, a transferência de valor das economias endividadas se intensificou, para além da transferência de valores de uso, e levou com que restasse “uma renda interna em busca de valores de uso que não mais existiam internamente e aceleraram o processo de crescimento da inflação até o estágio da hiperinflação” (NAKATANI e GOMES, 2014, p.73).

Por um lado, isso “(...) produziu uma enorme massa de capital monetário decorrente do pagamento de juros sobre a dívida externa, que foram conduzidos para os bancos dos países desenvolvidos, aumentando ainda mais a massa de moeda disponível” (NAKATANI e GOMES, 2014, p.72). E por outro, a saída empreendida para o problema da inflação foi o estabelecimento, no caso brasileiro, de um plano monetário baseado numa âncora cambial, “complementada por uma

---

49 Os baixos rendimentos do ciclo produtivo afetavam também a reprodução do capital comercial e do capital portador de juros, restando assim a via da lógica D-D' como a mais vantajosa do ponto de vista do capitalista individual.

política de taxas de juros elevadas com o objetivo de conter a expansão do crédito e garantir a entrada de recursos externos para ao financiamento das demandas do balanço de pagamentos” (NAKATANI e OLIVEIRA, 2010, p.30).

Com tudo isso, aquele enorme montante de dinheiro disponível mundialmente se associou com a lucratividade do sistema financeiro para o capitalista individual, conduzindo a uma maior preponderância de uma forma de capital na lógica da reprodução social, o *capital fictício*, que buscava se valorizar de forma relativamente deslocada da produção, tendo “(...) como característica fundamental seu comportamento especulativo, e, como objetivo, a obtenção de renda sem produção de riqueza material, o que a caracteriza como parasitária” NAKATANI e GOMES (2014, p.74).

Porém, como já ressaltamos no Capítulo 3 quando tratamos do ciclo do capital industrial, não há produção de valor no capitalismo sem que se passe pelo processo produtivo, com a criação do valor estando nas mãos da classe trabalhadora; o que nos leva então a dizer que esse decolamento entre uma aparente – e inexistente – produção de riqueza pelo capital fictício e o processo produtivo, só encontra fundamento através do aumento da taxa de mais-valia, possibilitando a remuneração aos proprietários de capital industrial e todas as formas de capital que a partir de sua vinculação direta ou indireta a este se apropriem de valor, inclusive o capital fictício. O que se tem, em verdade, é uma nova correlação de forças dentro da contradição capital-trabalho, em favor do primeiro. A assim chamada financeirização se fundamenta portanto na maior exploração dos trabalhadores.

Com isso, o que se tem é a

(...) imposição ao mundo de um novo padrão de acumulação de capital, amplamente fundado na financeirização, sustentada por sua vez no aumento das taxas de mais-valia possibilitado pelo desmonte das políticas sociais associadas ao keynesianismo, pelo remanejamento do fundo público e pela desregulamentação trabalhista. (GOUVÊA, 2012, p.17)

MARQUES (2010) situa o “regime de acumulação sob dominância financeira” dentro dos processos capitaneados pelos Estados Unidos da América (EUA) e Inglaterra por volta dos anos 1980, através dos quais promoveram “(...) a desregulamentação monetária e financeira, a descompartmentalização dos mercados financeiros nacionais e a desintermediação bancária (...)” e com isso “(...)

o capital portador de juros retornou soberano e se colocou no centro das relações sociais e econômicas do mundo contemporâneo” (MARQUES, 2010, p.2).

GOUVÊA (2012) acredita que a financeirização está ligada a parte das estratégias empreendidas pelos EUA na reconfiguração da ordem social capitalista sob sua égide, também por volta dos anos 1980 e aprofundada nos anos 1990 com o fim da Guerra Fria, quando

(...) ao fim da década de 1970 e, notadamente, a partir de 1995, um elemento já existente – o sistema financeiro – integra-se, agiganta-se e passa a influenciar o processo de reprodução de capital em medida tal, que adquire novo caráter qualitativo. (...) O processo de financeirização adquire, portanto, uma relevância que jamais teve, ao passo em que a criação e destruição de capital fictício visando à especulação torna-se o objetivo primordial da oligarquia financeira, propiciando uma mudança na repartição da mais-valia global (verificável através da divisão funcional da renda) em favor desta fração de classe, globalmente e em cada local. (GOUVÊA, 2012, p.4)

Para NAKATANI e SABADINI (2010, p.75)

O sistema financeiro brasileiro ou sistema de crédito, nos termos de Marx, vem sofrendo uma evolução contínua cujas transformações foram cada vez mais aceleradas após os anos 1990, com a abertura e a desregulamentação adotadas pelos sucessivos governos que vieram depois da ditadura militar. Além disso, a forma de inserção subordinada do Brasil no sistema capitalista mundial, em particular no sistema de crédito internacional, converteu o País, após o Plano Real, em um dos grandes receptores de investimentos estrangeiros diretos (IED) e aplicações em carteira (portfólio).

Uma das consequências da estabilidade da moeda para o SFN, segundo os autores, foi a possibilidade de que uma parcela da população, marcadamente a mais rica, acumulasse uma massa de recursos na forma de poupanças bancárias, o que permitiu aos bancos transformarem os mesmos em capital monetário, portador de juros e direcioná-lo para a esfera financeira da economia, cuja expansão aumentou esse capital na forma de capital fictício (NAKATANI e SABADINI, 2010, p.76)<sup>50</sup>.

Os autores resgatam que na interpretação marxista o sistema de crédito tem as funções de “diminuir as taxas de circulação do dinheiro graças à concessão de crédito (...); acelerar o processo de reprodução ou permitir o crescimento da

---

50 Tudo isso de fato se insere em uma grande controvérsia e, para os autores, “os capitais nacionais e estrangeiros, somados a todas as poupanças acumuladas pelas famílias, formam uma enorme massa de capital monetário à busca de valorização, agora sob o domínio de normas, regras e objetivos da pura reprodução do ciclo D — D’, como capital portador de juros no interior do sistema de crédito” (NAKATANI e SABADINI, 2010, p.76-77).

especulação (...); e reduzir os custos e as barreiras ao tempo de produção e circulação capitalista” (NAKATANI e SABADINI, 2010, p.77).

Para além da imensa controvérsia aqui demarcada, o que se quer demonstrar é a *importância que o sistema de crédito* tem para a reprodução do modo de produção capitalista, principalmente no período histórico atual, e a indissociabilidade entre a ampliação do papel do Sistema Financeiro na reprodução ampliada de capital no Brasil e os marcos mais gerais deste processo histórico em escala mundial.

No Brasil, atualmente o SFN é conformado por três partes: a de Órgãos Normativos, onde temos Conselhos nos âmbitos monetário, de seguros privados e de previdência complementar; as Entidades Supervisoras, que compreendem o Banco Central do Brasil (Bacen), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e duas Superintendências, uma de seguros privados e outra da previdência complementar; e por fim os chamados Operadores, da qual fazem parte todas as *instituições financeiras*, intermediários, seguradoras, fundos de previdência, etc.

Dentro desse sistema, destacamos em particular os bancos comerciais ou múltiplos, que têm a capacidade de criação de moeda e de captação até das menores poupanças, os bancos de investimentos, que gerenciam uma massa enorme de capital, fundamentalmente dos grandes capitais, e os fundos de pensão e investimento. (NAKATANI e SABADINI, 2010, p.77)

A “criação de moeda” se dá através de uma espécie de pirâmide invertida na qual o Bacen cria de forma primária a moeda (com base nas reservas bancárias e na emissão de papel-moeda), chamada de base monetária, e sobre ela o sistema bancário faz a criação secundária de moeda escritural, através dos empréstimos.

Esses empréstimos são contabilizados como ativos bancários, sendo estes últimos considerados por NAKATANI e GOMES (2014, p.74) como uma das formas que pode assumir o capital fictício. Também em Marx já aparecia uma análise do tipo, em sua investigação sobre as letras de câmbio.

Como comentamos ao final do Capítulo 1, atualmente está estabelecido o debate acerca de uma nova fase da *dependência latino-americana*, que seria caracterizada pela dominância das finanças sobre a reprodução do capital, em total consonância com os debates sobre a constituição de uma nova característica predominante para o capitalismo atual (dentro de sua fase imperialista), no qual esse

processo de “financeirização” assume importância de maneira geral e sempre fundamentado na produção de mais-valor, isto é, no aumento da exploração de trabalhadores e trabalhadoras e no aumento das taxas de mais-valia.

Se observarmos o caráter do Brasil enquanto país capitalista dependente, estes elementos devem ser considerados e reforçam o marco teórico adotado.

Assim, retomando o raciocínio do presente capítulo, realmente houve um grande aumento do volume de crédito concedido no período estudado, sem grande distinção entre o tipo de personalidade jurídica que o contrai (salvo ligeiras exceções), com menor participação para os bancos estrangeiros dentro do montante total e com papel preponderante dos bancos públicos principalmente a partir de 2008, quando começa uma ofensiva sobre parcela das concessões que lhes correspondem, ultrapassando o setor privado a partir de 2013. Além disso, mesmo os Recursos Livres sendo de maior volume em todo o período, é muito relevante o movimento que a partir de 2008 eleva de forma sustentada dos Recursos Direcionados, claramente a partir de uma política de Estado voltada a esta elevação.

No que diz respeito ao crédito concedido a Pessoa Física, vimos que os Recursos Livres foram maiores durante todo o período, mas começaram a desacelerar depois de 2010, em contraposição aos Recursos Direcionados, que desde 2008 só crescem. Dentro destes últimos, o Financiamento Imobiliário ultrapassa o Crédito Rural depois de 2009 e se torna o mais importante crédito com fim determinado. Já nos Livres, Crédito Pessoal (carregado pelo Crédito Consignado desde 2006) assumiu a dianteira em 2005; o segundo lugar cabe ao crédito para a Aquisição de Bens (principalmente voltado para a compra de Veículos), que apresentou problemas com a crise 2008; e em terceiro lugar aparece o volume via Cartão de Crédito.

Com isso, podemos chegar à conclusão preliminar de que o Estado foi o grande impulsionador do crédito na economia brasileira dos governos Lula e Dilma, tanto através da possibilitação da criação secundária de moeda pelos bancos múltiplos ou comerciais, quanto na atuação dos Bancos Públicos na criação direta de crédito, como também através das legislações e subsídios para a criação do crédito Direcionado. Ou seja, *poderíamos entender a criação de crédito no Brasil recente como uma política pública, não como gasto público mas como uma política*

*determinada pelo poder público e indissociável por sua vez do desenrolar concreto de uma economia dependente de composição orgânica de capital média.*

E mais: o crédito concedido a Pessoa Física enquanto política pública teve como finalidade principal o financiamento da compra de imóveis e de veículos, das compras com desconto direto na folha de pagamento (o que exige vínculo de trabalho formal — o qual, como vimos, cresceu no período estudado —, ou ser beneficiário da Previdência Social) e das compras pagas através do cartão de crédito. Sendo que dentre todos esses tipos de crédito, o Financiamento Imobiliário tem o crescimento mais consistente e ultrapassa todos a partir de 2011.

Com isso posto, podemos chegar a mais uma conclusão preliminar de que uma massa de pessoas foram realmente incorporadas ao consumo, em grande medida em decorrência da atuação do Estado, consumindo casas, automóveis e bens e serviços de menor preço devido a um aumento da renda real que foi, contudo, insuficiente para dar conta do novo valor da cesta de bens considerada necessária à subsistência do trabalhador, requerendo o endividamento que seria descontado de seu contracheque e/ou na fatura de seu cartão de crédito.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente Trabalho de Conclusão de Curso nos possibilitou uma análise um pouco mais detalhada das bases do crescimento econômico brasileiro nos últimos anos. Além disso, nos ajudou a ver alguns elementos que podem ter contribuído para a necessidade de se praticar um Golpe de Estado que barrasse o modo como a economia vinha sendo conduzida, apesar das conciliações de classe.

Observamos como o crescimento econômico brasileiro, nos governos Lula e Dilma, foi ancorado no consumo das famílias. E que este foi possível, em menor medida, devido à transferência de renda focalizada e em maior medida devido ao aumento da renda das pessoas que trabalham e devido ao financiamento das compras através o crédito a Pessoa Física.

Relativamente a estes dois últimos fatores, o Programa Bolsa Família, aparentemente, não representou grande impulsionador para as cifras do consumo das famílias dentro do PIB, excetuando-se o maior efeito multiplicador que pode ter e também o fato de que traga melhorias concretas para a vida das pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza.

Por outro lado, observamos que de fato houve elevação da remuneração dos trabalhadores, que conduziu inclusive a uma mudança no percentual de apropriação da renda nacional em favor dos estratos mais pobres. Um dos pontos mais importantes nesse sentido é o aumento da quantidade de pessoas ocupando postos de trabalho remunerado, principalmente aqueles com vínculo formal. Também acreditamos que tem total relevância para tais mudanças, os ganhos reais do salário mínimo nacional.

Contudo, aquilo que poderia significar uma superação de um dos postulados da TMD, que seria a cisão entre as esferas alta e baixa de consumo no ciclo de reprodução do capital, não se confirma — preliminarmente —, pois se de um lado atualmente mais de 80% dos trabalhadores brasileiros recebem até 3 salários mínimos (sendo que com a aproximação realizada pelo DIEESE vimos que se precisaria hoje de cerca de 4,46 salários mínimos nominais ou 3,9 salários mínimos reais, significando que a maioria dos trabalhadores brasileiros é superexplorada), por outro vimos como o consumo só foi possível por intermédio também do endividamento das famílias, que para além disso, representa uma transferência de

parte da renda dos trabalhadores para a burguesia, o que pode sugerir um aumento da superexploração.

Tudo isso nos leva à conclusão de que as categorias superexploração da força de trabalho e cisão do ciclo do capital (entre esfera alta e esfera baixa) se mantêm vigentes.

No que diz respeito ao financiamento do consumo através do crédito concedido a pessoa física — e seu conseqüente endividamento —, observamos como foi fruto de uma política com forte atuação Estado, a qual teve como principais fins o financiamento da compra de imóveis e de veículos, e, para as compras de menor preço, a utilização do crédito com desconto direto na folha de pagamento (o que exige vínculo de trabalho formal ou ser beneficiário da Previdência Social) e do cartão de crédito (cuja utilização se amplia com as políticas de estabilização monetária).

Acreditamos que, não estando apartada da lógica mundial de reprodução do capital, a economia brasileira reproduz o regime de acumulação sob dominância financeira e com isso reedita, mas, principalmente, reforça as estruturas do capitalismo dependente que lhe são próprias. Cabendo ainda salientar a centralidade da ação estatal para a manutenção da ordem econômica e ainda que tivemos um aparato de Estado governado por um partido dito dos trabalhadores.

Porém, mesmo com a forte intenção deste Estado em manter as estruturas como estão, através de um movimento de “conciliação” de classes, no qual se agrada a burguesia e a classe trabalhadora, no momento em que a crise se manifesta a conciliação não se sustenta mais, não é possível agradar os dois lados ao mesmo tempo quando se encerra o período de bonança. E foi nesse sentido que apontamos alguns elementos que podem ter conduzido a burguesia brasileira a tomar as rédeas da economia em suas próprias mãos, por meio de um golpe de Estado dentro da legalidade institucional.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente**. In FERREIRA, Carla; LUCE, Marthias; OSORIO, Jaime (orgs). Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo, SP. Boitempo. 2012.

AMARAL, Marisa Silva. **Breves considerações acerca das teorias do imperialismo e da dependência ante a financeirização do capitalismo contemporâneo**. in PENSATA: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP. V. 3, n. 1, ano 3. 2013.

BACEN, Banco Central do Brasil. **Nota para a Imprensa de Política Monetária e Operações de Crédito**. Vários anos. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/notas.asp?idioma=p>>. Acesso em: 10 de outubro de 2015.

\_\_\_\_\_. **I.51 - Produto Interno Bruto e taxas médias de crescimento**. 30 de maio, 2016. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/IE1-51.xlsx>>. Acesso em 03 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. **19881 - Comprometimento de renda das famílias com o serviço da dívida com o Sistema Financeiro Nacional**. Sistema Gerenciador de Séries Temporais. Sem data "A" (s.d.A). Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/>>. Acesso em 04 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. **19882 - Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses**. Sistema Gerenciador de Séries Temporais. Sem data "B" (s.d.B). Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/>>. Acesso em 04 de junho de 2016.

BAMBIRRA, Vania. **Diez años de insurreccion en America Latina**. 1971. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/vaniabambirra/wp-content/uploads/2016/01/Vania-Bambirra-Diez-anos-insurreccion-en-America-Latina.pdf>>. Acesso: 20 de janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2ª ed. Florianópolis. Insular, 2013 [1972].

\_\_\_\_\_. **Teoría de la dependencia: una anticrítica**. 1978. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=explorer&srcid=0B0eSnYD-sJTwcjRILXgtZ0xXM0E>>. Acesso em: 7 de julho de 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9a. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BORJA, Bruno. **Para a crítica da economia do desenvolvimento: a inserção de Celso Furtado na controvérsia internacional** in MALTA, Maria Mello de [et al.]. Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro. Ipea. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. 2011.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2012-2015 – Mensagem Presidencial**. Brasília: MP, 2011. Disponível em: <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-1/2012/mensagem\\_presidencial\\_ppa-2.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-1/2012/mensagem_presidencial_ppa-2.pdf)>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

CEF, Caixa Econômica Federal. **Bolsa Família**. Sem Data (s.d.). Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 13 de setembro de 2016.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B0eSnYD-sJTwnWIEZ01YVzFyY2s/view>>. Acesso em 16 de junho de 2016.

CNC, Confederação Nacional do Comércio. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - PEIC**. Maio de 2016. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do--18>>. Acesso em 17 de agosto de 2016.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Salário Mínimo Necessário**. Sem Data (s.d.). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#1994>>. Acesso em 08 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. **Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**. 2016. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>>. Acesso em 08 de junho de 2016.

DOS SANTOS, Theotônio. **Imperialismo y Dependencia**. Caracas. Fundación Biblioteca Ayacucho. 2011 [1978]. Disponível em: <[www.bibliotecayacucho.info/downloads/dscript.php?fname=CP005.pdf](http://www.bibliotecayacucho.info/downloads/dscript.php?fname=CP005.pdf)>. Acesso em: 4 de agosto de 2015.

\_\_\_\_\_. **Dependencia y cambio social**. 1972. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/44357910\\_Dependencia\\_y\\_cambio\\_social\\_Theotonio\\_dos\\_Santos](https://www.researchgate.net/publication/44357910_Dependencia_y_cambio_social_Theotonio_dos_Santos)>. Acesso em 04 de agosto de 2015.

\_\_\_\_\_. **Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República**. Petrópolis, RJ. Vozes. 1994.

GOUVÊA, Marina Machado. “**Financeirização**”, “**globalização**” e **Imperialismo no século XXI - apontamentos sobre o atual padrão de reprodução de capital**. VI Encuentro de Economía Política y Derechos Humanos. Buenos Aires, Argentina. 2012. Disponível em: <[www.madres.org/documentos/doc20130123130511.pdf](http://www.madres.org/documentos/doc20130123130511.pdf)>. Acesso em 29 de outubro de 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População de 10 anos ou mais de idade, ocupada, com rendimento no trabalho principal, por classes de rendimento mensal (em sal. Mín.)**. Sem data (s.d.). Disponível em: <[http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista\\_tema.aspx?op=2&no=7](http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=2&no=7)>. Acesso em 20 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. **Tabela 4 - Componentes do Produto Interno Bruto sob as três óticas**. Sinóticas das Contas Nacionais. Vários anos. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas\\_Nacionais/Sistema\\_de\\_Contas\\_Nacionais/2013/tabelas\\_ods/01\\_tabelas\\_sinoticas\\_ods.zip](ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/2013/tabelas_ods/01_tabelas_sinoticas_ods.zip)>. Acesso em 03 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. **Contas Nacionais Trimestrais**. 1o trimestre. 2016. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas\\_Nacionais/Contas\\_Nacionais\\_Trimestrais/Tabelas\\_Completas/Tab\\_Comp\\_CNT.zip](ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Tabelas_Completas/Tab_Comp_CNT.zip)>. Acesso em 29 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. **7.1 - Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho - Brasil – 2001/2014**. PNAD. Vários anos. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/)>. Acesso em 09 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. **Tabela 14 - Total de ocupações, por tipo de inserção no mercado de trabalho, segundo as classes e atividades. Sinóticas das Contas Nacionais**. Vários anos. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas\\_Nacionais/Sistema\\_de\\_Contas\\_Nacionais/2013/tabelas\\_ods/01\\_tabelas\\_sinoticas\\_ods.zip](ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/2013/tabelas_ods/01_tabelas_sinoticas_ods.zip)>. Acesso em 03 de junho de 2016.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Indicadores Sociais**. Sem data (s.d.). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 08 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. **Salário e renda**. Sem data (s.d.). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 08 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. **Emprego**. Sem data (s.d.). Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 08 de junho de 2016.

LUCE, Mathias Seibel. **Brasil: ¿“nueva clase media” o nuevas formas de superexplotación de la clase trabajadora?**. Razón y Revolución, nº 25. 1º

semestre, 2013. Disponível em: <http://revistaryr.org.ar/index.php/RyR/article/view/120/119>. Acesso em 27 de setembro de 2015.

MARINI, Ruy Mauro. **El ciclo del capital em la economia dependente**. 1979. Disponível em: [http://www.marini-escritos.unam.mx/058\\_ciclo\\_capital\\_dependiente.html](http://www.marini-escritos.unam.mx/058_ciclo_capital_dependiente.html). Acesso em 10 de abril de 2014.

\_\_\_\_\_. **A crise do desenvolvimentismo**. 1994. in CASTELO, Rodrigo. Encruzilhadas da América Latina no século XXI. Rio de Janeiro. Pão e Rosas. 2010.

\_\_\_\_\_. **Memória: por Ruy Mauro Marini**. 1990. in STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (orgs). Ruy Mauro Marini - vida e obra. São Paulo. Expressão Popular. 2011.

\_\_\_\_\_. **Dialética da dependência**. 1973. in STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (orgs). Ruy Mauro Marini – vida e obra. São Paulo. Expressão Popular. 2011a.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Dialética da dependência**. 1973. in STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (orgs). Ruy Mauro Marini – vida e obra. São Paulo. Expressão Popular. 2011b.

MARQUES, Rosa Maria. **O Regime de Acumulação sob a Dominância Financeira e a Nova Ordem no Brasil**. in MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana R. J. (orgs). O Brasil sob a nova ordem. São Paulo. Saraiva. 2010.

MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. **A crise mundial e a economia brasileira**. O Olho da História, n. 16, Salvador. 2011. Disponível em: <http://oolhodahistoria.org/n16/artigos/rosapaulo.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2016.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Bolsa Família – Brasil**. Sem data (s.d.). Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/sala\\_de\\_imprensa/dados/BolsaFamiliaBRASIL-Evolucao2003aDEZ2015-11122015.xls](http://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/dados/BolsaFamiliaBRASIL-Evolucao2003aDEZ2015-11122015.xls). Acesso em 06 de julho de 2016.

NAKATANI, Paulo; OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **Política Econômica Brasileira de Collor a Lula: 1990-2007**. in MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana R. J. (orgs). O Brasil sob a nova ordem. São Paulo. Saraiva. 2010.

NAKATANI, Paulo; SABADINI, Maurício de Souza. **Sistema Financeiro e Mercado de Capitais**. in MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana R. J. (orgs). O Brasil sob a nova ordem. São Paulo. Saraiva. 2010.

NAKATANI, Paulo; GOMES, Helder. **A natureza e contradições da crise**

**capitalista**. Revista Política Pública: São Luís, Número Especial, p. 71-83, julho de 2014. Disponível em: [http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download.php?id\\_publicacao=868](http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download.php?id_publicacao=868)>. Acesso em 06 de outubro de 2016.

OSORIO, Jaime. **El marxismo latinoamericano y la dependencia**. In Cuadernos Políticos. México. Ediciones Era. N° 38. 1984. Disponível em: <<http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.39/CP.39.5.Jaime%20Osorio%20Urbina.pdf>>. Acesso em 28 de setembro de 2015.

OSORIO, Jaime. **Crítica de la economía vulgar: reproducción del capital y dependencia**.. Grupo Editorial Miguel Angel Porrúa, Ciudad de México, 2004. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=explorer&srcid=0B0eSnYD-sJTwt1BTTDdtN3BNd1E>>. Acesso em 01 de junho de 2015.

PRADO, Fernando Correa. **História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil**. Comunicação e Política, Rio de Janeiro, vol.29, n° 2, 2011, p. 68-94. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B0eSnYD-sJTwtR0FZN2d5Z1otWU0/view>>. Acesso em 13 de abril de 2016.

ROCHA, Mirella. **(Novo)Desenvolvimento e cidadania? - Análise crítica ao projeto político do novodesenvolvimentismo tupiniquim no Governo Rouseff**. Marx e Marxismo 2013, NIEP MARX, UFF. Niterói, RJ. 2013. Disponível em: <<http://www.niepmarx.com.br/MManteriores/MM2013/Trabalhos/Amc323.pdf>>. Acesso em 27 de setembro de 2015.

SE, Serasa Experian. **Inadimplência Pessoa Física**. Sem data (s.d.). Disponível em: <[http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/ftp/inad\\_pf.zip](http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/ftp/inad_pf.zip)>. Acesso em 16 de agosto de 2016.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia Internacional Contemporânea: da crise de 1929 ao colapso financeiro de 2008**. São paulo. Editora Atlas SA. 2009.

STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (orgs). **Ruy Mauro Marini - vida e obra**. São Paulo. Expressão Popular. 2011.

## ANEXOS

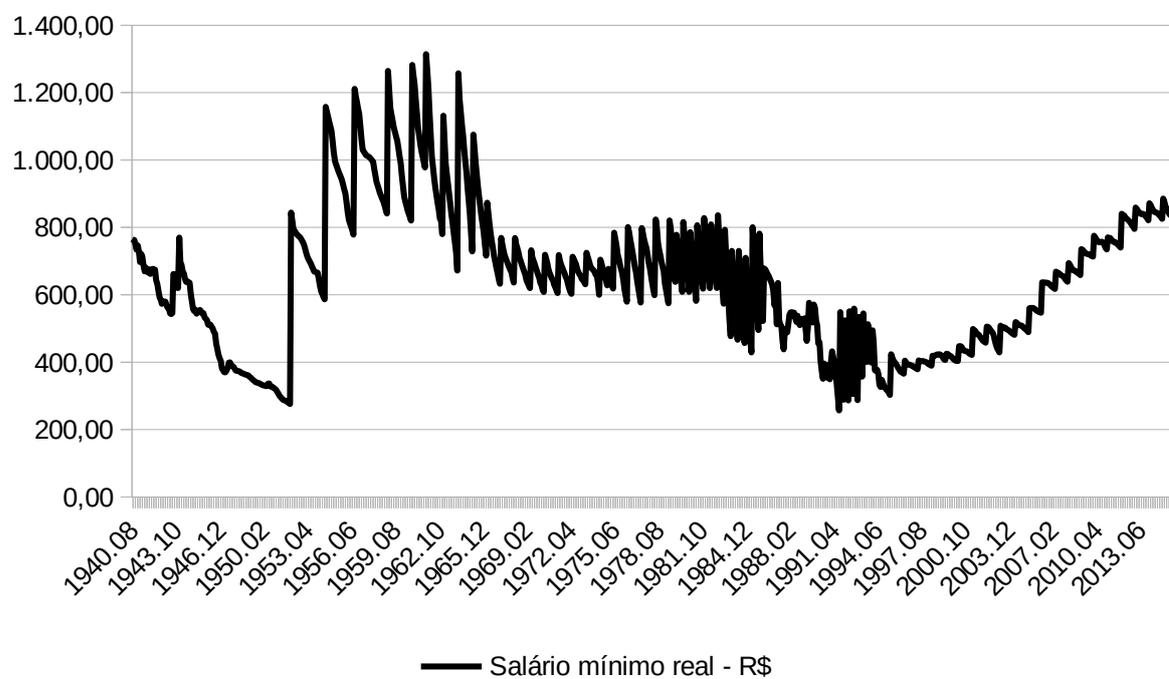
## Anexo 1: Aumento nominal e real do Salário Mínimo

| Data da mudança | Salário Mínimo (R\$) | Aumento nominal (%) | INPC acumulado em 12 meses até a data da mudança (%) | Aumento real (%) |
|-----------------|----------------------|---------------------|--|------------------|
| 01.07.94        | 64,79                | -                   | -  | -                |
| 01.09.94        | 70,00                | 8,04                | 3.112,62   | -3.104,58        |
| 01.05.95        | 100,00               | 42,86               | 170,53   | -127,67          |
| 01.05.96        | 112,00               | 12,00               | 18,22  | -6,22            |
| 01.05.97        | 120,00               | 7,14                | 8,20   | -1,06            |
| 01.05.98        | 130,00               | 8,33                | 4,12   | 4,21             |
| 01.05.99        | 136,00               | 4,62                | 3,88   | 0,74             |
| 03.04.00        | 151,00               | 11,03               | 5,84   | 5,19             |
| 01.04.01        | 180,00               | 19,21               | 6,27   | 12,94            |
| 01.04.02        | 200,00               | 11,11               | 9,72   | 1,39             |
| 01.04.03        | 240,00               | 20,00               | 18,54  | 1,46             |
| 01.05.04        | 260,00               | 8,33                | 5,60   | 2,73             |
| 01.05.05        | 300,00               | 15,38               | 6,61   | 8,77             |
| 01.04.06        | 350,00               | 16,67               | 4,15   | 12,52            |
| 01.04.07        | 380,00               | 8,57                | 3,30   | 5,27             |
| 01.03.08        | 415,00               | 9,21                | 5,43   | 3,78             |
| 01.02.09        | 465,00               | 12,05               | 6,43   | 5,62             |
| 01.01.10        | 510,00               | 9,68                | 4,11   | 5,57             |
| 01.03.11*       | 545,00               | 6,86                | 6,47   | 0,39             |
| 01.01.12        | 622,00               | 14,13               | 6,08   | 8,05             |
| 01.01.13        | 678,00               | 9,00                | 6,20   | 2,80             |
| 01.01.14        | 724,00               | 6,78                | 5,56   | 1,22             |
| 01.01.15        | 788,00               | 8,84                | 6,23   | 2,61             |

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

\* Em 2011 houve uma elevação nominal na ordem de 5,88% em janeiro, valor abaixo da inflação. Em março refizeram os cálculos e, depois de muita disputa, com o objetivo de adequar à legislação vigente, houve uma nova correção de 0,93%. Para fins da demonstração pretendida com a tabela colocamos o valor nominal do Salário Mínimo do mês de março, seu aumento nominal em relação ao ano anterior (e não do reajuste de janeiro) e a inflação acumulada no até o mês de janeiro, mês onde foi feito o aumento errôneo.

## ANEXO 2: série histórica do salário mínimo real – brasil



Fonte: IPEA, (s.d). Elaboração própria.